

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL

ADELBIANE CONCEIÇÃO CAMPOS

OS SEGREDOS DAS ERVAS NOS SABERES E FAZERES DAS
BENZEDEIRAS E BENZEDORES DA CIDADE DE GOIÁS

GOIÁS – GO

2021

ADELBIANE CONCEIÇÃO CAMPOS

**OS SEGREDOS DAS ERVAS NOS SABERES E FAZERES DAS
BENZEDEIRAS E BENZEDORES DA CIDADE DE GOIÁS**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Gislaíne Valério de Lima Tedesco.

Co-orientador: Marcos Antônio da Cunha Torres.

GOIÁS – GO

2021



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Adelbiane Conceição Campos

Email: ahdelbiane@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Os Segredos das Ervas nos Saberes e Fazeres das Benzedeiras e Benzedores da cidade de Goiás.

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP)

Concorda com a liberação documento

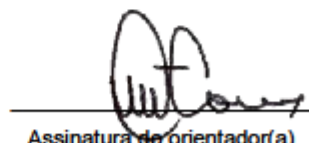
SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 15 de março de 2022


Adelbiane C. CAMPOS.

Assinatura autor(a)



Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C198s Campos, Adelbiane Conceição.

Os segredos das ervas nos saberes e fazeres das benzedeadas e benzedores da Cidade de Goiás [manuscrito] / Adelbiane Conceição Campos. – Goiás, GO, 2022.

122f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Cunha Torres.

Relatório Técnico (Estudos Culturais, Memória e Patrimônio,) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Patrimônio cultural. 1.1. Saberes tradicionais.
1.1.1. Benzedura - benzer. 1.1.2. Plantas medicinais. I. Título.
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:39(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

ADELBIANE CONCEIÇÃO CAMPOS

**OS SEGREDOS DAS ERVAS NOS SABERES E FAZERES DAS
BENZEDEIRAS E BENZEDORES DA CIDADE DE GOIÁS**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Exame de Qualificação como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 05 de novembro de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco (PROMEP-UEG)
Orientadora

Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres (PROMEP-UEG)
Co-Orientador

Prof. Dra. Thais Alves Marinho (PUC/GO)
Membro Externo

Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima (PROMEP-UEG)
Membro Interno

Prof. Dra. Maria Daílza Conceição Fagundes (PROMEP-UEG)
Suplente Interno

Profa. Dra. Maria Meire de Carvalho (UFG)
Suplente Externo

Goiás, 05 de novembro de 2021.

Epígrafe

*“Quando você segue as pegadas dos mais velhos, aprende a
caminhar como eles”.*

Ana Maria Gonçalves

DEDICATÓRIA

Aos meus ancestrais em especial à minha avó Adélia Maria de Jesu durante minha infância me ensinou o valor dos seus saberes e cultura, uma senhora que veio ao mundo no período pós-escravatura. Na cidade de Mariana (MG), onde sua mãe Maria Beatriz viveu sua infância nos momentos de sofrimento sentindo na pele a dor de ser escravizada e ver os seus pais sendo escravizados.

Aos meus pais Maria da Conceição Campos de Barros e João Antônio Bosco (falecido), se não fosse por eles, eu não teria voltado ao mundo com esta missão de pesquisar e escrever sobre este Patrimônio que se tornou uma das fontes para reescrever a História dos nossos pares.

Dedico a todos os detentores do saber fazer medicamentos à base de ervas e raízes, em especial à dona Olinda Cândida e Dona Anair Evangelista que fizeram a passagem para o Orum antes da conclusão deste trabalho.

Aos meus ancestrais eu os honro e dedico toda esta escrita em forma de devolutiva e agradecimento por todo amor e sentimento de pertença que tenho por estes saberes, que de uma forma ou de outra, independente do local, irei sentir a presença e o amor de vocês representados em cada detentor pesquisado e os que sempre irei pesquisar!

De todo o amor que eu tenho, metade foi tu que me deu. Salvando minh'alma da vida, sorrindo e fazendo o meu eu.

Se queres partir, ir embora, me olha da onde estiver. Que eu vou te mostrar que eu tô pronta, me colha madura do pé.

Salve, salve essa nega, que axé ela tem! Te carrego no colo e te dou minha mão. Minha vida depende só do teu encanto, Cila, pode ir tranquila, teu rebanho tá pronto.

Teu olho que brilha e não para, tuas mãos de fazer tudo e até. A vida que chamo de minha, neguinha, te encontro na fé.

Me mostre um caminho agora, um jeito de estar sem você, o apego não quer ir embora. Diacho, ele tem que querer!

Ó, meu pai do céu, limpe tudo aí. Vai chegar a rainha precisando dormir. Quando ela chegar, tu me faça um favor; dê um banto a ela, que ela me benze aonde eu for.

O fardo pesado que levas, desagua na força que tens! Teu lar é no reino divino, limpinho, cheirando alecrim (Compositora Maria Gadú).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha espiritualidade que me fortaleceu durante todo este processo acadêmico que não é fácil. Gratidão à dona do meu Ori Iansã, Maria Mulambo da Calunga e Maria Padilha, Dona Maria Conga (preta velha) e Caboclo Pena Branca.

A todos que contribuíram com a pesquisa, em especial aos que cederam do seu tempo durante as entrevistas orais: dona Domingas Bastos da Mata e sua filha Cláudia da Mata, senhor Najibe Rodrigues, dona Olinda Cândida, dona Anair Evangelista, senhor Marcilon Francisco de Assis, senhor Carlos Divino Santana, dona Maria das Graças, dona Divina Sirqueira e Paulo Sérgio Gomes Ferreira.

Ao meu pai de Santo Babalorixá Marcos Torres de Odé que sempre me acolheu, me aconselhou e me apontou caminhos, que me fortalecem todos os dias, tanto na caminhada espiritual como na vida acadêmica. Pai, o senhor é uma das pessoas responsáveis na minha trajetória acadêmica e espiritual, serei sempre grata por tudo que me ensinastes.

Aos que me fortaleceram durante a pesquisa e a escrita; Elza de Sousa Dias que fez a ponte com um dos detentores, ao meu companheiro Navico Naves Neto que me acompanhou em cada entrevista e fez os registros fotográficos da pesquisa, aos meus filhos; João Victor Campos da Silva e Marco Antônio Campos Silva, a minha nora Marcela Gabriela Assis Campos e minha neta Eloá Assis Campos. Ao meu psicólogo Lucas Wagner Alves Ribeiro Nunes, que tanto se fez presente nas crises de ansiedade e me fazendo confiar que cada dia é diferente e que sempre irei conseguir.

A todos os meus irmãos de santo em especial Moisés de Carvalho Porto que tanto contribuiu com as leituras e entrevistas; Kelvis de Oliveira Torres que me cedeu parte do seu acervo fotográfico relacionados às funções ritualísticas que envolvem os saberes das ervas; Jefferson Dias que contribuiu com os primeiros levantamentos que possibilitou a identificação de alguns detentores, Wállace Lopo e Ana Gabriela Colantone que contribuíram com as correções ortográficas deste trabalho e ao Bartolomeu Spegiarin Gusella que diagramou com tanta dedicação o produto final/catálogo.

A minha orientadora Gislaine Valério de Lima Tedesco que tanto se dedicou a me orientar desde a graduação, bem como me apresentar a pesquisa sobre os bens do patrimônio cultural. A você tenho enorme gratidão por tanto amor, carinho e acolhida nas horas difíceis e horas felizes. Ao meu coorientador Marcos Antônio Cunha Torres que dedicou os últimos meses em me orientar e apontar caminhos e sugestões que vieram melhorar esta escrita, professor Marcos Torres, sem a sua contribuição, parte desta escrita não seria possível.

Às professoras Thaís Alves Marinho e Luana Nunes Martins de Lima pelas contribuições durante a qualificação e por estarem presente na defesa deste trabalho, fortalecendo esta escrita em sua reta final.

Enfim, a todos que formaram uma corrente de ajuda que de uma forma ou de outra fizeram este trabalho se concretizar.

GRATIDÃO!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPA

Figura 1 – Imagem da Rua do Carmo e ponte que liga o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara.	46
Figura 2 – Imagem aérea do Centro Histórico da cidade de Goiás.	51
Figura 3 – Centro Histórico da cidade de Goiás – Destaque: Cruz do Anhanguera.	51
Figura 4 – Centro Histórico da Cidade de Goiás – Conjunto arquitetônico.....	52
Figura 5 – Casa de Cora Coralina – Destaque: Estátua de Cora Coralina.	52
Figura 6 – Busto de Sebastião Fleury Curado – Margens do Rio Vermelho – Cidade de Goiás.....	53
Figura 7 – Mapa de Localização das/os detentoras/res de benzedura da cidade de Goiás.....	56
Figura 8 – Praça da Rua da Conceição (Rua do Capim) – Cidade de Goiás.....	63
Figura 9 – Entrada do Quilombo Alto Santana – Cidade de Goiás.....	63
Figura 10 – Entrada para a rua Santa Bárbara – Setor Santa Bárbara, Cidade de Goiás.....	64
Figura 11 – Benzedura de “espinhela caída”.....	68
Figura 12 – Dona Domingas Bastos da Mata.....	69
Figura 13 – Dona Domingas Bastos da Mata colhendo ervas.....	70
Figura 14 – Senhor Nagibe Rodrigues – Benzedor da Rua do Capim.....	71
Figura 15 – Vela acesa no quarto dos Pretos Velho.....	73
Figura 16 – Senhor Macilon segurando imagem de Preto Velho.....	74
Figura 17 – Altar do senhor Macilon.....	74
Figura 18 – Senhor Macilon apresentando as ervas do quintal.....	76
Figura 19 – Rua da casa do senhor Macilon – Entrada para a rua Macônica, cidade de Goiás. .	78
Figura 20 – Rua da casa do senhor Carlos – Vila União, cidade de Goiás.	82
Figura 21 – Senhor Carlos Divino Santana, explicando as propriedades das ervas.....	83
Figura 22 – Barracão.....	84
Figura 23 – Quintal das ervas e raízes.....	87
Figura 24 – medicamento produzido à base de raízes e álcool.....	88
Figura 25 – Garrafada.....	89
Figura 26 – Orixá Ossaim em transe.....	98
Figura 27 – Ervas separadas na Enim (esteira) para Sassanha.....	99
Figura 28 – Ervas expostas na Enim no momento da Sassanha.....	100
Figura 29 – Yawô separando as ervas em suas ordens para o ritual.	101
Figura 30 – Yawôs já iniciados se preparando para o Odu Etá.....	102
Figura 31 – Momento do ritual e encantamento das ervas.....	103
Figura 32 – Mangueira.....	107
Figura 33 – Folha do Fogo.....	107
Figura 34 – Comigo Ninguém Pode.....	108
Figura 35 – Peregum.....	108
Figura 36 – Folha da Costa.....	109
Figura 37 – Amora.....	109
Figura 38 – Babosa.....	110

RESUMO

O presente relatório técnico apresenta a pesquisa sobre o uso das ervas nos saberes tradicionais na cidade de Goiás, que tem por objetivo, mapear os detentores do ofício de benzedura e raizeiras/os que possuem a prática de curar os males físicos e espirituais utilizando-se do conhecimento ancestral das ervas medicinais. Foi desenvolvida na Linha de Pesquisa em Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG). Tomando como eixo de discussão estes saberes tradicionais como parte do Patrimônio Imaterial brasileiro. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas orais com as detentoras, detentores e familiares, acreditando que estes últimos, são agentes responsáveis pela manutenção do bem. Aqui serão entendidos os relatos e os saberes, enquanto o processo de memória por ser portadora do conhecimento de quem viveu e vivenciou fatos do passado que por vezes foram guardados, os aprendizados de seus antepassados e assim, se tornaram responsáveis pelo o repasse de tais conhecimentos. Não ser levados em consideração os relatos dos detentores que residem na Rua da Conceição (Rua do Capim), Alto Santana (quilombo urbano), o bairro Santa Bárbara, setor Aeroporto, Bacalhauzinho e Vila União. Na perspectiva dos rituais de cura, nas rezas realizadas durante o processo de benzedura e relação ritualística com as ervas, as diferentes curas realizadas para determinados tipos de doenças e o processo de aprendizagem do saber, na materialização das garrafadas feitas com raízes do cerrado. O desdobramento deste trabalho vai de encontro à proposta da linha de pesquisa que foi oferecida por este Programa que é Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio, que resultará no produto final como devolutiva para a comunidade pesquisada. Este produto final trata-se de um catálogo impresso e em formato e-book que contextualiza em síntese a história e vida cotidiana de cada detentor, bem como a caracterização de cada ervas e raízes, suas propriedades de cura, e as rezas durante o ritual de benzedura, revelado pelos detentores. Vale ressaltar que os ofícios mencionados estão associados aos conhecimentos tradicionais, amparados na Lei 13.123 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, bem como a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Palavras-chave: Benzedoras/es. Saberes tradicionais. Ervas medicinais. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This technical report presents the research on the use of herbs in traditional knowledge in the city of Goiás, which aims to map the holders of the profession of blessing and healers/those who have the practice of curing physical and spiritual ailments through knowledge ancestral using medicinal herbs. It was developed in the Line of Research in Heritage Education and Heritage Management of the Graduate Program in Cultural Studies, Memory and Heritage, Professional Master's Degree, at the State University of Goiás - Cora Coralina Campus (PROMEP/UEG. Taking these as the axis of discussion). traditional knowledge as part of the Brazilian Intangible Heritage. The research was carried out from oral interviews with the holders, holders and family members, believing that the latter are agents responsible for the maintenance of the property. memory for being the bearer of the knowledge of those who lived and experienced facts from the past that were sometimes kept, the learning of their ancestors and thus, became responsible for the transfer of such knowledge. Rua da Conceição (Rua do Capim), Alto Santana (urban neighborhood) and in the Santa Bárbara district. active in healing rituals, in the prayers performed during the blessing process and ritualistic relationship with herbs, the different cures performed for certain types of diseases and the process of learning knowledge, in the materialization of bottles made with roots from the cerrado, the unfolding of this work, goes against the proposal of the research line that was offered by this Program, which is Heritage Education and Heritage Management, which will result in the final product as feedback for the researched community. This final product is a printed catalog that contextualizes in summary the history and daily life of each holder, as well as the characterization of each herbs and roots, their healing properties, and the prayers during the blessing ritual revealed by the detainers. It is noteworthy that the trades mentioned are associated with traditional knowledge, supported by Law 13.123, which provides for access to genetic heritage, as well as the sharing of benefits for the conservation and sustainable use of biodiversity.

Keywords: Benzedoras/es. Traditional knowledge. Medicinal herbs. Cultural heritage.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. CONCEITOS E METODOLOGIA DA PESQUISA	21
1.1 Os Saberes Populares: A Arte de Curar e os Olhares Sobre o Patrimônio Imaterial	28
1.1.1 A Arte de Curar no Brasil: Saberes e Representações Locais	32
1.1.2 Rituais de Benzedura e Medicamentos em Vila Boa de Goiás – Cidade de Goiás	39
1.2 Espaços de Memória e Territorialidade: as benzedeadas e benzedores da cidade de Goiás.	43
1.2.1 O ofício do bem-dizer, curar e expressar a fé nas ervas e raízes do cerrado.	59
1.2.2 Kò sí ewé, kò sí òrìsà: O Poder das Ervas nas Religiões de Matriz Africana.	92
2. A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS DETENTORES DE SABERES COMPARTILHADO: PROPOSTA DE PRODUTO	111
2.1 Apresentação do Produto	113
2.2 Público Alvo	113
2.3 Impactos esperado	113
3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO	115
3.1 Manual de uso	115
3.2 Oficinas na rede pública da cidade de Goiás: proposta de aplicação na rede escolar	115
3.3 Devolutivas Para a comunidade	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
GLOSSÁRIO DE TERMOS EM IORUBÁ UTILIZADOS NO RELATÓRIO	124

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de mestrado, intitulada “*Os Segredos das ervas nos Saberes e Fazeres das Benzedoiras e Benzedores da cidade de Goiás*”. Ressalta-se que a discussão foi pautada a partir de uma base teórica e metodológica que deu suporte para traçar os diálogos sobre cultura (CACLINI, 2001), História Cultural (CHARTIER, 1989), Memória (BOSI, 2003; HALBWACHS, 2006), Identidade (HALL, 2003) e Patrimônio Cultural (IPHAN; UNESCO; FONSECA, 2004; LONDRES, 2001).

Na perspectiva das discussões do conceito de Patrimônio Imaterial instituída pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, as políticas públicas que envolvem e amparam os saberes tradicionais de benzedura e raizeiras/os, os aprendizados e suas relações com as ervas, bem como o sentimento de pertença e valor à memória histórica dos antepassados, a pesquisa que se insere está intimamente relacionada aos saberes de benzedura e manipulação de ervas e raízes no processo de cura física e espiritual na cidade de Goiás. Assim, o IPHAN¹ considera como Patrimônio Imaterial, as práticas de domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e os lugares.

Embora o ofício das benzedoiras e raizeiras sejam um bem cultural presente em várias regiões do Brasil e possuem profunda relevância na esfera cultural, social e histórica, esses saberes e ofícios ainda não se encontram registrados no livro dos saberes, que é um dos instrumentos que reconhece que um bem faz parte do patrimônio cultural brasileiro.

A Articulação Pacari é uma rede socioambiental que tem como objetivo, realizar o registro coletivo dos conhecimentos tradicionais, para sua transmissão e proteção, bem como elaborar e promover políticas públicas que amparam os direitos dos povos e comunidades tradicionais que fazem o uso da medicina através do uso sustentável da biodiversidade de seus territórios.

As organizações participantes representam principalmente mulheres agricultoras, extrativistas, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, agentes das pastorais da saúde e da criança, que se auto identificam como “raizeiras”. A partir dos conhecimentos tradicionais e ancestrais, da espiritualidade e das experiências adquiridas e transmitidas através de gerações, as raizeiras produzem e comercializam remédios

¹ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

caseiros e tecem uma rede solidária de atendimento à saúde das comunidades locais, valorizando a cultura alimentar e o modo de vida tradicional. A Pacari tem como objetivo estratégico realizar o registro coletivo dos conhecimentos tradicionais para a sua proteção e transmissão, além de promover a elaboração de instrumentos políticos que assegurem o direito consuetudinário dos Povos e Comunidades Tradicionais de praticar a medicina tradicional e fazer o uso sustentável da biodiversidade de seus territórios. No contexto de participação em políticas públicas, Raizeiras é um segmento do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Articulação Pacari é membro do Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (COMITÊ Dos povos e Comunidades tradicionais do PAMPA <https://comitepampa.com.br/articulacao-pacari/> Acesso em 01/07/2021).

A Articulação Pacari apresenta uma preocupação e cuidado para com a preservação, registro e reconhecimento como Patrimônio cultural imaterial brasileiro do ofício das raizeiras do cerrado.²O pedido de registro das benzedeadas e raizeiras foi protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN desde o ano de 2006, sendo que até o momento não obtiveram respostas sobre o processo que se encontra em trâmite.

A busca por reconhecimento e valorização das práticas e saberes por diversos órgãos das políticas públicas, tem sido reivindicado cada vez mais, entre eles a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos que desde o ano de 2006, passou dialogar com o Sistema Único de Saúde – SUS, que tem por objetivo as demandas de reconhecimento e valorização do bem.

Durante o período de pandemia de Covid-19 que assola o mundo inteiro, observam-se os cuidados de muitos com a saúde voltada para o poder das plantas. O Sistema Único de Saúde – SUS disponibilizou cursos à distância de plantas medicinais voltado para comunidade em geral que deseje obter conhecimento sobre os chás e suas propriedades nutricionais (AVASUS, 2021)³.

Diante dessa iniciativa, é preciso refletir sobre os detentores deste saber, uma vez que a preocupação parte do cuidado com o conhecimento das plantas. Entretanto, a visibilidade e valorização das benzedeadas e benzedores foram deixadas de lado, onde mais uma vez a academia científica se apropria da memória do velho, onde o valor está contido na produção científica. E como ficam a memória do velho, seus aprendizados acumulados de anos de experiência com seus antepassados? E seus

² **Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado (Farmacopeia Popular do Cerrado)**
Processo: 01450.010388/2006-15 – **Data:** 06/09/2006
Proponente: Articulação Pacari - Plantas Mediciniais do Cerrado
Estados: Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins; Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais.

³ Ver: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=153>

saberes e ofícios não possuem valor para a formação da memória, identidade e História do Brasil?

Quando pensamos em cursos voltados para fitoterapia, temos a impressão de que até os dias de hoje todo esse saber partiu de uma verdade absoluta e científica. Esquecemos que, se não fossem os ancestrais, tais conhecimentos não teriam alcançado o presente.

Os saberes tradicionais de benzimento e cura através do uso das ervas e raízes, vêm caindo em desuso devido à modernidade e à globalização (FLORIANO, 2016). Desta forma, o que se pretende, é trazer uma discussão acerca da relevância cultural que os detentores destes ofícios possuem para gerações futuras, em especial para sociedade vilaboense, bem como para os pesquisadores das ciências humanas, oferecendo suporte teórico metodológico e fontes empíricas para o desenvolvimento e ampliação de novas pesquisas voltadas para a valorização a preservação dos bens culturais, como esse aqui mencionado.

De acordo com a historiografia brasileira que discute o tema, estes saberes estavam presentes na cultura indígena antes da chegada dos portugueses no Brasil, no entanto, com a inclusão dos colonizadores esses saberes foram somados aos do homem africano que foram trazidos junto com os portugueses na condição de escravizados (FONSECA, 2005; EDLER, 2010).

De acordo com a FUNARBE (2018), as benzedeadas e benzedores são pessoas de uma comunidade que realizam rituais de cura a partir de rezas e súplicas utilizando elementos simbólicos como: ramos verdes, sal grosso, gestos em cruz feitos com a mão direita, agulhas, linhas e pano com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam ajuda.

De acordo com Campos (2013) e Magalhães (2004), durante o século XVIII e XIX, o uso do curandeirismo por ervas e raízes bem como benzeduras eram muito utilizados na capitania de Goiás, em sua maioria por homens escravizados que eram enfermeiros ou curandeiros, ou aqueles que detinham o conhecimento de manipular ervas e raízes no processo de cura com medicamentos ou benzeduras.

São saberes que possuem relevância para a construção histórica e formação da identidade de diferentes grupos sociais. Na cidade de Goiás, há indícios que este saber está presente desde o período aurífero, quando foi enviada uma carta ao governador da capitania pedindo permissão para que escravos enfermeiros fossem autorizados a exercer o ofício de curandeiros (CAMPOS, 2013, p. 26).

Os detentores desse saber encontram-se às margens da cidade de Goiás e suas residências, estão localizadas em sua maioria nos setores periféricos da cidade como o setor Santa Bárbara, o Alto Santana (quilombo urbano), a Rua da Conceição conhecida na cidade como rua do Capim, a Vila União, o Setor Aeroporto e o Bacalhauzinho.

São detentores de um amplo conhecimento sobre o manuseio da terra, formas de plantar e colher as ervas e raízes, de acordo com o tempo favorável, que venha auxiliar no processo de cura e bem estar da saúde física e espiritual. No entanto, aos poucos, esses detentores caíram no esquecimento social, principalmente ao que se relaciona às políticas públicas que envolvem a valorização e preservação dos seus saberes. São pessoas idosas que carregam em suas memórias aprendizados de seus pais ou avós, que por muito tempo trabalharam no processo de cura de doenças físicas e espirituais da cidade.

Vale aqui ressaltar que esses detentores, em especial do setor Santa Bárbara, Alto Santana e Rua da Conceição, estão localizados em uma parte territorial vilaboense que abriga uma parcela da população negra, local que se encontram diversas especulações por parte dos moradores de que eram locais de refúgio dos antigos africanos no final do período escravocrata, por esta razão, o setor Alto Santana ganhou título de quilombo urbano, reconhecido pela Fundação Palmares.

De acordo com o Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 no artigo 2º os detentores de conhecimento são os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos etnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Assim sendo, a comunidade do Quilombo Alto Santana, foi reconhecida por tais características aqui apresentadas. Os dados das certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombo e atualizada até a portaria nº 88/2019 apresenta que o Alto Santana possui o número de processo 01420.005751/2017-91 com a Portaria de nº 281/2017 na Fundação Palmares⁴.

A pesquisa se entrelaça em torno dos saberes tradicionais do uso de ervas e raízes para produção de medicamentos e cuidados espirituais. Ela apresenta sua importância para valorização, reconhecimento e preservação dos bens culturais

⁴ Dados Disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-go-13052019.pdf>

presentes na cidade de Goiás, “a preservação da cultura imaterial e material fortalece um povo, une gerações e incrementa o turismo, proporcionando o futuro que tem certeza de suas raízes e garante o desenvolvimento sustentável” (HIROOKA, 2014). Dessa forma, a pesquisa dará visibilidade aos detentores deste saber, acesso ao conhecimento das futuras gerações, promovendo a autoestima de seus detentores e seus descendentes.

Para a coleta de informação sobre as benzedeadas e benzedores, foram realizados diálogos informais com algumas pessoas da comunidade e até mesmo por conhecimento prévio e relação de amizade com os detentores que possibilitou a identificação dos entrevistados. Assim foram realizadas entrevistas orais registradas em gravadores e diário de campo, bem como fotografias que possibilitou a análise dos bens e do saber em laboratório. Aqui foi utilizado como instrumento metodológico a pesquisa participativa por fazer parte desse universo religioso que compõem as benzedeadas e benzedores da cidade, bem como por conter relações de convívio com alguns destes detentores.

Os conceitos teóricos e metodológicos que deram suporte durante a pesquisa foram pensados a partir de uma base que discute os conceitos de cultura (BAUMAM, 2012) de Culturas Híbridas (GARCIA CANCLINI, 2001) de memória, (BOSI, 1994; HABWACHS, 2006) de identidade (HALL, 2005, 2014) e de patrimônio cultural (CF/1988; IPHAN; UNESCO, 2015; PELEGRINI, 2008; LONDRES, 2004).

Para a realização da pesquisa, foi necessário analisar alguns diálogos historiográficos que discutem este tema (MAGALHÃES, 2004; FONSECA, 2005; EDLER, 2010; RODRIGUES, 2010; VIOTTI, 2012; AGE, 2012; PERREIRA & CUNHA, 2015; MIRANDA, 2017), sobre o uso das ervas e raízes como medicamentos e benzeduras. Tais pesquisas nortearam a compreensão de como este saber foi difundido no Brasil e em especial na cidade de Goiás. Assim, foram levados em consideração os dados apresentados pelos autores que, ao relacioná-los aos conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural. A partir disso foi possível traçar e interpretar os dados aqui apresentados ao longo dessa escrita.

Durante a pesquisa, foi possível identificar algumas benzedeadas/benzedores, como a Dona Domingas e sua filha Cláudia da Mata do setor Santa Bárbara, o Senhor Nagibe da Rua da Conceição (rua do Capim), o Senhor Celino do setor Alto Santana, a Dona Olinda do setor Aeroporto, o Senhor Marcilon Francisco de Assis (72 anos) do

setor Aeroporto, o Senhor Carlos Divino Santana (61 anos) da Vila União, e Dona Anair Evangelista Dantas Ferreira (65 anos) do setor Bacalhauzinho⁵.

Devido a crise sanitária de Covi-19, as visitas nas casas dos detentores foram realizadas com o limite de apenas duas vezes, sendo que a maioria aconteceu no período vespertino, pois variou de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado e alguns dos seus familiares que acompanharam as entrevistas. Assim durante a pesquisa deu-se prioridade as informações que levava a descrição dos: Históricos de vida, aprendizados, repasse do saber, os rituais de benzedura e a produção dos medicamentos, bem como o registro fotográfico que deu visibilidade para as fontes e objetos pesquisados.

O desdobramento dessa pesquisa se deu na produção deste relatório e um catálogo que caracterizou parte da história dos detentores do saber, acompanhado de registros imagéticos dos ofícios e características de cada ervas e raízes utilizadas por eles durante o processo de materialização do saber.

Esse catálogo é uma devolutiva para a comunidade participante da pesquisa e servirá como suporte didático para ações de educação patrimonial nas escolas da cidade sendo entregue nos Comitês de Secretaria da Prefeitura Municipal de Goiás, a fim de registrar, preservar e salvaguardar um dos bens culturais da memória e identidade da cultura afro-vilaboense da cidade de Goiás.

Esse relatório está dividido em três (3) títulos: **Conceito e Metodologia da Pesquisa**, que está subdividido em seis (6) subtítulos, apresentando os conceitos teóricos metodológicos da pesquisa, as políticas de preservação do Patrimônio cultural no Brasil, análise historiográficas que discutem sobre a arte de curar no Brasil e suas representações locais, análise da historiografia goiana que faz abordagem sobre o histórico do uso de ervas medicinal e ritual de benzedura em Vila Boa de Goiás no período colonial, bem como o espaço de memória e território em que as benzedoras estão inseridas na atualidade da cidade de Goiás e os processos de patrimonialização do Patrimônio Cultural da cidade e o último desse item, foi abordado o resultado da pesquisa realizada; **A Preservação e Valorização dos Detentores de Saberes Compartilhados: Proposta de Produto**, nesse item foi apresentado a proposta do produto, público alvo e o impacto esperado; **Proposta de Aplicação do Produto**, nesse último apresentou o manual de uso do produto que será utilizados como devolutiva para

⁵ **Dados da Plataforma Brasil:** CAAE: 41588820.6.0000.8113. Número do Parecer: 4.661.965

a comunidade participante da pesquisa, proposta de oficina na rede pública, e devolutiva para a comunidade.

1. CONCEITOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste item, serão apresentados os conceitos e metodologias que deram suporte durante a pesquisa. Foi levado em consideração que pesquisas como estas são necessárias para compreender os conceitos de memória, de identidade e de culturas híbridas, em sua análise da imaterialidade dos saberes e ofícios.

Durante toda a pesquisa, o uso da memória oral (BOSI, 2003) foi utilizado como principal instrumento, pois se trabalhou com a oralidade dos detentores do saber, dependendo assim de suas lembranças para testemunhar histórias vividas de seus passados e os aprendizados que foram repassados a eles, em sua maioria, desde a infância. “Ele evoca, da voz, faz falar, diz de novo conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência” (BOSI, 2003, p. 44).

Assim, a partir do olhar de pesquisadora que vivenciou e vivencia parte do cotidiano de algumas detentoras e detentores deste saber, buscou-se observar os testemunhos de todos os entrevistados, levando em consideração que esta memória oral, “também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade [...]. Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (BOSI, 2003, p. 18).

Ao realizar as leituras desta autora, não foi difícil observar durante uma das entrevistas, em que dona Marina, esposa do senhor Marcilon apresentou dificuldade em falar de suas vivências com os rituais de benzedura. Ela, que é benzedeira, não gosta de realizar o ofício, porque se preocupa muito com a visão preconceituosa que muitos dos vilaboenses apresentam em relação a ela. Ao perguntar se teria vontade de falar sobre o assunto, ela não quis revelar. Apenas disse que as pessoas a chamavam de macumbeira. Situações assim se relacionam com a perspectiva de Bosi.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com percepções imediatas, como também empurra ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 2003, p. 36).

A partir desses apontamentos, o relato de dona Marina, aplica-se às reflexões de Pollak (1992), ao sugerir que o “discurso de silêncio e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos de se expor a mal-entendidos” (p. 5). No caso da entrevistada, esse silêncio se deu pelo medo de exercer seu ofício e ser mal interpretada pela sociedade em que ela está inserida.

Sobre a memória Pollak (1992), sugere que ela é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo coletivo. Assim, as pessoas se sentem pertencentes a um determinado grupo.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se ela participou ou não [...]. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Halbwachs (2006) aponta a memória de forma individual e coletiva ao levar em consideração que o indivíduo está inserido em uma sociedade. Assim, para o autor a memória é construída em grupos, pois:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. As lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Assim sendo, a memória de diferentes detentores deste saber, é que permitirá a compreensão de como se perpetuou o uso da manipulação das ervas para fins da medicina popular na cidade de Goiás, costumes que possivelmente permeiam o cotidiano destes indivíduos por séculos. Desta forma, esta análise também possibilitará o entendimento de como a memória desses grupos foram se constituindo ao longo do tempo.

Ao pensar a memória como algo coletivo e individual, para compreender os costumes e saberes da manipulação e uso de ervas na medicina popular e rituais de benzedura, faz-se necessário, compreender o conceito de cultura popular ou culturas híbridas que para Canclini (2001), são “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (pág. XX). No Brasil, o que chamamos de cultura popular se formou desde a chegada do homem colonizador unindo traços e elementos de suas culturas com indígenas brasileiros e os africanos que foram trazidos pelo homem colonizador na condição de escravizados.

A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos trasladados da África, tornou a mestiçagem um processo fundacional nas sociedades do chamado Novo Mundo [...]. Mas a importante história de

fusões entre uns e outros requer utilizar a noção de mestiçagem tanto no sentido biológico – produção de fenótipos a partir de cruzamento genético. Como cultura; misturas de hábitos, crenças e forma de pensamento europeu com os originários das sociedades americanas [...] (CANCLINI, 2001, p. XXVII – XXVIII).

Partindo desse viés de análise a cultura híbrida passa a ser um fenômeno em que os indivíduos de diferentes grupos sociais trocam experiências culturais. Assim sendo, esta análise descreve a pluralidade do que acontece nos rituais de benzedura que se formou ao longo dos tempos no Brasil chegando até Vila Boa de Goiás (cidade de Goiás). Diante do contexto histórico do Brasil colônia, é impossível obter uma classificação única sobre os saberes da medicina popular, em especial os usos das ervas na fabricação de medicamentos e rituais de benzedura, sem considerar a multiplicidade de formas possíveis deste universo.

Algo semelhante ocorre com a passagem das misturas religiosas, as fusões mais complexas de crenças. Sem dúvidas, é apropriado falar de sincretismo para referir-se à combinação de práticas religiosas tradicionais [...] Se considerarmos o sincretismo, em sentido mais amplo, como a adesão simultânea a vários sistemas de crenças, não só religioso, o fenômeno se expande notoriamente, sobretudo entre as multidões que recorrem para aliviar certas enfermidades, a remédios indígenas ou orientais e, para outras à medicina alopáticas, ou rituais católicos ou pentecostais. O uso sincrético de tais recursos para a saúde costuma ir junto com fusões musicais e de formas multiculturais de organização social (CANCLINI, 2001, p. XXVIII).

Diante desta multiplicidade cultural, não há como homogeneizar os rituais de benzedura e uso das ervas medicinais no Brasil dentro de qualquer classificação de cultura. Dessa forma, para esta pesquisa, pensou-se a cultura na perspectiva de Canclini a partir da hibridação, ao analisar que esses saberes populares, não podem defini-los por classes sociais como se fossem manifestações religiosas fixas. Para entender este processo, bastam fazer uma análise no contexto histórico do Brasil sobre os cuidados com a saúde física e espiritual, os usos de medicamentos a base de ervas e raízes e os rituais de benzedura, para entender o quanto e como estes saberes foram se misturando e até se alterando ao longo do tempo.

Durante a pesquisa, foi possível observar que na cidade de Goiás, as benzedoras e benzedores, possuem diferentes formas de realizar o ritual, desde a utilização de símbolos até as rezas, crenças e religião. Observou-se um misto de umbanda, candomblé e catolicismo. Por isso os argumentos de Canclini sobre o hibridismo se relacionam com o objeto desta pesquisa, pois ele apresenta ideias que estão longe das oposições entre o tradicional e o moderno, local ou nacional.

Na perspectiva de Bauman (2012) a cultura é capaz de libertar as pessoas de todas as formas de alienação e opressão e pode levar a humanidade rumo à sua socialização fraternal. Para tanto, o autor conceitua a cultura como: conceito hierárquico; do qual se torna um elemento herdado ou adquirido. Conceito diferencial são os diferentes modos de vida dos grupos humanos, sendo assim, a cultura é responsável pelos diferentes destinos dos povos, alinhando-se, nessa formação questões de raças ambientais e econômicas. E o conceito genérico que são atributos comuns da espécie humana que os distingue dos demais seres, pois só o homem produz cultura, por ser o único animal que produz ferramentas e símbolos para sua socialização e sobrevivência.

Em suas definições ou classificações de cultura, o autor aponta a cultura como estrutura por ser um conjunto de transformações e práticas que vive em constantes processos inventivos, ou de perdas de significados em função de novos ordenamentos. E por último, o autor aponta a cultura como práxis. Aqui o autor alerta para o cuidado que os pesquisadores das ciências humanas precisam ter ao determinar os valores ou a limitarem-se às especificidades culturais, pois que estas demarcações fronteiriças só reafirmam a condição da existência do ser, elemento impulsionador para a xenofobia, além de estimular sentimentos totalitários que visam dissolver as peculiaridades do indivíduo.

A pesquisa partiu da identificação, registro e descrição das ações dos detentores de saberes enquanto realizavam o processo de benzedura, seu contexto histórico e o cotidiano, sempre observando os significados e as simbologias existentes nos rituais. Dessa forma, foi possível compreender como os costumes tradicionais do uso das ervas como medicina popular do passado, entrelaçaram-se em seu uso na contemporaneidade na sociedade vilaboense.

Os conceitos de memória e cultura a partir do que se propõe esta pesquisa são fundamentais para a construção da identidade dos indivíduos ou grupos. Logo, todo este conjunto forma o patrimônio cultural de uma nação, estado, região e cidade, e essa gama de saberes e expressões estão amparadas em um conjunto de leis que protege e coordena para que estes bens culturais sejam cuidados, evitando perdas nas intempéries.

De acordo com Hall (2006), é através da nossa identidade que surge o nosso pertencimento. Ela está intimamente ligada às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. O autor aponta que na modernidade, a sociedade apresenta

características e dinâmicas como o trânsito e ritmo de vida, a mobilidade e a proximidade das diferenças que resultam em fragmentações e transformações como características da dinâmica cultural e do processo de identidade.

Para o autor, essas transformações estão alterando as identidades pessoais dos grupos sociais, influenciando a ideia de sujeito integrado que temos de nós próprios. "Esta perda de sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de duplo deslocamento ou descentralização do sujeito" (HALL, 2006, p. 9). Para Hall, este deslocamento resulta em crise de identidade. Assim, a análise deste autor se encontra com as perspectivas de Canclini quando ele caracteriza a cultura como híbrida.

Sobre a pesquisa de campo, a metodologia utilizada esteve atrelada ao campo da História cultural a partir da oralidade dos detentores do saber tradicional de manipulação de medicamentos através das ervas e raízes. Chartier (1990) define o objetivo da História Cultural como uma forma de identificar o modo como os diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social são construídos (apud, SILVA, 2010 p. 34).

A História oral tem ganhado relevância desde a segunda metade do século XX, como suporte teórico-metodológico para Historiadores, Antropólogos e estudantes das Ciências Humanas que se lançaram na produção do conhecimento a fim de “trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000).

Mais que um documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana. Colhe pontos de vistas diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados (BOSI, 2003, p. 19-20).

Assim, os detentores deste saber e suas formas de manipular as ervas para a produção de medicamento possuem relevância no sentido da construção identitária e valorização da memória dos antepassados, somado aos elementos que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, tais elementos, estão ancorados na vivência e na coletividade de cada grupo, neste caso nas dos vilaboenses.

A partir deste reconhecimento, foram realizadas entrevistas orais com antigos moradores da cidade de Goiás, em especial dos setores Rua da Conceição (conhecida como Rua do Capim), do Alto Santana (quilombo urbano), da Santa Bárbara, do setor Aeroporto, da Vila União e do Bacalhauzinho. Foram utilizados cadernos de campo, gravadores, e máquinas fotográficas, a fim de obter o máximo de informações a respeito da manipulação de ervas na cidade de Goiás e assim criar um

banco de dados para compreender como este costume se relaciona ao passado de africanos curandeiros em Vila Boa de Goiás e subsidiar ações de educação patrimonial nas escolas e comunidade em geral.

Aqui vale ressaltar que, durante a pesquisa de campo, foi necessário utilizar da pesquisa participativa, de modo que, enquanto indivíduo que compartilha destes saberes e representações e ao mesmo tempo como pesquisadora pesquisada que de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa participante é uma forma de o pesquisador participar ativamente de sua própria pesquisa, estando ele vivenciando cotidianamente na comunidade e observando suas práticas e modos de vida.

Ressalta-se que não é objetivo desta escrita negar o papel ativo enquanto pesquisadora, mas sim lançar mão de uma categoria analítica quanto ao processo de apreensão da realidade como sugere Rocha (2004), que essa relação, permite o pesquisador desenvolver um olhar clínico que está em:

Grande parte assentado numa postura de atenção que ele deve ter com a natureza do seu problema de estudo; os objetivos que se tem em relação ao mesmo, a busca das informações para alcançar estes objetivos e o amparo teórico que circunda todo este percurso (as idas e vindas do empírico à teoria e vice-versa) (ROCHA, 2004, s/p).

Neste sentido, as interpretações dos dados obtidos, foram analisadas a partir da importante conexão entre o objeto e as fontes pesquisadas, observando a intencionalidade da ação humana sobre a abordagem aqui apresentada, “o esquema da explicação intencional parece muito mais apropriado para caracterizar a maneira de pensar da ciência da História do que da explicação nomológica” (RUSEN, 2007, p. 38).

Dessa forma, a análise a partir de dados levantados em campo, às historiografias sobre o tema abordado, que apresentaram em documentos históricos, permitiram compreender como foi formada a teia cultural do universo do saber popular das ervas na cidade de Goiás.

Assim, será possível expandir o conhecimento a respeito das formas de utilização das ervas para os cidadãos, uma vez que muitos utilizam ou utilizaram as mesmas para fins medicinais. O legado sobre este conhecimento, baseado em pesquisa informal, são receitas antigas herdadas dos avós ou bisavós como um círculo de tradições culturais que não se findam mesmo diante das mudanças culturais deste tempo.

As benzedoras e benzedores⁶ são pessoas que realizam o ofício de benzeduras através de rituais que evocam rezas e súplicas utilizando como fundamento as ervas cordões trançados de algodão, velas e agulhas objetivando restabelecer o equilíbrio material, físico e espiritual dos consulentes. As/os raizeiras/os, por sua vez, realizam a cura através da utilização de raízes do cerrado. Esse saber é materializado através das garrafadas feitas para determinados tipos de doenças: cada raiz com suas funções.

Ao passo que a pesquisa se encaminhou para a materialidade, foi necessário inserir os conceitos de racismo e territorialidade, pois estes vão ao encontro do conceito de cultura híbrida aqui já mencionado, bem como visto que a maioria desses detentores são negros e se localizam nos setores periféricos da cidade. Sobre o racismo, territorialidade e patrimônio cultural na cidade de Goiás entende-se que este processo de patrimonialização da cidade, buscou enfatizar uma cultura dos detentores do poder, uma cultura branca das famílias tradicionais, ou seja, os vencedores da História, deixando de lado os registros da história do negro na cidade, suas contribuições nas culturas materiais e imateriais. E quanto ao reconhecimento do patrimônio afro-vilaboense?

É perceptível que o patrimônio cultural da cidade de Goiás está inserido no centro histórico da cidade, estão em destaque aqueles cujos detentores são da elite branca e são lidos como heróis. Como por exemplo: a poetiza Cora Coralina, o Fogaréu, os monumentos, as edificações e muitos outros que poderão ser listados no decorrer desta escrita, que estão na área de tombamento da cidade. Como sugere Moura (2020), “fazer história no Brasil, fora dos marcos oficial, é uma prova de coragem. São muitos os assuntos proibidos e muitos os heróis sagrados das classes dominantes. Difícil é resgatar as raízes dos verdadeiros construtores do país” (p.5). Vale ressaltar, que a maioria dos cidadãos vilaboenses que não estão inseridos dentro destes patrimônios, não se reconhecem e não se sentem pertencentes.

A História do Brasil é um ramo problemático das sociais. Não por imprecisão conceitual ou metodológica, mas pelas barragens culturais e políticas que a pressionam e dificultam a sua legitimidade. Há uma distância imensa entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e a necessidade e exigência que as classes dominantes impõem aos historiadores “oficiais”, ideólogos dos valores, interesses e necessidades do atual tipo de sociedade (MOURA, 2020, p. 5).

⁶ Ver: <https://comitepampa.com.br/articulacao-pacari/>

Esses modelos ideológicos que as classes dominantes impuseram aos historiadores oficiais como sugere o autor, formou-se um sistema de dominação do qual,

Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social (MOURA, 2020, p. 14).

De acordo com o autor, o racismo possui uma base de dominação partindo dos princípios étnicos, ideológicos e políticos que as classes dominantes encontram justificativas para conquistas de territórios. Na cidade de Goiás, observa-se uma gama de expressões culturais e manifestações religiosas de matrizes africanas e afro-brasileiras que compõem parte do patrimônio cultural da cidade que quase não é falado ou registrado pelas mídias e até mesmo pela historiografia tradicional goiana, “é como se os negros não existissem, não fizessem parte nem participassem ativamente da sociedade brasileira” (SANTOS, 2005, p.14).

Ao realizar o mapeamento dos detentores do saber fazer medicamentos de ervas, raízes e benzedura, tomados como parte do patrimônio imaterial da cidade de Goiás, foi perceptível que todos estão longe do centro histórico da cidade, ou seja, nos setores periféricos, levando-os cada vez mais para o processo de esquecimento e desvalorização dos seus bens.

É importante salientar que esta pesquisa trará visibilidade aos detentores e aos seus saberes, partindo da perspectiva que esta traz em seu desdobramento o resultado da pesquisa, podendo ser divulgado em encontros acadêmicos, bem como a produção do catálogo que acrescentará o processo de divulgação deste saber, em especial, contribuindo com projetos de educação patrimonial.

1.1 Os Saberes Populares: A Arte de Curar e os Olhares Sobre o Patrimônio Imaterial

Neste item apresentamos as discussões teóricas e metodológicas que envolvem as políticas do patrimônio cultural, voltada para os saberes populares, e os contextos históricos dos ofícios de benzeduras e medicamentos com ervas no Brasil e em especial na cidade de Goiás, os conceitos e metodologias que serviram de base para realização da pesquisa, bem como as etapas de campo planejadas para coleta de dados, o levantamento preliminar das/os detentoras/es do saber fazer medicamentos com ervas,

raízes e benzedura e a proposta de devolutiva para a comunidade que se apresenta como forma de preservar e valorizar o bem.

O IPHAN é o órgão responsável por fiscalizar e coordenar o desenvolvimento das criações e instrumentos de políticas públicas para o Patrimônio Cultural brasileiro, bem como garantir que a legislação de proteção aos bens seja cumprida. Contudo, no ano 2000, o órgão coordenou a edição do Decreto 3.551, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Em 2004 foi criado o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI e em 2010 através do Decreto nº 7.387 foi criado o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, o Patrimônio Imaterial são as práticas de domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e os lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seus artigos 215 e 216 estabelece que todos os bens de natureza material ou imaterial são portadores de referência à identidade, à memória e à história de diferentes grupos que formam a sociedade brasileira (CF/88). Desta forma, a legislação atribui ao Estado à responsabilidade de desenvolver políticas públicas de preservação dos bens culturais de natureza imaterial, criando instrumentos de salvaguarda.

O Decreto 3.551/2000 é um instrumento regulador que institui e orienta o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro em suas diversas categorias nos seguintes livros:

I Livro de Registro dos Saberes – serão inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II Livro de Registro das celebrações – serão inscritos rituais de festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III Livro de Registro das Formas de Expressão – serão inscritos as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV Livro de Registro dos Lugares – serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais (**DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.**).

De acordo com o artigo XX o Decreto institui que, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI visa apoiar, fomentar e estabelecer parcerias com instituições do governo federal, estaduais e municipais, bem como universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organização privadas ligadas à cultura e à pesquisa a fim de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Dentre as políticas públicas do patrimônio imaterial, o PNPI possui sua função de captação de recursos, elaborar indicadores para acompanhar e avaliar as ações de valorização e salvaguarda dos bens de natureza imaterial, bem como a formação de parcerias e incentivos da preservação desenvolvida pela sociedade (BRAYNER, 2012, p. 27).

O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC é uma ferramenta metodológica que visa identificar, descrever e registrar os bens culturais de natureza imaterial, que remete às referências culturais de um lugar ou grupo social de forma que são atribuídas e adequadas em cada Livro de Registro instituído pelo Decreto 3.551/2000.

É um instrumento para conhecer e documentar bens culturais, como também para conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens. Assim, ao realizar esse trabalho de inventário, o IPHAN está, ao mesmo tempo, documentando e identificando problemas e soluções para salvaguarda das manifestações culturais (BRAYNER, 2012, p. 20 – 21).

Ao inventariar um bem cultural, é preciso identificar em quais condições este bem está sendo manifestado dentro da comunidade, se os detentores possuem alguma dificuldade para realizá-lo como obtenção de matéria prima ou outros fatores, se está sendo transmitido de uma geração para outra, se está ocorrendo alguma transformação ou se esse bem se encontra em situação de risco. Assim o IPHAN atua na busca de soluções para salvaguardar estes bens.

O Departamento de Patrimônio Imaterial em conjunto com as Superintendências Estaduais gerencia programas, projetos e ações que visam identificar e registrar o Patrimônio Imaterial, com o objetivo de preservar e difundir os bens de referência à identidade e à memória dos diversos grupos sociais brasileiros. É responsabilidade do DPI,

Gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário

Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/701>).

Dentre as políticas públicas do Patrimônio Imaterial aqui elencada, o ofício de benzedura e raizeiras/os se inserem na categoria dos saberes e ofícios. Os detentores desses saberes são pessoas que possuem a técnica do conhecimento passado de pais, avós, familiares ou pessoas mais velhas que possuem relação de afetividade e conhecimento entre os diferentes grupos de uma dada comunidade sobre ervas medicinais ou raízes, em sua maioria são pessoas de idade avançada. As técnicas dos conhecimentos tradicionais de ervas na produção de medicamentos e benzedura objetiva o cuidado com a saúde, física e espiritual das comunidades locais, buscando sempre o equilíbrio emocional dos consulentes.

A Lei 13.123/2015 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Desta forma, os detentores dos conhecimentos tradicionais estão intimamente ligados ao patrimônio genético, pois estão envolvidos com o uso de matérias primas para a materialização dos seus saberes desde a manipulação de ervas e raízes até a sua utilização para fins de medicamentos e benzedura.

Dentre as políticas públicas de proteção do patrimônio imaterial voltadas para os saberes tradicionais no uso de ervas para medicamento, a Fundação Pacari nasceu em 1999 com o objetivo de reconhecer e regulamentar a prática da medicina popular, a conservação do bioma do Cerrado através de seu uso sustentável e a conquista dos direitos coletivos das comunidades locais sobre seus conhecimentos tradicionais.

As organizações comunitárias participantes representam principalmente mulheres agricultoras, extrativistas, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, agentes das pastorais da saúde e da criança.

Para abrir uma discussão sobre a promoção de Políticas Públicas na cidade de Goiás, é necessária uma investigação sobre as criações de projetos que fomentam o cuidado e a preservação destes saberes tradicional. Desta forma, é preciso salientar que não foram realizadas outras investigações sobre tais políticas públicas implantadas no município.

A seguir, trataremos uma discussão sobre parte das pesquisas realizadas a partir das discussões historiográficas que discutem o tema, os contexto histórico dos

ofícios de benzeduras e medicamentos com ervas no Brasil e em especial na cidade de Goiás, para assim compreender os conceitos e metodologias que serviram como base durante o processo da pesquisa de levantamento, de mapeamento e de identificação dos detentores deste saber.

1.1.1 A Arte de Curar no Brasil: Saberes e Representações Locais

No Brasil, o saber tradicional de manipulação de ervas e raízes para uso medicinal, está enraizado na memória e tradição dos povos de diferentes regiões. Este saber popular são heranças culturais de africanos e indígenas, que utilizavam das técnicas de benzeduras, conhecimentos de plantas medicinais e recursos divinatórios para curarem males físicos e espirituais (CARNEIRO, 1937; RAMOS, 1940 e 1942; MACHADO, 1997).

Sabemos da relevância do diálogo sobre o contexto histórico dos africanos no Brasil, entretanto não é o objetivo deste trabalho, pois tratar desse tema aqui vale lançar mão de revisões e análises historiográficas. Entretanto podemos estabelecer um breve diálogo sobre a influência dos africanos nos saberes da utilização de ervas e raízes na medicina natural no Brasil.

De acordo com algumas obras historiográficas, a inserção dos africanos no Brasil se deu com a colonização portuguesa durante o século XVI. Eram povos de diferentes nações que foram capturados do continente africano para servirem ao homem colonizador na produção agrícola, nas minas de ouro, nas residências e em um conjunto de outras atividades. Quando chegaram ao país, foram submetidos ao trabalho escravo e em sua maioria, sem condições de saúde, higiene, e direito de expressar suas culturas (KARASCH, 2000; RODRIGUES, 2010; SOUZA, 1986; SILVA, 2012; AMARAL, 2015).

Ribeiro (1997) sugere que no Brasil, a medicina popular é a junção dos saberes indígenas, europeus e africanos, um dos fatores determinantes da consolidação brasileira, resultantes de uma medicina popular estabelecida durante o século XVIII. “A arte de curar praticada no dia-a-dia da Colônia esteve quase sempre a cargo de parteiras, curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros e sangradores” (p.23).

Para Fonseca (2005), a utilização das ervas como medicamentos naturais estão intimamente ligadas à botânica brasileira. São plantas típicas e saberes dos povos

indígenas que viviam no Brasil e praticavam a cura antes do homem colonizador. De acordo com o autor, os missionários jesuítas que se tornaram curandeiros, aproveitaram da medicina indígena tornando as plantas medicinais brasileiras famosas em todo o mundo.

De todas as práticas terapêuticas, o uso das ervas medicinais era a que maior legitimidade popular possuía como atesta o famoso comentário do naturalista Von Martius - a mata é a farmácia deste povo. Mezinheiros, curandeiros africanos e pajés utilizavam folhas, frutos, sementes, raízes, essências, bálsamos e resinas, partes lenhosas e brancas que esmagavam entre as pedras, pulverizavam, carbonizavam, dissolviam, maceravam. Coziam, para ingerir, aspirar, friccionar, ou aplicar em cataplasma numa extensa série de doenças. Não se pode esquecer que o emprego dessas plantas tinha um sentido mágico ou místico (FONSECA, 2005, p. 7).

Para Almeida (2011), apesar de tais saberes serem indígena, com a chegada do homem colonizador, a medicina popular obteve uma contribuição do homem europeu que trouxe diferentes ervas como, por exemplo, a erva-cidreira, erva-doce, manjeriço, alecrim, anis-verde e louro. Por outro lado, os africanos trouxeram seus costumes e diferentes plantas medicinais para o Brasil.

[...] com a vinda dos africanos para o Brasil, após três séculos de tráfico escravo, muitas foram às espécies vegetais trazidas, substituídas por outras de morfologia externa semelhante, enquanto algumas foram levadas daqui para o continente africano. No processo histórico brasileiro, os negros realizaram um duplo trabalho; transplantaram um sistema de classificação botânica da África e introjetaram as plantas nativas do Brasil na sua cultura, através de seu efeito médico simbólico. Sendo assim, ao incorporarem-se ao novo habitat e às novas condições sociais, algumas plantas indispensáveis aos rituais de saúde foram substituídas (ALMEIDA, 2011, p. 44. Apud PEREIRA & CUNHA, 2015, p. 130).

No contexto do Brasil colonial, os segmentos sociais eram divididos entre indígenas, africanos, mestiços e aqueles brancos ligados à coroa portuguesa que possuía maior poder aquisitivo, bem como cuidados na saúde com médicos e cirurgiões formados na Europa. Já os africanos, indígenas e mestiços, praticavam suas curas através dos conhecimentos que possuíam de suas memórias e aprendizados no dia a dia da colônia (EDLER, 2010).

As práticas ancestrais de cura indígena envolviam o emprego de plantas e também rituais sagrados e holísticos, muitas vezes com a participação dos enfermos e também do grupo tribal ou parental ao qual eles pertenciam (SPIX AND MARTIUS. Reis in Brasiliense, 1823-1831 Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Apud EDLER, sd, p. 28).

De acordo com Edler (2010) a medicina popular advinda dos indígenas, africanos e mestiços dominava amplamente a prática curativa no Brasil colônia. Observa-se que havia relações com a natureza espiritual dominada por crenças e rituais

que envolviam a mistura com as plantas, cujos grupos detinham conhecimento que promoviam a cura.

Ainda de acordo com o autor as condições dos africanos no Brasil, durante o período escravocrata, eram as piores dos grupos sociais que compunham a população. Exerciam diversas atividades sem que fossem oferecidas condições adequadas de saúde. Eles recebiam maus tratos e tinham uma má alimentação. Assim, podemos constatar muitas doenças manifestadas nos africanos.

No Erário mineral – farmacopeia (relação de produtos e procedimentos terapêuticos) escrita pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira após larga experiência terapêutica na região mineradora – registram-se as “crises reumáticas”, “as febres com catarrhos”, as “chagas nas pernas” que acometiam os escravos falcadores, obrigados a permanecer com metade do corpo submerso nos leitos pedregosos de rios gelidos durante horas, mergulhando, tirando cascalho e lavando. Estima-se que o tempo médio de vida nessas condições fosse de sete anos (EDLER, 2010, p. 31).

Os africanos escravizados trouxeram de diversas nações seus conhecimentos e práticas de cura de doenças e males espirituais através das ervas medicinais, raízes e orações. De acordo com Karasch (2000), “os africanos de nascimento eram sacerdotes, adivinhos, herbolários e curandeiros, imãs, médiuns e líderes de seu povo. [...] eram os intermediários poderosos entre este e o outro mundo e seus protetores contra o infortúnio” (p. 120).

Para Badinelli (2014), as curas dos africanos em sua maioria estavam relacionadas às fórmulas que incluíam vomitórios de “tártaro emético”, purgantes feitos com resina de batata e jalapa, bem como lombrigueiros feitos de sumo da erva de Santa Maria. “Essas curas eram feitas utilizando em grande parte ervas medicinais, que eram incorporadas ao processo de cura juntamente com benzeduras e orações das mais variadas” (p.26).

Quanto à população branca, Edler (2006) aponta que eram divididas entre:

Os nobres, os que viviam nos centros urbanos, os refugiados em engenhos ou fazendas, homens de negócios, médicos, advogados, aqueles que pertenciam ao clero, barnabés (funcionários públicos de baixo escalão), mascates, artesãos, oficiais mecânicos, carreiros, feitores, capangas, soldados de baixa patente, mendigos e pobres situantes que não viviam em condições melhores que algumas categorias de escravos (p. 31).

De acordo com o autor, todos estes fatores de vida da população branca e menos favorecidas na colônia afetava o ritmo de vida, o regime alimentar e o padrão de salubridade e conseqüentemente a saúde deste grupo também era afetada, fazendo com que os mesmos recorressem a medicamentos e saberes dos indígenas e africanos.

Já a elite branca; senhores de engenho, fidalgos, clérigos e comerciantes gozavam do conforto e comodidade de tratamentos das mais variados, tanto por aqueles conhecimentos de médicos cirurgiões estudados nas academias da Europa, como pelos trabalhos espirituais e físicos que os jesuítas exerciam nas Vilas, como também pelos conhecimentos dos indígenas e dos africanos que viviam nas condições de subalternos.

O papel espiritual dos brancos nas Províncias advinha do esforço dos jesuítas, que ofereciam assistência espiritual e física através dos conhecimentos do uso de ervas medicinais dos próprios indígenas e das catequese que, por estar relacionado em sua maioria intimamente com a coroa portuguesa, disseminava os ensinamentos católicos aos grupos. Desta forma,

Pelas mãos dos jesuítas, a Triaga brasílica, uma panaceia (conjunto de remédios para todos os males) composta de elementos da flora nativa, que chegou a ser a segunda fonte de renda da ordem jesuítica na Bahia, ganhou fama internacional. Aos jesuítas deve-se imputar a iniciativa pioneira de intercâmbio entre esses universos da medicina, já que eles também absorviam o saber dos físicos, cirurgiões e boticários, aplicando-os nos precários hospitais da Santa Casa da Misericórdia (Marques, 1999, apud EDLLER, 2010, p.32).

Ainda que os saberes e conhecimentos sobre a cura através das raízes e plantas medicinais estivessem ao alcance do homem europeu, havia a necessidade de legalização do uso das plantas a partir da ciência fitoterápica pelos cirurgiões e boticários formados nos países europeus que vieram para o Brasil a mando da coroa portuguesa (BADINELLI, 2014, p. 21).

De acordo com Badinelli (2014) durante os séculos XVI, XVII e XVIII houve um movimento por parte dos médicos cirurgiões, barbeiros, boticários e jesuítas, a fim de estudar a flora brasileira e descobrir curas das doenças através das plantas. Para isto contaram com os conhecimentos dos indígenas, para criarem fórmulas e medicamentos. Para o autor, até esse período, as práticas e conhecimentos de cura eram aceitáveis pela necessidade de sobrevivência da população e por interesses econômicos, bem como a falta de médicos em algumas regiões do país onde as doenças assolavam a população em todas as esferas.

A partir desses primeiros conhecimentos passam a ser feitos vários esforços para conhecer as plantas brasileiras que poderiam ter utilidade na cura e também servirem em atividades comerciais. Desde um primeiro momento, já haviam sido feitos esforços na direção contrária, a de aclimatar uma grande quantidade de plantas cultivadas em outras regiões do império no Brasil (BADINELLI, 2014, p. 23).

Contudo, o conhecimento dos grupos que não frequentaram a academia e não possuíam formação de cirurgiões e médicos, passou a ser mal visto nas províncias. Havia uma necessidade de controle que partia do santo ofício da igreja católica, em manipular a sociedade e os praticantes de cura espiritual que não obedeciam aos padrões da Igreja.

A rigidez religiosa propalada pelo Tribunal do Santo Ofício (órgão da Inquisição), e pela rigorosa legislação sanitária lusitana expressa em cartas régias ou nas Ordenações Filipinas, contrastava fortemente com as tênues fronteiras culturais que agrupavam, num mesmo campo, práticas terapêuticas, benzeduras, feitiços, encantamentos e adivinhações. Feiticeiras e curandeiros eram requisitados para resolverem uma ampla gama de problemas ligados a tensões e conflitos cotidianos em que a cura terapêutica e a neutralização de feitiços possuíam um mesmo significado simbólico: a restauração de uma harmonia rompida (EDLER, 2006, p. 26).

Assim, para Rodrigues (2010), com a chegada da família real para o Brasil no século XIX, a arte de curar passou a ser legalizada apenas para aqueles que possuíam diploma acadêmico de formação e autorização por parte da coroa portuguesa. Os curandeiros, parteiras, pajés, feiticeiros/as, benzedores, raizeiras/os e outros grupos que possuíam o conhecimento de manipulação das ervas e das raízes, passaram ser perseguidos e acusados como charlatões pelas autoridades públicas por exercerem ilegalmente a medicina. Desta forma,

No bojo de uma discussão em torno do controle médico sobre um espaço institucional, a República, em seu primeiro Código Penal (1890), procurou introduzir artigos que visavam regular a prática ilegal da medicina, a prática da magia e do espiritismo e proibir o curandeirismo. O enquadramento da atividade desses sujeitos como “exercício ilegal da medicina” seria ratificado pela legislação de muitos Estados da Federação, sendo que nem todos seguiriam à risca a perspectiva nacional (RODRIGUES, 2010, p. 02).

De acordo com Rodrigues (2010), apesar das perseguições sofridas, os grupos de não letrados que possuíam em seus conhecimentos a arte de curar na antiga colônia não deixaram de existir e ter seus adeptos.

A perseguição aos curandeiros e às parteiras não havia conseguido barrar a sua presença no cotidiano dos mais diferentes grupos sociais e étnicos no início do século XX, sendo que também existiram inúmeras ocasiões em que mesmo as leis que tinham como função eliminar tais práticas não passaram de letra morta diante do prestígio de certos curandeiros que, como vimos, tinham entre seus adeptos até mesmo aqueles que deveriam reprimir suas artes de curar (RODRIGUES, 2010, p. 03).

Entre a disputa por tomar o poder de manipular os saberes das ervas, de acordo com Rodrigues (2010), em 1919 ocorreu uma reforma nos serviços sanitários para garantir o monopólio das artes de curar. Médicos, dentistas e farmacêuticos se

organizaram e fundaram uma associação que fizesse valer as letras do novo regulamento sanitário com objetivo de pressionar os órgãos de repressão do Pará e promover a reintegração da classe farmacêutica.

Desta forma, passaram a combater as práticas de cura populares conquistando novos seguidores. “Os esculápios”, na sua batalha pelo monopólio da profissão, não viam a hora de substituir essas tradições seculares das artes de curar por seu pretensível método técnico-científico e colocar sob sua dependência toda sorte de paciente” (RODRIGUES, 2010 p. 06).

Assim, observa-se que, aos poucos, a ciência médica foi tomando lugar dos costumes e das práticas de cura da medicina popular desde o ano de 1919. Esses costumes e práticas de cura são conhecimentos e técnicas dos indígenas, africanos e parte delas relacionadas aos costumes europeus. Hoje os curandeiros, parteiras, benzedores e raizeiros estão aos poucos dando lugar à medicina científica. Alguns por estarem em idade avançada, outros por não terem conseguido passar seus conhecimentos para gerações futuras (FLORIANO, 2016).

Sobre a situação religiosa atual das benzedoras e benzedores de alguns estados Brasileiros em especial o de Goiás, algumas pesquisas bibliográficas apontam para um sincretismo católico que por muito tempo tomou espaço e deteve o poder de controle de diferentes grupos formadores da identidade e memória brasileira. No entanto, o que difere ou o que carrega a identidade de diferentes regiões, são os modos de bem dizer ou benzer os consulentes como; rezas, cantos, elementos, símbolos e a fé no sagrado que trás a cura.

Os autores ANDREOLLA & LIA (2018), ao realizar a pesquisa sobre o catolicismo popular em Fazenda Souza analisaram as relações estabelecidas pelas benzedoras e apontaram que são grupos majoritariamente católicos e de descendência italiana. Durante a análise, as autoras realizaram o registro histórico da trajetória das benzedoras do local apresentando a relevância social desse saber com a expectativa de impedir o esquecimento das detentoras e seus saberes.

Em CHAGAS; et al (2007) apontaram que na comunidade rural de remanescente de quilombo de Furnas do Dionísio em Jaraguari – MS, as benzedoras e benzedores declararam como sendo a maioria de religião católica apostólica romana e outro grupo pequeno como sendo evangélicos. Os autores ainda apontam que nesse local, se encontra dois templos religiosos: igreja católica de Santo Antônio e ao templo

evangélico Assembleia de Deus de Madureira e que religiões ligadas aos cultos de origem africana são repelidas pelos próprios detentores.

Em seu estudo SANTOS (2016) descreveu as práticas de cura e rituais das benzedeiros de Pires do Rio e Palmelo da região sudeste do estado de Goiás, em seus espaços de atuação. Durante a pesquisa de campo, a autora se deparou com o pluralismo religioso, pois, as benzedeiros entrevistadas, declararam-se: católicas, espíritas e evangélicas. Não existindo, portanto uma única matriz religiosa, apontando assim para o que podemos chamar de culturas híbridas, aqui já descrito.

Já FARINHA (2012) identificou as transformações nas práticas das benzedeiros em Anápolis, a partir de suas transições do meio rural para o ambiente urbano. De acordo com a autora essas mudanças de ambiente, fez com que as detentoras passassem ter maior contato com a Igreja Católica e com a medicina científica. Ressignificando suas práticas, e assim serem aceitas dentro de um universo religioso predominante católico. Entretanto, não deixaram de sofrer preconceitos por parte do discurso religioso católico que consideram estas práticas como sendo supersticiosas e condenando-as como sinônimo de demonização.

Por outro lado, SANTOS (2009) descreveu que as benzedeiros de Cruzeta da região do Seridó Potiguar localizada no Rio Grande do Norte – RN apresentam elementos díspares, por transitarem entre as religiões: católica, evangélica e de matrizes afrodescendentes (culto da jurema). Para realizar essa análise durante a pesquisa de campo, o autor observou alguns objetos que retratam elementos e significados dessas religiões dividindo o mesmo espaço, como por exemplo: Bíblia, Boneca Preta, Pinhão Roxo e outros.

Nessa perspectiva, CUNHA (2018) analisou as rezas de cura populares inseridas no contexto das práticas de benzeção nas cidades históricas: de Mariana, de Ouro Preto e de Serro situadas em Minas Gerais – MG. Assim apresentou-se uma diversidade religiosa por parte das detentoras pesquisadas, onde o catolicismo divide espaço com o espiritismo e outras formas de manifestação da fé, nesse último caso a pesquisa da autora apresenta que suas interlocutoras de Mariana e do Serro declararam não ter religião ou serem agnósticas. Entretanto, vale ressaltar que essa autora apresenta um desconforto por parte das detentoras em se assumirem como benzedeiros, por temerem causar desentendimentos com as autoridades de suas paróquias e assim causar conflitos entre elas e o padre. Um fator relevante a ser pensado, é o quanto a dominação

de poder prevalece em detrimento aos grupos marginalizados de religiões que não são compatíveis com as que predominam nos espaços. Nesse caso, a religião católica.

Durante a pesquisa de SOARES (2018), ela nomeou o ofício que chamamos aqui de benzedoras como ‘terapeutas populares’ ao analisar os saberes e fazeres advindos de conhecimentos populares em Pirenópolis – GO e Brasília – DF. Para Soares nomeá-las como benzedoras, parteiras e curandeiras não são o suficiente, pois estas detentoras abarcam uma diversidade de práticas que exercem ao fazerem parte de cenários coletivos de cura no Brasil, pois, efetivam seus conhecimentos nos Centros de Saúde em um ambiente terapêutico fazendo atendimentos e promovendo cursos.

Assim, vale ressaltar que saberes como estes precisam ser registrados, valorizados e reconhecidos como parte da memória, identidade e patrimônio cultural que formam a sociedade brasileira, bem como a relevância do repasse e conhecimento para as gerações futuras que possuem como direito ao acesso de seu passado histórico e social. A seguir, veremos como este saber foi consolidado na capitania de Goiás durante o período em que diferentes grupos chegaram ao local, bem como um breve histórico sobre a saúde da sociedade na época do período aurífero.

1.1.2 Rituais de Benzedura e Medicamentos em Vila Boa de Goiás – Cidade de Goiás

Como apresentado anteriormente sobre o contexto histórico do uso das ervas medicinais e cuidados espirituais no Brasil, sendo pontuados alguns estados, a cidade de Goiás apresenta registros e fatores relacionados à saúde física e espiritual da população vilaboense desde o período colonial. Assim, é preciso levar em consideração que no passado a presença de africanos na antiga Vila era fortemente marcada devido à quantidade de ouro que era explorado no período de mineração durante os séculos XVIII e XIX. A historiografia goiana⁷ aponta indícios a partir de relatos de viajantes e documentos criminais, sobre a presença da origem de curar doenças pelas técnicas de benzimentos e ervas medicinais.

Citados por Magalhães (2004), Câmara Cascudo denomina os saberes e conhecimentos da medicina através de manipulação de ervas e raízes como sendo de medicina popular. Já para Alceu Maynard estas práticas de curas são chamadas de

⁷ Ver: PALACIN, Luís; GARCIA Ledonias Franco; AMADO, Janaina. **História de Goiás em Documentos I**. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995. PALACIN, Luís. **Goiás: 1722-1822 estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: DEC, 1972.

medicina rústica, “numa região, onde praticamente se desconhecia a figura do médico, comuns eram as atividades da parteira prática, do raizeiro, do benzedor e, também, rituais de caráter mágico-religiosos” (p. 197).

De acordo com o relatório do viajante Pohl⁸, a assistência médica nas capitanias de Goiás e na antiga capital Vila Boa de Goiás no século XVIII era precária tanto em medicamentos como em casas de saúde. Fato como este foi observado por Campos (2013), em análise documental da época. Ela sugere que as práticas de curar doenças em Vila Boa de Goiás no século XVIII partiam dos africanos escravizados. “Manipulavam ervas na fabricação de remédios para curar as doenças, já que quase não havia médicos na capitania e os preços dos remédios eram abusivos” (p. 26).

[...] Pertenseu esta Capitania a hum Xarlatão, que ainda no paiz da ignorância não podia fazer figura, por que Suposto em toda a capitania não haja hum Só Médico, achão-senella muitos Cyrurgiões que tendonose exercitado no Hospital Real da corte, [...] os mesmos que se considerão mais hábeis tem muito pouco em que Se empreguem, porque Sendo mayor parte dos habitantes e Mineiros, ou Rosseiros, muito poucos aSistem nosArrayaes, e quazi todos aonde applicão os trabalhos dos Seus Escravos; As utilidades destes não correspondem ádespeza de lhes chamarna doensa hum Professor, nem servisse para o Comum dos excessivos preços das Boticas; Seus donos mandão vir por junto dos portosMaritimos Remediosordinarios, eles lhes ministrão, ou o mandão fazer por algum Escravo a quem Sentem algumgeito de Infermeiro [...] ⁹.

Como aqui ora apresentado, as condições de saúde da população em Vila Boa de Goiás durante o século XVIII não era diferente dos outros interiores do país. Podendo observar que estes derivam da falta de médicos e medicamentos, assim buscou nos saberes popular o conhecimento das plantas e raízes para manutenção da saúde, dos quais até mesmo os donos de escravos solicitavam, como aponta o documento mencionado anteriormente. Os africanos de Vila Boa de Goiás detinham o conhecimento de raízes e plantas para curar certos tipos de doenças físicas e espiritual.

Magalhães (2004) observou que a falta de assistência médica nas capitanias levaram os goianos utilizar plantas e raízes medicinais, levando-os ao cultivo de diferentes ervas, para o tratamento dos males do corpo e da alma. “Aproveitavam, também, outros produtos de natureza vegetal (cascas, folhas, frutos, sementes, óleos e resinas) e animal (couro, gordura, excrementos) provenientes da mata [...]” (HOLANDA, 1994. Apud MAGALHÃES, 2004, p. 192).

⁸ POHL, J. E. Viagem no interior do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, vol. 1, 1951, p. 298.

⁹ Documento nº 2811, rolo 63, p. 453, cx. 49, Projeto **Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Transcrição da arquivista Milena Bastos Tavares. Cidade de Goiás: MDB, 2010.

A cura através das ervas medicinais estavam entrelaçadas com os rituais religiosos. Em sua maioria eram acompanhados de rezas e benzeduras. De acordo com Age (2011), para alguns, a doença era causada por bruxarias ou feitiçaria “acreditava-se que para curar a moléstia, era preciso agir contra o espírito mal invocado, valendo-se para isso de rituais religiosos” (p. 02).

Em Villa Boa de Goiás, a procura por mulheres que curam a partir de conhecimentos práticos permanece durante todo o período colonial brasileiro. No caso dos cuidados com a saúde dos bebês e das mulheres e na realização de partos, era comum a presença das parteiras, benzedoras e curandeiras e ainda as mulheres mais velhas, a partir de suas experiências, cuidavam dos males de outras mulheres, principalmente as doenças uterinas, com receitas à base de ervas e de flores (AGE, 2011, p 03).

Para Magalhães (2004), além dos raizeiros, havia os curandeiros e feiticeiros que utilizavam magias e medicamentos à base de ervas, cinzas e excrementos. Os benzedores não indicavam medicamentos, a cura era realizada através de rezas “curavam hemorragias, outras hidropisias, asma, úlceras e inúmeras outras enfermidades. Benziam bicheiras de animais e indicavam, ainda, o recanto onde se encontrava algum bicho sumido por vários dias, em vão procurado” (p.198).

Karasch (1999) aponta que nos séculos XVIII e XIX a influência econômica da mineração na capitania facilitou bastante o aumento de doenças graves, momento este em que o número da população na capitania foi crescendo gradualmente. No processo do contato entre índio, africano e o homem europeu, a busca por cura de doenças até mesmo desconhecidas, era cada vez mais intensa. Contudo, o conhecimento dos indígenas, somado às experiências dos africanos e daqueles letrados na medicina europeia e autorizada pela coroa em exercer suas funções médicas, fizeram um papel importante na cura de diversas doenças na capitania de Goiás.

De acordo com Age (2011), a arte de curar no Brasil possuía características de homens e mulheres comuns, entretanto, haviam os médicos e cirurgiões letrados que exerciam a profissão de curar os doentes, e assim para eles eram os únicos que poderiam exercer a medicina legalmente. Em meados do século XVIII, houve uma tentativa de oficializar a cura de doenças dos militares da coroa, criando o Hospital Real Militar com o objetivo de ocupar o lugar importante e com melhor eficácia em detrimento àqueles conhecimentos que a maior parte da população exercia e que foram herdados oralmente de seus antepassados.

Entretanto, muito desse esforço não se obteve muito êxito, pois ainda que não legalizada e autorizada pela coroa, os cuidados com a saúde ainda partiam dos

curandeiros, parteiras, benzedores e raizeiras, como afirma Age (2011) “entretanto, um número significativo de militares, quando doentes, rejeitavam o tratamento oferecido no hospital para cura de seus males. Quando podiam, permaneciam em casa para receberem tratamentos terapêuticos oriundos da arte médica popular” (p.02).

Essa preferência para que os doentes e a parturiente permanecessem no ambiente doméstico e todo o repertório das práticas curativas oriundo do conhecimento popular, incomodava os olhares médicos. Desse modo, algumas questões se tornaram cruciais para os médicos das diferentes capitanias do Brasil. Trocar conhecimentos, colher informações, experimentar e observar as práticas curativas populares. Isso porque, aos doutos, cabia tentar impor sua ciência. Esse foi um dos motivos que fez com que as práticas médicas desenvolvidas estivessem associadas aos saberes popular (AGE, 2011, p. 3).

Vale, assim, ressaltar que, por mais que fossem negados e inferiorizados, os saberes e aprendizados da medicina popular, ainda assim eram praticados pelos grupos que possuíam a técnica da cura por meio de rezas, plantas e raízes. Assim, o saber popular e a medicina em Vila Boa de Goiás, estão entrelaçados a esses conhecimentos que ultrapassaram o tempo e ainda permanecem na atualidade.

Ao relacionar os processos de cura do passado com a atualidade, na cidade de Goiás (antiga Vila Boa), nota-se que, os tratamentos de doenças, a partir das ervas e raízes praticados pela população, estão entrelaçados aos saberes populares e aos conhecimentos ancestrais passados de geração para geração.

Esse fenômeno, transmissão dos saberes, alcança gerações e está ligado ao direito à memória, que dá acesso ao conhecimento do passado, processo fundamental para a formação da identidade de um grupo. No caso dos detentores, aqui entrevistados, percebe-se que a maioria está relacionados aos grupos de religiões afro-brasileira constituídos por uma memória identitária a partir dos antigos negros escravizados que viveram nas Capitanias de Goiás, por possuírem elementos simbólicos que retratam a cultura de origem africana.

Assim, o repasse de tais saberes para futuras gerações, como direito à memória estabelece o conhecimento e reflexão dos modos de vida do passado dessa sociedade de tal forma que “não é simplesmente o acesso à cultura, mas a parte dela que evoca a origem do povo, os seus valores fundantes e as suas raízes” (DANTAS, 2010, p. 67).

Esses direitos estão amparados e fundamentados na Constituição Federal de 1988 no artigo 215, onde especifica que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a

valorização e a difusão das manifestações culturais”. Entretanto, a cidade de Goiás ainda não estabeleceu ou constituiu políticas patrimoniais que garantem a promoção e difusão desses saberes.

O item que se segue, analisa o espaço de memória e territorialidade das benzedeadas e benzedores da cidade de Goiás, apresentando um breve histórico contemporâneo da cidade, para assim entender como se formou o processo das políticas de patrimonialização que ora foram se estabelecendo desde o período em que o ouro deixou de ser o principal setor econômico, bem como, o breve histórico dos setores onde os detentores estão inseridos. Essa análise permitirá a compreensão dos fatos que sugerem a exclusão de grupos afro-vilaboenses e suas expressões/manifestações culturais para os setores periféricos da cidade, levando-os em sua maioria a provocação do não sentimento de pertencimento do Patrimônio local.

1.2 Espaços de Memória e Territorialidade: as benzedeadas e benzedores da cidade de Goiás.

Neste item será abordado um breve histórico contemporâneo da cidade de Goiás, bem como de alguns setores onde os detentores pesquisados estão inseridos, as histórias de vida, o cotidiano, os saberes de benzedura e as formas de utilização das ervas e raízes na produção de medicamentos. Para compreender os processos que envolvem as políticas de patrimonialização da cidade, o processo de exclusão dos grupos afro-vilaboenses e suas expressões/manifestações culturais de origem africana que os deixaram fora de tais políticas.

Aqui vale ressaltar que a pesquisa encontrou dois empecilhos, o primeiro deles foi a crise sanitária de Covid-19 que assolou o mundo todo desde o início do ano de 2020 e, com isso, a pesquisa com os detentores, em sua maioria, não foi realizada por eles não sentirem seguros para obter contato com pessoas que não fossem do seu grupo familiar. O segundo foi a demora em obter aprovação do Comitê de Ética para realizar a pesquisa de campo.

Assim, foi possível registrar seis (6) benzedeadas e benzedores na cidade de Goiás. Sobre o levantamento do histórico de cada setor, não foi possível ser realizado a partir de fontes documentais devido os arquivos, onde se encontram as documentações, estarem fechados para pesquisa. Desta forma, o breve histórico que aqui foi registrado está baseado nas informações dos detentores pesquisados e da historiografia goiana.

Ainda que não seja o objetivo deste relatório, faz-se necessário discorrer sobre o conceito de território e territorialidade e parte do histórico de formação da cidade de Goiás. Para entender as relações de poder sobre as nomeações dos bens do patrimônio cultural da cidade, uma vez que estes detentores estão localizados nos setores periféricos.

De acordo com Boaventura (2007), na capitania de Goiás, foi estabelecida uma política urbana a partir da ação colonizadora no período de descoberta de novas minas de ouro. Tal política servia para garantir o controle dos territórios até então descoberto por Bartolomeu Bueno da Silva, partindo da perspectiva de que os “estabelecimentos de núcleos urbanos garantiriam a efetiva ocupação de espaços de soberania ainda não definida” (p. 63).

Nessa época, a presença do controle metropolitano na formação desses primeiros núcleos urbanos foi marcada pela participação dos donatários, que obtiam prerrogativas para tal, mas ainda assim, normas jurídicas e administrativas deveriam ser obedecidas, particularmente aquelas referentes à distribuição de terras e ao povoamento da costa (BOAVENTURA, 2007, p. 63).

Ainda de acordo com a autora mencionada, a coroa portuguesa nesse período adotou várias estratégias para apropriação de terras na Capitania de Goiás, entre elas estavam os registros cartográficos, expedições para exploração de terras, abertura de caminhos terrestres e fluviais, a partilha de terras através do sistema de sesmaria e de datas minerais e assim tal conjunto de estratégias foram fundamentais para o povoamento da região.

A divisão de terras na Capitania de Goiás, foi a partir do século XVIII com o sistema de sesmarias e datas minerais, a coroa portuguesa objetivava povoar as terras goianas, para garantir a expansão de seus territórios e o controle do poder sobre as mesmas. Entretanto, de acordo com Boaventura (2007), estas distribuições de terras pelos sistemas de sesmarias não eram apenas solicitar aos representantes do poder público, havia uma restrição: “Para o deferimento, exigia-se que o solicitante fosse cristão e não havendo nenhuma restrição de caráter social, pagava-se apenas o Dízimo da Ordem de Cristo” (p. 120).

A criação da Vila Boa de Goiás se deu da necessidade que a coroa achou para controlar as minas de ouro que foram descoberta no século XVIII, “pois a inauguração de uma capital representaria também a sua organização, autonomia,

instauração de um governo próprio [...], visava, sobretudo, ampliar a segurança da exploração do ouro encontrado” (BOAVENTURA, 2007, p. 129).

Observa-se assim, como essa estrutura de dominação do espaço foi se formando no território que hoje é a cidade de Goiás: por um lado, a necessidade de controlar as minas de ouro da Capitania e assegurar a exploração, por outro, a colocação e posição social de cada grupo.

Assim, a configuração do território vilaboense sugere as relações de poder, bem como as dimensões de hierarquização e estratégia de controle que veio se construindo ao longo da História da cidade. Estas relações por anos ditaram o que era importante ou não de ser preservado enquanto elementos da cultura vilaboense, em detrimento à cultura afro que em sua maioria são encontradas nos setores periféricos da cidade.

Ancorado em Le Berre (1995), Santos (2009), sugere que o espaço territorial de uma nação indica poder de Estado ou formação política, cuja soberania é a expressão do domínio patrimonial ou de propriedade a partir de uma constituição jurídica reconhecida pelo fórum internacional. Assim, de acordo com os autores, esse caráter jurídico está ligado aos tratados sobre agrimensura a partir de parcelas de terras apropriadas.

[...]. Dessa forma, a palavra território possui um inerente significado jurídico, que abrange três importantes conotações: *dominação*, através do poder do soberano; *interdição*, devido ao controle territorial; e *demarcação*, dadas as fronteiras físicas. Essas características atribuem à palavra território a dupla natureza de um termo jurídico/político (SANTOS, 2009, s/p.).

Nesse contexto histórico do século XVIII, a cidade foi construindo seu espaço urbano a partir de uma base arquitetônica colonial, que mais tarde passaria a ser referência do Patrimônio cultural. Gomide (1999) sugere que além de casas, foi construído o Palácio Conde dos Arcos para abrigar o governador da Capitania em 1751, os prédios administrativos e religiosos como; a Casa de Câmara e cadeia em 1761, Igreja de São Francisco em 1761, Igreja de Nossa Senhora da Abadia em 1770, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte em 1779 e Igreja de Santa Bárbara em 1780, em 1788 o Chafariz de Cauda que servia para o abastecimento de água para a comunidade, e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na década de sessenta do século XVIII, que foi demolida na década de 1930 e construída em estilo neogótico.

De acordo com a historiografia goiana o ouro na Capitania de Goiás teve seu apogeu até o ano de 1770 e logo entrou em crise, provocando assim o abandono de muitos povoados. Assim, nos finais do século XVIII e XIX, a Capitania goiana retomou a economia através da pecuária e agricultura, e Vila Boa tornou-se cidade de Goiás em 1818 por carta régia de Dom João VI. Mesmo após a independência do Brasil, a cidade de Goiás continuou com a política das oligarquias, estando no poder dominantes as famílias; Bulhões, Fleury e Caiado¹⁰.

Com a crise do ouro a oligarquia dos Caiados tomou o poder no início do século XX e foi até a Revolução de 1930 de Getúlio Vargas. Vargas monopolizou o poder do país e nomeou Pedro Luduvico Teixeira como governador do Estado. Desta forma, Vila Boa de Goiás passaria por um novo período de poder político do território. Não possuíam mais interesse econômico e político em relação à Vila Boa de Goiás. a partir do momento que Goiânia foi criada e planejada para ser reconhecida como capital, a Vila Boa perdeu seu posto.

Figura 1 – Imagem da Rua do Carmo e ponte que liga o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara.



Fonte: http://www.vilaboadegoias.com.br/album_fotos/fotos_antigas/page/image59.html

¹⁰ CARVALHO, Leandro. **História de Goiás**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/historia-goias.htm> Acesso em 01/07/2021 as 11:03h

A imagem anterior retrata Vila Boa de Goiás após o período de mineração. Ao lado esquerdo da imagem, apresenta o prédio edificado do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, ao lado a fachada da Igreja Nossa Senhora do Carmo, à frente e subindo a rua, são casas geminadas que abrigam as famílias tradicionais vilaboenses, são edificações que retratam o período de colonização. Em destaque, a ponte que atravessa o Rio Vermelho, sobre ela se encontram dois homens que aparentemente observando a cidade.

De acordo com Gomide (1999), “com a mudança da capital, o vazio foi inevitável, pois mudaram os órgãos estaduais e seus respectivos funcionários” (p. 25).

A comunidade precisava se preservar no seu aspecto econômico e na condição de centro político. A resistência da comunidade fica evidente no que se refere a esse primeiro vazio, causado, sobretudo em função do esgotamento do ouro e do fim da “aventura”, tornando Vila Boa, aos olhos externos, mais pacatos do que atrativa. Essa história, no que se refere à memória da comunidade local, à formação de seu patrimônio cultural, não se apresenta como um vazio decadente, mas sim como um esvaziamento temporário, no qual o local permaneceu na condição de centro político (GOMIDE, 1999, p. 26).

Sobre o conceito de decadência, após a crise de produção do ouro em Goiás Chaul (2010) aponta diversas críticas que a historiografia goiana e viajantes teceram sobre o processo afirmando a partir de um modelo de sociedade, a ocidental, o atraso produzido pela queda da produção aurífera. A permanência das condições de atraso estarão relacionadas aos caminhos e sua superação pelas aberturas de estradas, em um contexto em que vários países da Europa passavam pelos caminhos da modernidade e industrialização com “fábricas em pleno vapor e mundos se interligando através de meios de comunicação mais desenvolvidos” [...].

A representação das estradas nos dá a tônica do conjunto vislumbrado pelos viajantes. Sem estradas, não poderia haver comunicação. Imperava o isolamento. As distâncias mantinham a solidão do lugar. Sem estradas, nada era pensável, nenhuma ligação possível entre o “campo” e a “cidade”. Por isso a ausência de estradas, ou as suas lamentáveis condições, fazia parte de todos os discursos e clamores da época, desde os dos viajantes até os dos historiadores contemporâneos que analisaram a província de Goiás (CHAUL, 2010, p. 61).

Segundo Gomide (1999), a transferência da capital se deu pela justificativa de que a cidade apresentou um vazio com a crise do ouro, não havia trabalho e os cidadãos apresentavam em sua maioria ociosos e baderneiros. Entretanto, para a autora este esvaziamento causado pelo término da euforia aurífera não estagnou a cidade, pois as construções dos prédios erguidos durante o período colonial logo passaria a ter suas importâncias nos âmbitos de preservação do patrimônio edificado.

De acordo com Chaul (2010), após a crise do ouro, a realidade econômica e social em Vila Boa de Goiás, fazia com que o poder da oligarquia dos Caiados crescia ainda mais no início do século XX e fortalecesse o desenvolvimento da agricultura e agropecuária. Essa estrutura se manteve no poder até a Revolução de 1930 no governo de Getúlio Vargas.

Entretanto, os planos de Vargas para o país objetivavam a modernidade, desenvolvimento e progresso em um país que se fortalecia economicamente e culturalmente. Desta forma, Vila Boa de Goiás passaria por um novo período político e econômico do território, quando o então governador Pedro Luduvico transferiu a capital do estado para Goiânia. Goiânia foi planejada visando o progresso e a modernidade.

A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização deste obre, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu *modus vivendi* com a questão da modernidade. Entre a perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, traçando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação (CHAUL, 2010, p. 170).

A tarefa de afirmação da nação e do Estado no governo de Getúlio Vargas marca o início do movimento de patrimonialização dos bens culturais do país, uma vez que este movimento já acontecia em alguns países da Europa, uma forma de reafirmar uma identidade da nação, assim a primeira Lei de patrimonialização foi criada em 1933 com o Decreto Nº 22.928 de 12 de Julho. Ao encontro das políticas de patrimônio, havia também a preocupação em formar um homem moderno a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde, pois que a sociedade devia se relacionar com a nova identidade nacional de modernidade que o governo Vargas pretendia para o Brasil. “Era preciso “elevar” o nível das camadas populares, sendo necessário para isso “desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras” (Schwartzman et al, 1984, apud CAVALCANTI, 1999, p. 180)”.

Órgãos oficiais como a revista Cultura Política veiculavam artigos insistindo na inexistência de um povo brasileiro e na premência de forjá-lo. Para a gigantesca tarefa de formar a nacionalidade, necessário seria tornar o país homogêneo, aplainando as distinções regionais e raciais que distinguiam, negativamente, o Brasil (CAVALCANTI, 1999, p.180).

De encontro a esta análise Cunha (1999) sugere que neste período, o ideário de formar no país uma hegemonia cultural apresentava uma problemática de abordagem capazes de afirmar aspectos positivos de raça e de sua miscigenação. Entretanto, o contexto histórico do Brasil deixaria explicito as múltiplas influências da escravidão, na

raça, no idioma, nos costumes, na religião e na moral, dificultando assim a ideia de um país evoluído. Desta forma,

Propunha disseminar, de forma pedagógica, informações sobre planos desconhecidos da vida da população afro-brasileira no país, de maneira a recontextualizar a imagem do trabalho não-qualificado e da marginalização social [...] Assim, falar da escravidão se revelava um perigoso recurso, uma vez que pretendia-se dignificar planos da cultura e da história de um povo, de uma raça, de uma civilização, cujos indivíduos eram quase sempre vistos através das lentes da desqualificação social (CUNHA, 1999, p. 258-259).

Assim, o projeto de construção da nação perpassa para uma discussão de higiene social que reuniu autores intelectuais como Afrânio Peixoto que buscava no movimento higienista a justificativa para empreender políticas nos campos da medicina e do direito em nome da defesa social¹¹, “quanto pela comunhão de um ideal mais amplo, eugênico, de melhoramento da ‘raça’ através da intervenção das instituições do Estado junto aos indivíduos” (CUNHA, 1999, p. 273).

Neste contexto em que o país passava por um processo de construção com o ideário nacional hegemônico, a cultura afro-brasileira apresentava um problema, visto que o papel do negro nas escritas científicas ou intelectuais aparecia como grupos de pessoas que representavam o atraso, a imoralidade e a inferioridade enquanto raça.

Assim, basearam-se na crença de que a miscigenação seria um fator primordial para mudar a realidade do status do negro no Brasil. Como justificativa, “os negros eram delimitados pela “ciência evolutiva” com base em atributos biológicos oriundos do que chamou de ‘teorias raciais” (SCHWARCZ, 1993 apud LIMA, 2012, p. 19).

Um desdobramento importante da discussão racial e do desenvolvimento dessas ideias no contexto brasileiro é a tese do branqueamento. O pessimismo em relação à mestiçagem vai ser substituído aos poucos por uma noção menos agressiva em relação à mistura racial que definia o Brasil. Aceita pela maior parte da elite brasileira, a teoria do branqueamento, passou a ser foco da discussão racial entre 1889 e 1914 como uma forma de solucionar a problemática racial. Como indica Skidmore, ao invés de produzir indivíduos degenerados, a mestiçagem passaria a gerar uma “população mestiça sadia capaz de tornar-se cada vez mais branca, tanto cultural e como fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p. 81 apud LIMA, 2012, p.22).

Como aqui já mencionado, durante o governo de Vargas, foram planejadas diversas políticas que reforçaram a imagem do homem brasileiro. Tal imagem buscava valorizar e caracterizar a identidade da cultura brasileira, elevando padrões comportamentais inspirados no homem branco europeu. Desta forma, buscaram-se

¹¹ Apud. p. 273.

elementos da cultura europeia que marcaram a história do país que eram julgados importantes preservar a partir das políticas de patrimonialização.

Sobre as políticas de preservação do Patrimônio cultural Lima (2012), sugere que ainda nos anos 30 do século XX, Mário de Andrade escreveu o anteprojeto que constituía a preservação das categorias da produção artística brasileira, descrevendo as diferentes matrizes culturais como as categorias da arte ameríndia e arte popular. Entretanto, algumas categorias foram excluídas da dinâmica que marcaram a atuação do SPHAN, como as matrizes culturais subalternizadas.

A partir da criação do Sphan, tem início um processo de seleção de bens culturais representativos de uma suposta tradição artística brasileira. Em estrita articulação com a história e a arte, a atribuição de valor aos objetos contribui para a criação de um rígido corpo de critérios técnicos, estéticos e artísticos para escolha dos monumentos grandiosos e singulares. Se os paradigmas de desenvolvimento eram associados ao mundo europeu, a tendência no campo do patrimônio acompanhou as diretrizes oriundas desse contexto e privilegiou as edificações que remetiam à presença portuguesa, colonizadora (LIMA, 2012, p. 39).

Ainda de acordo com Lima (2012), os discursos intelectuais de uma elite cultural e social branca, bem como a existência de apenas um instrumento jurídico que tinha como foco a materialidade do patrimônio, são os principais fatores contribuintes para desvalorização do universo cultural negro e indígena.

Foi neste mesmo período que Vila Boa de Goiás deixou seu posto de capital do estado, passando a ser referência da memória histórica do país.

Sua importância, porém, foi retomada por essa mesma história, já que em 1950 ocorreram as primeiras iniciativas de proteção ao acervo histórico e artístico da cidade. A importância histórica colonial do período do ouro em Goiás ficou evidenciada no século XX. A necessidade de preservação aparece nesse momento, diretamente ligada aos assuntos políticos, pois as inscrições, em documentos e bustos de “grandes homens” da história, sempre desempenharam um papel de reforçar a memória das pessoas acerca dos projetos oficiais. Em Goiás, promover a leitura – mesmo que entre as elites – era uma forma de elevar a capacidade do poder local (GOMIDE, 1999, p. 28 – 29).

Com base nesta estrutura construtiva e planejada, aos poucos a cidade foi sendo ocupada e demarcada pela elite social branca em detrimento aos outros grupos que compõem a maior parte da sociedade vilaboense, que assim foram levados a construir suas moradias, famílias e expressar seus saberes e manifestações religiosas em outro espaço que a elite social branca os oferecia neste caso, as encostas da cidade. Assim esse movimento demarcou território e construiu barreiras, deixando nítido o lugar social e hierárquico de cada grupo.

Figura 2 – Imagem aérea do Centro Histórico da cidade de Goiás.



Fonte: www.tyba.com.br

Dessa forma, esta relação de poder foi construída em seu contexto histórico. A cidade de Goiás teve sua base política e social baseada na visibilidade daquilo que era/é importante de ser mostrado e construído enquanto representação cultural de uma sociedade que ditou o que devia ser considerado, conservado, divulgado e valorizado enquanto Patrimônio Cultural.

Figura 3 – Centro Histórico da cidade de Goiás – Destaque: Cruz do Anhanguera.



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 4 – Centro Histórico da Cidade de Goiás – Conjunto arquitetônico.



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 5 – Casa de Cora Coralina – Destaque: Estátua de Cora Coralina.



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 6 – Busto de Sebastião Fleury Curado – Margens do Rio Vermelho – Cidade de Goiás.



Fonte: CAMPOS, 2021.

A Cidade de Goiás possui um conjunto de bens do patrimônio cultural que estão registrados nos livros do tomo e nos livros de registro do patrimônio imaterial, mas em sua maioria são formados por esta elite, que por anos elegeu o que é importante ou não ser valorizado e preservado. Nota-se que grande parcela da população foi excluída desse processo das políticas de proteção ao Patrimônio Cultural.

Assim, os saberes populares, as manifestações religiosas e expressões culturais dos afro-vilaboenses foi invisibilizado, como se não existissem pessoas e culturas marcada por um passado escravocrata que a cidade carrega em seu contexto histórico. O acesso ao Patrimônio Cultural e o sentimento de pertença são reconhecidos apenas aos turistas e aos descendentes da elite branca, enquanto a outra parte da população que em sua maioria são negros vive em situação desigual nesse processo de reconhecimento dos seus bens culturais.

Nos anos 2000 a cidade passou por uma construção, da qual ganharia o título de Patrimônio da Humanidade. Para tanto, passaria por um processo de adequações resultando numa construção social moldada de condicionantes espaciais. Esses espaços moldados apontam para o sentido de territorialidade que, “é um sistema tridimensional que relaciona entre a sociedade, espaço e o tempo sendo compatível com o sistema” (RAFFESTIN, 1993 apud SANTOS, 2009, s/p.).

Sack (1986) sugere a territorialidade como:

Um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para *afetar, influenciar e controlar* o uso social do espaço, abrangendo escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território" (SACK, 2009, p. 19 apud SANTOS, 2009, s/p).

Esta expressão de poder, ancorada no sentido de territorialidade, tornou-se um suporte para as narrativas sobre as nomeações do patrimônio cultural vilaboense. Este patrimônio para Canclini (2008), “leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio”(p. 159).

De acordo com Ricoeur (2007) este espaço e tempo estão relacionados a uma memória íntima e compartilhada “nessas lembranças, o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço do ambiente, fragmentado da terra habitável, com suas trilhas mais ou menos praticáveis, seus obstáculos variamente transponíveis” (p.157).

Assim, a sociedade vilaboense foi moldada a partir de consagrações de tradições e experiências vividas em sua maioria pela elite branca. O poder social era dominado por essa elite por isso foi dada a importância para a preservação da memória dos principais lugares que retratam a história e consolida os elementos do patrimônio cultural dessas pessoas brancas, que em sua maioria são citadas historicamente como os heróis da História de Goiás.

De acordo com o IPHAN (2014), as políticas de preservação do patrimônio se inserem num campo de conflitos e negociações entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais. Esses processos são sempre seletivos e sociais, a partir de determinados

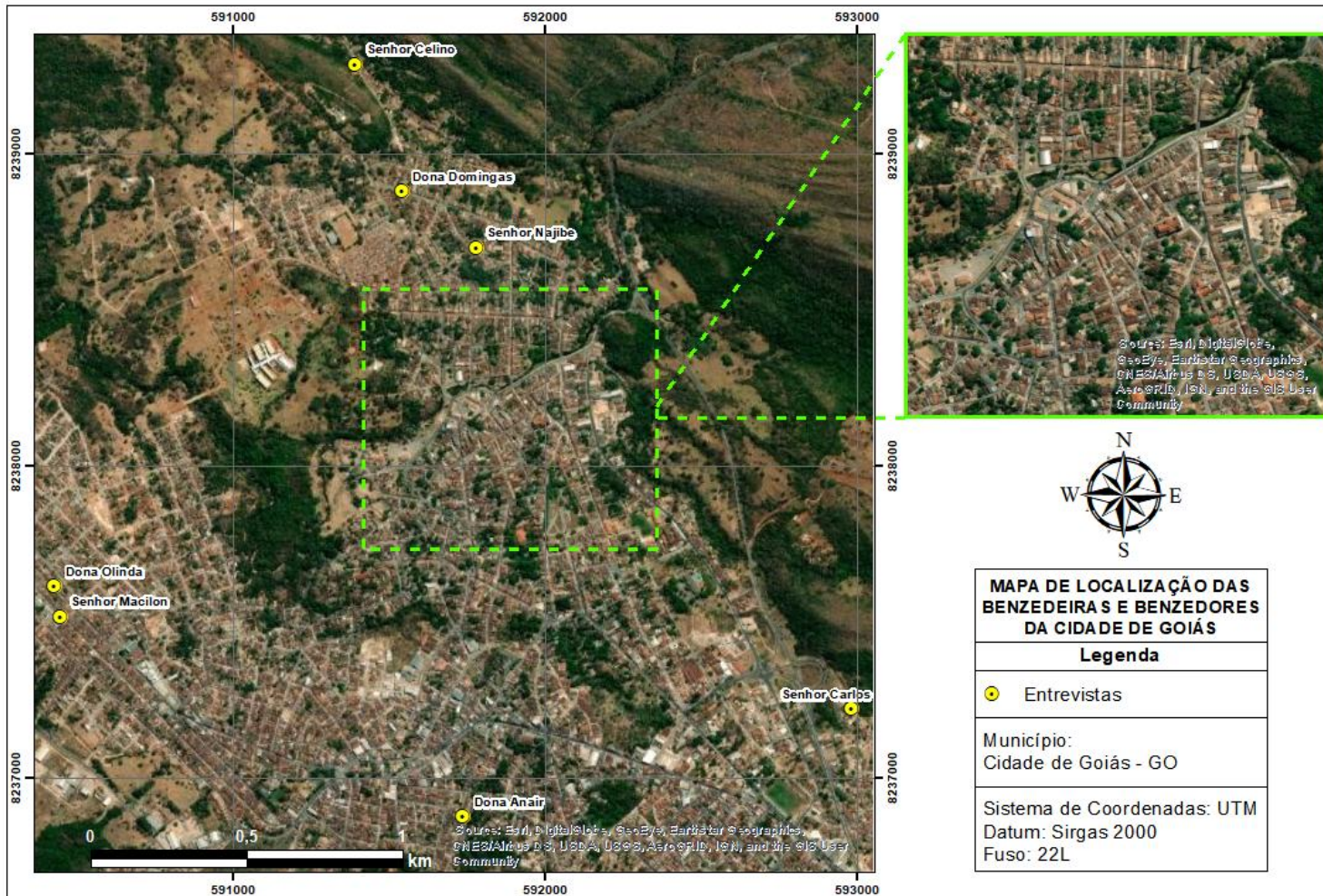
sujeitos, vontades e relações. Mas não só o processo de preservação, a própria criação e eleição do patrimônio cultural envolve disputa de interesses. Ambos implicam definições de critérios de seleção e atribuição de valores. Há uma manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio. O poder de decidir o que deve ser preservado é de determinado grupo, na maioria das vezes uma elite social que detém o poder local.

Percebe-se, na cidade de Goiás, os bens culturais que ora foram nomeados como sendo importante preservar, são os que remetem a história da colonização portuguesa, ou aqueles que retratam a memória dos poderes oligárquicos. Aqueles que compõem a cultura da população escravizada foram desconsiderados, como se a cidade não tivesse sido pertencente também aos africanos que vieram na condição de escravizados.

A sobrevivência e manutenção destes ofícios indicam uma resistência por parte dos seus detentores em um espaço em que desde o período colonial as relações de poder estiveram presentes e estabelecendo o lugar social de cada indivíduo, desde o lugar dos modos de vida dos antigos africanos que vieram na condição de escravizados até as nomeações de patrimonialização da cidade.

Em outras palavras, a definição do que foi importante ou não ser visibilizados e valorizados através das políticas de preservação do patrimônio, esteve sempre relacionado a uma base colonialista, enquanto a cultura dos negros ficou despercebida e levada para as encostas da cidade, exemplo são as benzedeadas e benzedores como podemos observar no mapa a seguir:

Figura 7 – Mapa de Localização das/os detentoras/res de benzedura da cidade de Goiás.



Fonte: Silva & Campos 2021.

Como observado e aqui ora discutido, os detentores da cultura afro-vilaboense estão inseridos em sua maioria nos setores periféricos da cidade. No mapa acima foi possível registrar alguns detentores do ofício de benzedura como o senhor Celino situado no Quilombo Alto Santana, Dona Domingas no setor Santa Bárbara, senhor Najibe na Rua da Conceição (Rua do Capim), Dona Olinda (falecida) no Setor Aeroporto. Senhor Marcilon no setor Aeroporto, Dona Anair setor Bacalhauzinho e senhor Carlos no setor Vila União.

Ainda é possível observar a partir do mapa, a localização do centro histórico da cidade. A parte em destaque no quadrante está localizada o berço do Patrimônio da humanidade, onde estão situados os bustos dos ‘heróis’ e ‘heroínas’ que julgaram por anos serem figuras importantes para construção histórica da cidade, os monumentos, as edificações que retratam a arquitetura colonial, os espaço onde acontecem os festejos religiosos com base em uma cultura europeia e colonizadora.

Todo esse processo de patrimonialização mostra a estrutura de poder do território que por anos foi constituída em Vila Boa de Goiás – Cidade de Goiás. Os bens aqui mencionados e ora apresentados a partir de fotografias estão amparados no conjunto de leis de preservação do Patrimônio cultural, ora tombado como patrimônio material e ora registrado nos livros de registros do patrimônio imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, em detrimento aos saberes afro-vilabonense que não são mencionados, registrados e valorizados como portadores da memória e identidade dos grupos de africanos que vieram na condição de escravizados pelo homem colonizador.

Ao analisar as relações de poder percebem-se as diferenças e formas como os saberes das benzedeadas e benzedores foi se perpetuando e sobrevivendo na cidade. A maioria dos detentores possui idade avançada, nasceram e foram criados na cidade, outros vieram de regiões vizinhas e trouxeram com eles seus saberes e aprendizados herdados de seus avós, pais ou mães e até mesmo um tio ou tia. Mesmo assim, mantiveram esses saberes em uma cidade cuja religião majoritária é o catolicismo, prova disso é quando observamos as nomeações do Patrimônio Imaterial da cidade.

A partir da análise até aqui descrita e exposta, é possível relacionar tais comportamentos de uma sociedade tradicional, ancorada em uma base de formação cuja ideia parte de uma cultura europeia, sugere-se que a construção histórica, social e

cultural desse espaço vilaboense está forjada nas estruturas de um país racista onde a história e a contribuição da memória identitária do negro, foi invisibilizada, cujo propósito era a política de apagamento e embranquecimento de seus decedentes.

Para entender esse processo de apagamento da memória do negro no Brasil é necessário se lançar à descrição do conceito de racismo como sugere Clovis Moura (2020) que ao escrever “Racismo e luta de classes no Brasil”, aponta que esse sistema de dominação determinou a posição social de cada grupo ou segmentos étnicos “com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social” (p. 14). Dessa forma, a cidade de Goiás está relacionada a esta estratégia de estrutura de dominação da metrópole de acordo com a perspectiva deste autor na medida em que,

Privilegiou os dominadores via estratégia do monopólio inicial da terra e do poder. Os descendentes das suas linhagens não sofrem nenhum processo significativo e desarticulador, nenhum processo de compreensão jurídica, social e cultural capaz de desarticulá-los estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônio e status quase inalteráveis no pólo dominador (MOURA, 2020, p.16).

Na cidade, observa-se no centro histórico o Patrimônio edificado, os bustos dos “heróis ou heroínas” que faziam parte das famílias escravocratas do período colonial, as manifestações católicas e os monumentos. Entretanto as manifestações, expressões culturais dos negros em Vila Boa, foram deixadas de lado, pois na cidade existe um rico patrimônio cultural que remete a cultura afro-brasileira e podem ser caracterizadas como patrimônio afro-vilaboense como, por exemplo; os objetos e utensílios de cerâmicas, capoeira, terreiros de umbanda, as práticas de benzeduras e produção de medicamentos a base de ervas e raízes, e ainda um espaço territorial que após a abolição da escravatura, inúmeros negros se refugiaram para locais mais afastados do centro histórico da cidade, o que hoje denominamos de quilombo urbano na cidade de Goiás.

Estes elementos do patrimônio cultural da cidade que remetem a história da elite branca escravocrata são heranças do colonizador europeu, e que estão situados no centro histórico da cidade deixando visível o fator determinante do lugar social de cada grupo em Vila Boa, enquanto os elementos do patrimônio afro-vilaboense estão inseridos nas encostas da cidade/setores periféricos, dos quais a maioria não é visível aos olhos dos turistas e menos ainda das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural.

A seguir, serão descritos os ofícios e os detentores dos saberes de benzeduras e produção de medicamentos, bem como parte dos histórico que descrevem suas vidas e os setores em que eles estão inseridos.

1.2.1 O ofício do bem-dizer, curar e expressar a fé nas ervas e raízes do cerrado.

Este item apresentará o resultado da pesquisa que foi realizada com os detentores do ofício de benzedura e produção de medicamentos com as ervas e raízes. Os dados aqui descritos são baseados a partir de entrevistas orais com os detentores do saber e alguns moradores dos setores: Quilombo Alto Santana, Santa Bárbara, Rua do Capim, setor Aeroporto, setor Vila União e setor Bacalhauzinho. As entrevistas realizadas com alguns moradores foram no sentido de compreender parte do histórico destas áreas que abrangem o território cujos entrevistados estão inseridos.

De acordo com Moura (1981), o termo quilombo foi descrito no período colonial pela coroa portuguesa como sendo locais despovoados de “habitações de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (p. 16).

O sistema escravocrata implantado no Brasil durante o período colonial colocava indígenas e africanos em situações precárias, desde os açoites, castigos e péssimas condições de trabalhos que os levavam até a morte, levaram os grupos escravizados a se organizarem em movimentos ou grupos que lutavam contra o sistema. Fugiam das fazendas de seus senhores para recomeçar suas vidas em terras que ainda não haviam sido povoadas. Nestes locais, formavam famílias, cultivavam terras e se sentiam livres para expressar suas culturas trazidas de suas nações/etnias de origem.

Os quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com o seu número de habitantes os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isto, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização (MOURA, 1981, p. 17).

De acordo com Moura (1981), assim formavam os espaços de resistência e ali começavam suas formas de sobrevivência por meio do cultivo da terra e as formas culturais trazidas de suas nações. De uma pluralidade de tamanhos, formas de organização econômica, política e social, os quilombos funcionavam como peças-chave na resistência negra contra a violência e a opressão do sistema escravista.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto definem a partir das

relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. “Trata-se da ascensão de um patrimônio cultural ‘não consagrado’ relacionado a grupos e povos historicamente marginalizados e invisibilizados, bem como da mudança de perspectiva ligada ao conceito de referência cultural” (VAZ, 2016 s.p)¹².

Por muito tempo, essas comunidades foram marginalizadas e esquecidas pelo poder público e somente em 1987 que se formou o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que estabeleceu com linguagem direta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.” A partir deste artigo, criou-se a Fundação Palmares através da lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 que tem como objetivo reconhecer, registrar e titular esses quilombos para que estes possam usufruir definitivamente de suas propriedades, criando políticas públicas que promove a promoção de igualdade racial e do Patrimônio Cultural das comunidades negras e quilombolas.

De acordo com os dados registrados na Fundação Palmares¹³, o Quilombo urbano do Alto Santana foi reconhecido em 2017 através da portaria de nº 281/2017 através do processo 01420.005751/2017-91. O quilombo fica localizado na área urbana da cidade, no Morro das Lages e na região norte da cidade, possui grandes elevações de morros e uma rica área verde, próximo a Igreja Santa Bárbara fazendo ligações com a Rua da Conceição e o setor Santa Bárbara.

Embora o setor Santa Bárbara e Rua da Conceição (Rua do Capim), ainda não ser reconhecidos como quilombo pela Fundação Palmares os moradores desses locais, os denominam como tal devido o sentimento de pertencimento¹⁴ e por estarem relacionados ao período de formação pós-abolição da escravatura, onde a maioria das famílias se instalaram nestes locais após este período de acordo com a oralidade de seus moradores, que representam em seus modos de vida uma cultura de resistência¹⁵.

¹² Ver; Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed.verbete.

¹³ Dados Disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-go-13052019.pdf>

¹⁴ De acordo com o **Dicionário de Direitos Humanos**, sentimento de pertencimento: é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais.

¹⁵ De acordo com Santos (s/d) **Resistência cultural** é um conjunto de práticas que são veículo das formas de oposição aos poderes constituídos. No entanto, a análise de sistemas culturais em países que venceram imposições autoritárias, como o Brasil e Espanha, faz perceber que os processos de resistências culturais ganharam novos contornos (SANTOS, Adalberto Silva. **Resistências culturais como estratégias de**

Há um movimento entre os moradores para realizar um registro antropológico destes locais e assim tramitar os processos de reconhecimento na Fundação Palmares. São locais de resistência, constituído em sua maioria por pessoas negras que encontraram ali, uma forma de construir suas moradias, famílias e sobrevivência.

Para descrever os históricos dos setores que estão em destaque nesta pesquisa a partir de uma base de documentos históricos, é preciso recorrer aos arquivos da cidade, no entanto este trabalho não foi possível de ser realizado devido à crise sanitária aqui mencionada no início dessa escrita, os arquivos estão fechados para pesquisa e infelizmente este método não foi possível. Assim os dados aqui apresentados, serão baseados a partir das entrevistas orais realizadas com os detentores desse saber e alguns residentes dos locais.

Durante a pesquisa de campo, alguns moradores do quilombo Alto Santana, Setor Santa Bárbara e Rua do Capim, revelaram ter em sua linhagem familiar ligações com antigos escravizados/alforriados e que o fato de seus ascendentes terem ido morar no lugar foi por ser um local que ainda não havia sido ocupado pelos antigos senhores de escravos após o período da abolição da escravatura ou pelos poderes oligárquicos que tinham o poder na época.

Através da oralidade de Paulo Sérgio Gomes Ferreira em entrevista para este trabalho, ele revelou que durante o ano de 2016 realizou uma pesquisa de mestrado, cujo tema é “A História da Capoeira na Cidade de Goiás (1945-2010)” se deparou com alguns depoimentos inclusive de seu avô. Os dados por ele coletado revelaram que o núcleo que formou os espaços territoriais do Quilombo Alto Santana (que abrange o Morro das Lages e Barreira), do Quilombo Santa Bárbara e da Manchorra tiveram seus inícios a partir da Rua do Capim (Rua da Conceição) que fazia ligação à Rua da Manchorra com a Rua Rosa Gomes.

Baseado nas memórias de seu avô e seu tio, Paulo Sérgio revela que no período de 1930 e talvez antes, não existia a rua do cemitério São Miguel e que era apenas mato. As poucas casas que existiam nesse período abrangiam apenas o Beco Cachoeira Grande, indo em direção a Rua do Manchorra ligando até a Rua do Capim, local que, de acordo com dona Luiza Gomes do Carmo, ganhou este nome, por ser o local onde as catadoras de capim moravam e colocavam para secar.

Pegadora de capim, por que vendia o capim para fazer coxão, as mulheres da rua do capim faziam isso, minha tia Ritinha, Ana Caetano, Maria do Rosário, Maria Matilde, eu morava lá na Rua do capim, por isso lá ficou conhecido como Rua do Capim, por que era uma forma das mulheres ganharem dinheiro (Luiza Gomes do Carmo, apud FERREIRA, 20016, p. 43).

Ao que indica, após o povoamento da Rua do Capim, é que foram povoando as outras áreas como o Quilombo Santa Bárbara que partia da Rua Santa Bárbara e descia até a última casa da esquina que hoje dá entrada para o Quilombo Alto Santana.

Então essa região da rua do cemitério, são pessoas que migraram da Rua do Capim e que começaram ocupar aquelas casas, inclusive a casa do meu avô, a casa da dona Preta, a casa da dona Tereza, a casa de dona Bárbara, a Ecilda, dona Lucinda, dona Angélica, seu Dilon que era vendedor de lenha, então estas pessoas que foram as primeiras pessoas que foram habitar aquele lugar ali (Paulo Sérgio Gomes Ferreira, 46 anos).

Dona Divina Célia Siqueira e Dona Maria das Graças nasceram, foram criadas e vivem até hoje no que atualmente é o Quilombo Alto Santana, são irmãs e filhas de Dona Tereza do Rosário Barros e do senhor José Rodrigues Siqueira (falecidos). Seus pais nasceram e foram criados no local que antes era chamado por setor “chupa osso”. Dona Maria das Graças, relatou que o apelido se deu porque era um local que apresentava muita dificuldade de sobrevivência e então a maioria das pessoas buscavam ossos nos açougues para cozinhar e comer o tutano. De acordo com as entrevistadas das lembranças que elas carregam e das histórias contada pelos seus pais, é que havia muita dificuldade para construir suas moradias, outras famílias vinham de longe procurando um local para reconstruir suas vidas com suas famílias.

Segundo os relatos, as famílias que se estabeleceram no local são aquelas que foram consideradas livres após o período de pós-abolição da escravatura de Vila Boa, outras vieram das fazendas vizinhas próximas à cidade e outras até mesmo da Bahia. Algumas famílias permanecem no local há mais de 100 anos, como por exemplo, a família de dona Divina e dona Maria das Graças.

As casas foram construídas de pau-a-pique ou adobe, suas coberturas eram de palhas. Sobreviviam com o pouco que tinha, “nois era muito pobrezinho, mas a esperança era de ter um cantinho pra morar, o resto a gente se virava com o que sabia fazer” (Dona Maria das Graças).

A seguir, imagens que retratam a Rua da Conceição (Rua do Capim), Quilombo Alto Santana e Setor Santa Bárbara. São imagens que marcam suas entradas.

Figura 8 – Praça da Rua da Conceição (Rua do Capim) – Cidade de Goiás.



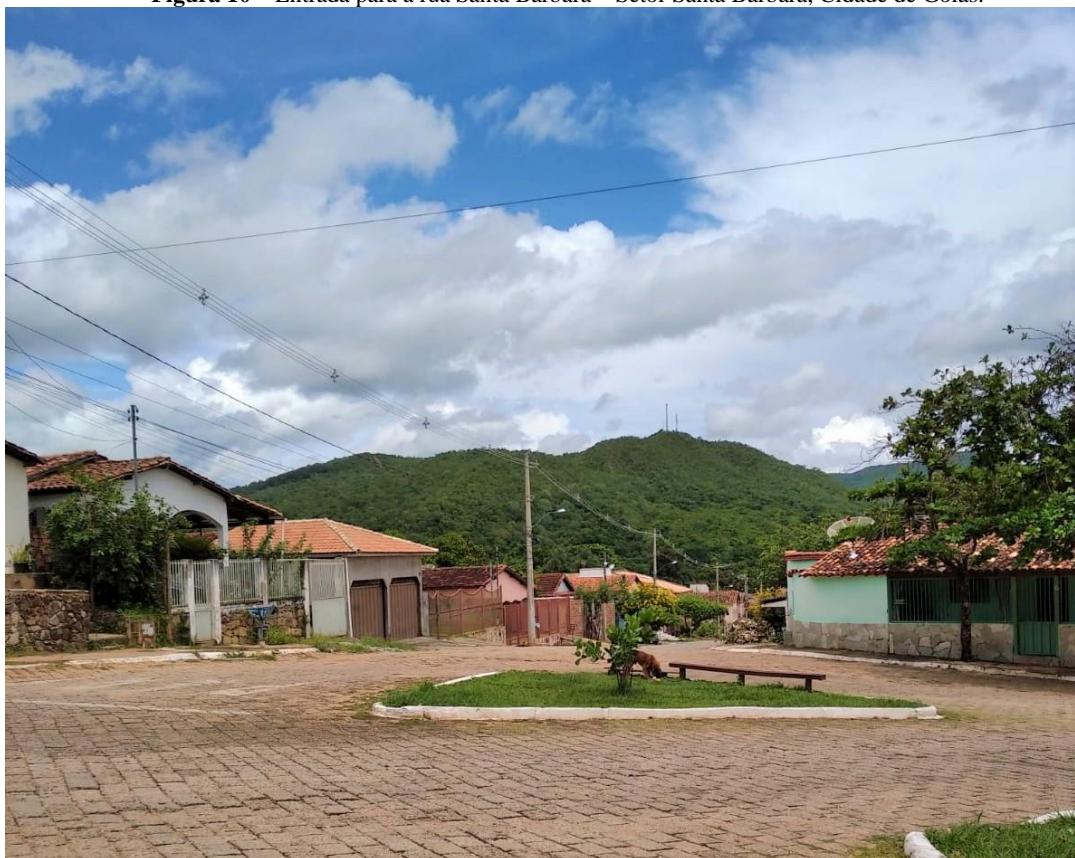
Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 9 – Entrada do Quilombo Alto Santana – Cidade de Goiás.



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 10 – Entrada para a rua Santa Bárbara – Setor Santa Bárbara, Cidade de Goiás.



Fonte: CAMPOS, 2021.

Nos setores mencionados e que apresentam o destaque da pesquisa, existem ricos elementos que consolidam o patrimônio cultural vilaboense, carregado de traços e pertencimentos de uma cultura herdada por homens e mulheres escravizadas no período colonial/imperial. Tais elementos pertencem e caracterizam a memória, identidade e a cultura destes grupos que podem ser descritos como; o saber fazer vasilhas e utensílios de cerâmicas, ofício de benzedura do senhor Celino e Folia de Reis no quilombo Alto Santana, Festa de São João e Ofício de Benzedura do senhor Nagibe na Rua da Concei o, Bloco e Museu Pilão de Prata e Ofício de benzedura de dona Domingas da Mata e seus filhos Joviano da Mata e Cláudia da Mata no setor Santa Bárbara.

Dona Domingas Bastos da Mata de 91 anos   detentora do ofício de benzedura e moradora do setor Santa Bárbara aprendeu este saber com seu avô Francisco Rodrigues Jardim. Nascida na cidade de Faina casou-se e logo em seguida foi morar na cidade de Goiás neste mesmo setor, mas em outra rua denominada Rua da Manchorra, teve nove (9) filhos.

De acordo com ela, quando veio para o setor, não havia quase nada de casas, mas a Igreja Santa Bárbara já existia. O local era muito vazio e ainda cheio de mato. As poucas casas que tinha no local eram feitas de pau a pique. Dona Domingas (com muito custo, muitas dificuldades, como para a maioria expressiva dos moradores da região) comprou sua casa para morar com seus filhos (anteriormente ela morava no barraco alugado). Nessa casa, ela criou seus filhos e netos.

Segundo as lembranças de dona Domingas, quando veio morar na cidade, sofria com a falta de chuva. Isso os levava a reafirmar a fé aos santos. A Igreja Santa Bárbara fica próxima de sua casa e foi construída em cima de um morro, contendo um cruzeiro. Eles faziam penitência, uma espécie de novena que os levavam a subir as escadarias da Igreja com latas d'águas na cabeça para rezar no pé do cruzeiro: “subia lá e jogava lá no cruzeiro” para pedir chuva a Santa Bárbara. Nesse percurso, haviam rezas e cantigas, porém a entrevistada, não conseguiu se lembrar com exatidão algumas cenas vividas no seu cotidiano do passado devido à idade avançada.

Quando dona Domingas se mudou para a cidade, ela ajudava muitas mulheres nos partos, pois além de benzer, indicar medicamentos para as pessoas do local, ela também realizava o trabalho de partejar. É saberes que ela aprendeu com seus ascendentes: desde o conhecimento das ervas, formas de plantio e raízes até os métodos de fazer os partos e as rezas para determinados tipos de benzedura: “têm ramo que você cura que nem precisa ir ao médico”.

Ela aprendeu o ofício de partejar com sua mãe, avó e tia. Quando as mulheres davam à luz, às vezes ela dava algum remédio como a quina, para ajudar na limpeza do útero: “a quina é uma árvore bem grandona, você arranca a casca dela, põe pra ferver, ela amarga até, mas é bom”. Para curar o umbigo dos bebês, ela fazia um rapé de fumo e lasca de quina, colocava com azeite de mamona no umbigo da criança até cicatrizar. Os partos eram feitos da seguinte forma:

Eu punha ela às vezes na cama, às vezes punha ela pra levantar, andar para um lado e pro outro, num pode ficar deitada não, até chegar a hora que desse a dor pra nascer, o menino nascia e a gente cortava o umbigo e pronto. O menino nasce a placenta fica dentro num sai não, ai ocê pega marra o cordão dela, e marra assim na perna, ai tem umas palavras que fala, aí cê aperta assim hó na barriga aí a placenta sai. Eu num lembro muito as palavras eu esqueci, já fiz parto só com Deus! A gente vai ficando velha e vai esquecendo também né, minha avó foi parteira, minha mãe foi parteira, minha tia foi parteira e eu aprendi com elas. Mas aí cê demora quase 100 anos pra vir aqui uai, eu esqueço! Na hora do parto nós rezava para Nossa Senhora do Parto, rezava o Pai Nosso mesmo, ela ajudava. Aqui nessa casa, tinha vez que ficava 4 ou 5 mulher esperando pra ganhar neném, teve uma que ganhou aqui comigo porquê num deu tempo de ir pro hospital, aí ela

ganhou aqui comigo. Se demorasse pra ganhar neném as vezes a gente dava algum remédio pra ajudar a parir (Dona Domingas Bastos da Mata, 91 anos).

Ela mencionou que plantava muitas ervas para fazer medicamentos, ou quando precisava de algumas raízes, buscava no mato perto da estrada da Igreja Santa Bárbara como, por exemplo, a quina, que era muito utilizado para fazer chá ou colocado nas garrafadas para curar gripes ou algumas infecções. As raízes são colhidas no caminho da cachoeira das andorinhas na cidade de Goiás que consiste: quina, algodãozinho roxo, mamacadela, pé de perdiz, barbatimão, sangra d'água, sucupira, batata maroleite e muitas outras que depende do mal que a pessoa está sentindo. Para colher as ervas é mais aconselhado na época da minguante, mas que seja melhor colher na hora que for fazer, agora a quina pode ser retirado em qualquer lua, para plantar ela prefere que seja na lua crescente “tem coisas que a raiz é melhor, mas a folha também é boa”.

De acordo com a detentora, quando as pessoas ficavam doentes nesta época, tinha os médicos e hospitais, mas às vezes faziam os medicamentos em casa para cuidar da saúde dos filhos ou das pessoas que a procuravam para benzer. Ela benze de diversos males entre eles: mau olhado, quebranto de criança, vento virado, inveja, cobreiro, ‘espinhela caída’, praga em plantações, erisipela, ofensa de cobra ou bichos peçonhentos e também benze à distância, bastando ter uma foto ou nome da pessoa: “e aqui em casa de primeiro vinha muita gente benzer, outra hora vinha me buscar pra benzer”.

Para cada tipo de benzedura dona Domingas realiza uma reza ou ritual, alguns com ramos de ervas, faca, outros com linha e agulha e outros apenas com os gestos das mãos e rezas como, por exemplo: de espinhela caída, vento virado e quebranto, erisipela, carne quebrada.

O benzimento de quebranto e vento virado é o mesmo:

“vou te benzer de quebrante, mal olhado e vento virado, todos os mal que tiver no corpo de fulano vai pras ondas do mar sagrado, a onde num vê galo cantar e nem cachorro latir e nem filho de homem chorar” repete esta frase três vezes. E logo passa se Deus quiser! Se por acaso a pessoa continuar sentindo, a gente passa alguma coisa, às vezes eu dou quina, mas de primeiro eu tinha muito ramo no quintal e eu dava pra pessoa.

O de erisipela é assim;

zipelina, zipelona, zipa branca e zipa preta, a zipa dar no tutano, do tutano dar no osso, do osso ela dar na carne, da carne ela dar no sangue, do sangue ela dar em Roma, de Roma ela dar no mar pra nunca mais voltar. E é benzendo,

a zipela é benzendo com a faca, cortando assim hó (Dona Domingas Bastos da Mata, 91 anos).

Carne quebrada se refere a um ferimento na pele, durante o benzimento dona Domingas utiliza uma linha e agulha, o ritual se realiza através de perguntas e respostas enquanto ela vai costurando com a agulha e a linha “se for um machucado cê benze de carne quebrada. Aí eu falo: o quê que eu coso?” E a pessoa responde; carne quebrada. E dona Domingas continua o benzimento dizendo as seguintes palavras: "nervo vendido, osso desconjuntado, em louvor do São Futuoso assim mesmo eu coso". Repete três vezes e finaliza “meu São Futuoso vós é tão milagroso, ajunta essa carne quebrada que está no corpo de fulano e põe todo no lugar”, em seguida rezar um Pai Nosso e uma Ave Maria, pensando em quem morreu de carne quebrada.

Durante os benzimentos, dona Domingas utiliza ervas para determinados tipos de cura, como por exemplo, para mau-olhado e inveja são folhas de arruda, guiné e fedegoso. Para vento virado e quebrante de criança, ela utiliza hortelã, alecrim, alfazema e mirra. Para espinhela caída ela reza e segura a barriga da pessoa com a mão.

A ‘espinhela caída’ consiste no diafragma das pessoas, que pode ser fechado para dentro ou aberto para fora, provocando sintomas como enjoos, dores no estômago e falta de apetite. “A espinhela cê só cura com benzimento”. aí ocê vai com a pessoa na porta, a pessoa abre e ergue os braços dum lado e do outro de frente da porta e eu vou e pergunto pra você assim: o quê que eu benzo? Cê fala: espinhela caída. Durante o benzimento ela faz as rezas em voz baixa.

Figura 11 – Benzedura de “espinhela caída”



Fonte: CAMPOS, 2021

Dona Domingas realiza a benzedura através de uma extensa reza e faz pedidos para santos católicos, com intenção de livrar a pessoa do mal que está sentindo. Durante o benzimento e queixas do consultante, a mesma passa banhos de ervas para aliviar o corpo ou garrafadas para curar alguma doença física. As garrafadas são para curar infecção de útero, garganta inflamada, coluna, saúde para homens, anemia, diabetes e úlceras.

No quintal de dona Domingas há algumas ervas que ela plantou, outras foram plantadas pelas filhas, filhos e netos. Dentre as ervas plantadas têm: **Arruda**: “ele é remédio, ele é bom pra qualquer coisa que você está precisando, e ele é contra mal olhado também, põe uma folhinha do lado esquerdo da orelha”. **Hortelã**: “é bom pra dar pra meninos, ele serve pra verme, dor”. **Losna**: “qualquer coisa que come e sentiu mal, faz o chá da folha dele e bebe, é bom pro estômago”. **Alecrim**: “é bom pra problema no coração, essas coisas”. **Saião**: “é bom pra dor de cabeça, põe ele na cabeça”. **Erva cidreira**: “é bom pra muita coisa, pro estômago e pra gripe”. **Mastruz**: “esse é bom pra todas as coisas, todo o mal, eu dou pra menino beber”. **Babosa**: “é bom para queimadura, se queimar pega a folha dele e passa ele dar uma baba, pega a folha dele e passa que sara, eu faço chá dele também”. **Marcelinha**: “esse é bom pra dar pra criança, qualquer problema que a criança der, pode fazer o chá dele e tomar”.

Hoje dona Domingas já não consegue coletar as raízes para fazer as garrafadas, bem como praticar o ofício de benzedura devido à idade e ao fato de estar

debilitada com a saúde. Entretanto, passou os saberes do conhecimento das raízes, folhas e rezas de benzedura para os filhos Jovelino da Mata e Cláudia da Mata. O filho fica a cargo de coletar as raízes e a filha, para benzer os consulentes que ainda a procuram para realizar os ofícios.

Figura 12– Dona Domingas Bastos da Mata



Fonte: CAMPOS, 2021

Figura 13 – Dona Domingas Bastos da Mata colhendo ervas



Fonte: CAMPOS, 2021

Senhor Nagibe Rodrigues de 79 anos, mora na Rua da Conceição (Rua do Capim). Nasceu e foi criado nas fazendas em torno de Goiás, mais tarde se mudou para a rua do Capim, onde terminou sua infância, e aprendeu com seus pais parte de seu conhecimento. Benze desde os oito anos de idade. Segundo seu relato, ele aprendeu a partir do momento que começou ter visões com entidades como exus, pombogiras, caboclos e pretos velhos. Benze de inveja, cobreiro, mal olhado, vento virado e realiza passe de cura através de incorporação dos caboclos e pretos velhos.

Para benzer, ele utiliza velas brancas ou vermelhas, seguidas de rezas e evocação aos pretos velhos, caboclos e orixás. De acordo com ele, a intuição de algum mal que a pessoa sente no momento, vem com a sensibilidade dos exus e pombogiras. Após o benzimento, ele recomenda banhos com ervas frias que são: hortelã, alecrim, alfazema, guiné, arruda, folha de são caetano, erva cidreira e colônia.

Infelizmente senhor Nagibe faleceu no dia 22 de outubro de 2021, antes da conclusão deste trabalho, não sendo possível o registro fotográfico a partir desta pesquisa. Entretanto, deixou seu saber aos cuidados de seu filho Hiago Rodrigues, a quem confiou todo o seu aprendizado e fé no sagrado.

Figura 14 - Senhor Nagibe Rodrigues – Benzedor da Rua do Capim



Fonte: MORAIS, 2019.

O senhor Macilon Francisco de Assis 72 anos é benzedor e conhecedor dos medicamentos à base de ervas e raízes do cerrado, esse saber ele aprendeu e herdou de sua mãe Isaura Lopes de Assis já falecida. Nasceu na região da cidade de Goiás, próximo a Itapuranga na fazenda chamada Monjolim e aos 14 anos, seus pais Regino Francisco de Assis e Isaura Lopes de Assis saíram desta fazenda, compraram uma casa na Rua da Manchorra e se mudaram logo em seguida. neste local terminaram de criar seus filhos.

Quando nós chegamos aqui, foi do tipo assim, parece que meio perdido na cidade neh. Aí, eu já tinha estudado lá na roça um pouco, aí eu fui estudar com o Tubinha que era dono do Centro Espírita que é o Alan Cardec, e por aí eu fui inturmando com o povo aí, conhecendo [...]. Nessa época que eu vim pra cá, eu morei na rua da manchorra, sabe onde é o morro da manchorra? Eu morava ali. Às vezes cê conhece até o meu irmão que mora lá, ele chama Jecí, eles chama ele de Ciron, tem uma irmã minha que chama Divina, eles trata ela de Vina. Eles mora lá. Aí a casa tá lá até hoje, meu pai e minha mãe morreu, tá lá a casa, eu fui criado lá sabe. Esse lugar lá o povo tratava como rua da forca, porque lá diz que era o lugar que usava para enforcar os escravos, lá tinha duas estacas mesmo fincada lá sabe (Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Neste relato de senhor Marcilon trás algumas fases históricas do quilombo Santa Bárbara, na área que denomina Manchorra. quando ele se mudou da fazenda para a cidade de Goiás em 1963, ainda existia traços ou elementos que lembravam o período escravocrata da cidade. Nesse local ele foi criado, se casou com dona Marina, morou um tempo ao lado de seu pai e se mudou para outra cidade, mas logo regressou para a cidade, comprou sua residência na Vila Maçônica e lá vive até hoje com sua esposa e uma das filhas e um neto. Seu Macilon é umbandista e relatou que o aprendizado de

benzedura advém da espiritualidade e sensibilidade que ele foi adquirindo através da fé que ele possui nos Pretos Velhos e Nossa Senhora Aparecida.

De acordo com o senhor Macilon, antigamente quando as pessoas ficavam doentes, ia ao hospital Brasil Caiado ou se curavam em casa mesmo com os remédios caseiros,

Quando ficava doente, o povo véi sabia fazer remédio demais. Aí quando não tinha jeito o povo vinha pra cá. Os remédios era tudo folha, tinha folha de sabugueiro, toda vida fazia chá de açafraão, mel pra acabar com tosse, e minha mãe tinha erva demais plantada! Eu nem lembro direito. Mas o povo de primeiro usava muito chá, o chá era bão demais, curava muita coisa, se a pessoa perguntar pra que vale aquilo achava. Aí tem umas plantinhas também que é remédio, hortelã pra menino, puejo para fazer chá. Tinha coisa demais (Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Antes existia muito o ofício de partejar, a grande maioria destas parteiras moravam na Rua do Capim ou na Rua Santa Bárbara como aqui outra hora foi citada a dona Domingas, de acordo com o senhor Macilon, quando as mulheres pariam, a maioria era pelas parteiras, ele recorda de sua mãe contar que para ajudar no parto, se tomava purgante de azeite misturado a algum chá "Às vezes a muié tava com cólica, minina era um purrete depois que aquele purgante fazia efeito, era mesma coisa de rancar com a mão".

Sobre a benzedura, senhor Macilon benze de Vento Virado, Cobreiro, Mal Olhado e Inveja, de acordo com ele para os rituais, ele invoca os Pretos Velhos e Nossa Senhora Aparecida e dessa fé que ele encontra as intuições e faz as preces para levar a cura aos seus consulentes. Os instrumentos utilizados para o ritual são: faca, galho de alfazema e vela.

A benzedura de cobreiro segue da seguinte forma:

A gente pega uma faca. Aí a pessoa risca com a faca. Aí eu já procuro a pessoa: o que eu corto, Pedro? Aí a pessoa responde: cobreiro brabo, aí eu falo assim: corto a cabeça, meio e rabo 3 vezes. Rezo um pai nosso e pronto (Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Para benzer de quebranto mal olhado ou vento virado, geralmente ele benze crianças e utiliza um raminho de alfazema, entretanto não foram revelados quais são as palavras faladas na hora da benzedura. Já para inveja ele utiliza uma vela e orações no seu quarto de firmamento para os Pretos Velhos. No quarto ele possui um altar com imagens de preto velho e Nossa Senhora Aparecida e algumas velas acesas.

O ritual de benzedura que envolve a cura de espinhela caída é feito diferente das formas e aprendizado de dona Domingas, pois aqui seu Macilon faz um chamado e

um pedido para que os Pretos Velhos venham ajudá-lo na missão. “Porque onde é cobreiro, quebrante, espinhela caída é benzimento. porque tem vez que a espinhela caída ela mata neh. Então se não benzer, vai no médico, vai no médico vap, morre”.

A espinhela caída tem que usar as palavras dos preto velho aí a gente já pede pra levantar com os nego vei, aí tem as maneira de fazer e dizer assim; “ vou levantar essa espinhela, pra ela continuar em pé eu coloco três forquilha, em nome do pai, do filho, do espírito santo e a Virgem Maria, aí cê levanta a espinhela aí pega uma toalha neh põe deitado no chão, aí cê reza o pai nosso, a Ave Maria, Santa Maria e chama todos os mensageiro pra perto docê todo o momento neh (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Na casa do senhor Macilon, possui um quarto onde acontece toda a ritualística de benzedura. De uma simplicidade, mas com muita paz e sensação de leveza, é o que se pode observar ao adentrar o quarto de benzedura dos pretos velhos.

Mas aqui é coisa muito simples minha fia aqui é simplicidade, aí tem esse tamburete aqui, aí a pessoa senta né, Aí a gente põe a mão na cabeça como se Nossa Senhora Aparecida posse a força na mão e na palavra é igual eu vou falar pra você, os pretos velho falam; “aqui é simples mas a luz é intensa”. Quando eu vou fazer a doutrina eu falo, os pretos velhos fala que aqui é simples mais é intenso, então aproveita a intensidade dessa luz e segue em paz, em nome do pai do filho e do espírito santo (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Figura 15 – Vela acesa no quarto dos Pretos Velho



Fonte: CAMPOS, 2021

Figura 16 – Senhor Macilon segurando imagem de Preto Velho



Fonte: CAMPOS, 2021

Figura 17 – Altar do senhor Marcilon



Fonte: CAMPOS, 2021

O senhor Macilon cultiva algumas ervas plantadas em seu quintal, dentre elas existem; a **Espada São Jorge**; serve para banho de descarrego “se quiser fazer

banho com ela pode neh. Põe umas 3 pontinhas, é bom pra olho gordo.” A planta fica na entrada das casas “pode pôr num lugar onde a pessoa passa, coloca de um lado e do outro, a pessoa passa no meio ali, se ele vir com um pensamento negativo ele puxa sabe. o banho é de pescoço pra baixo.” **Hortelã Gordo:** “serve pra fazer chá para crianças que está sentindo alguma dorzinha ou no xarope pra gripe pode fazer banho dele também se quiser, mas pra tempero também é bom demais”. **Orégano:** “Ele é bom pra cólica de menstruação. Esses dias minha neta tava ruim, eu falei. Há! Vou fazer uma chá desse pra ela, ver se é bom, há foi mesma coisa de tirar com a mão (dona Marina)”. **Rabo de Cavalo:** “Bom pra pano branco, pega ele esfrega e passa em cima”. **Alho de Todo Ano:** “pode colocar na comida pra tempero e pode fazer chá também, é bom pra cólica né. Usa a folha, ele não dar cabeça não, é só a folha. a gente ranca a folha dele e logo ele ta divertindo de novo”. Além das ervas plantadas, ele ainda aproveita as sementes de abóbora para fazer medicamentos para combater vermes, “o povo socava ela, fazia o pó, e fazia tipo assim, fazia o pó né, ficava aquela farinha e dava pra menino comer pra problema de verme”.

Além de possuir o conhecimento das ervas e suas propriedades curativas, este detentor também possui o saber das garrafadas com raízes do cerrado, entretanto, ele faz o alerta de que para produzir tais medicamentos é necessário saber a finalidade para cada tipo de cura, pois a mistura das raízes podem provocar intoxicações graves.

O pior é que eles vai lá e pega coisa que não podia misturar e faz é perigoso fazer mal pra pessoa porquê pode ser bom pra uma coisa mais é rui pra outra né.. se pegar ele lá do jeito que você souber usar ele, não faz mal pra nada né. Tem que saber usar certinho o importante é curar né (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

As raízes são coletadas no cerrado vilaboense e as que ele não consegue encontrar na cidade, ele compra em casas de raízes fora da cidade. Das garrafadas que ele produz, ele citou as que combatem infecções uterinas e outras infecções que afetam o corpo, para este fim, ele utiliza a raiz de Barbatimão, Chá de Frade e Algodãozinho do Cerrado.

Igual aquele negócio de mulher, corrimento! É só fazer e tomar. Eu coloco vários remédios, inclusive eu tenho escrito os nomes dos remédios num dá pra falar o nome deles aqui agora que eu tô com a cabeça muito ruim. Mas aqui no cerrado tem muito e eu vou lá e cato e o que num tem aqui também a gente procura uma pessoa que colhe e trás sabe (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Figura 18 – Senhor Macilon apresentando as ervas do quintal



Fonte: CAMPOS, 2021

Seu Macilon lamenta a perda de algumas ervas e raízes que encontrava com facilidade, mas que hoje os tempos mudaram muito e já não é fácil encontrar, pois as construções foram tomando espaço na cidade em detrimento ao plantio dos medicamentos naturais que a natureza produziu durante tempos de formação da vegetação do cerrado, “de primeiro era bom demais tinha remédio pra tudo quanto é tipo. Hoje é que mudou tudo”!

Devido à pandemia de Covid-19, não está sendo possível a realização de parte de este saber, as benzeduras foram recolhidas por não poder ter contato com as pessoas, visto que o mesmo também se encontra com a saúde frágil e já não consegue produzir os medicamentos e realizar o ofício.

Vinha muita gente aqui pra benzer sabe. Aí depois da covid, eu passei benzer só criança, hoje em dia eu num benzo é ninguém porque num estou dando conta de nada. Mas aqui era cheio de gente direto. eu e minha esposa sente falta do povo, aqui era cheio de gente, num tinha um dia que cê num chegava aqui que num tinha gente! Era bom! Eu ficava feliz também assim hó porquê o povo vinha (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

O detentor deste saber e sua esposa, dona Marina Rodrigues de Assis 71 anos relatam os preconceitos sofridos pela sociedade vilaboense por praticar seus ofícios e pela sua religião. Desta forma, dona Marina diz que também sabe o ofício de

benzedura, entretanto não gosta de praticar devido os muitos preconceitos que já sofreu, por ter sido chamada diversas vezes de macumbeira e isso fez com que ela recolhesse seu saber. “Sei benzer, mas não gosto não, sei não. Eu sou meio estranha, eu num gosto porque o povo fica falando da gente! Num agradece nada que a gente faz”.

O povo me xinga de macumbeiro, eu sou macumbeiro de Deus eu não faço maldade. pode me xingar, fazer igual os nego véi diz hó “ a pior peça do corpo é língua”, fala o que quiser neh, mas quem vai pagar num é eu é ele. A língua é a pior peça do corpo (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

A religião do senhor Macilon é a Umbanda¹⁶ que de acordo com ele, seus princípios e doutrina são baseados na fé, caridade e amor. Assim ele cultua os caboclos, pretos velhos e Nossa Senhora Aparecida (santa católica).

Hó! a hora que cê quiser as coisas, cê pede os preto velho as coisas. Reza o pai nosso e pede ele as coisas, fala assim, hó meu pai, pede eles, aí eles vão te dar. o Pai João Da Caridade, igual esse aqui, essa pinga que tá aqui, aí esse aqui é assim, se a pessoa sentir uma dor de cabeça, é só chegar, pega a pinga, passa na testa, na boca do estômago, que é no chacra né. Falar pra você, aí pede ele há! É rapidim! A pessoa tá com uma tristeza qualquer né, aí a pessoa passa. Passa com a mão direita. É bom pra afastar incrensa (Senhor Macilon Francisco de Assis, 72 anos)!

Sobre o repasse dos saberes, o detentor apresenta uma preocupação, pois de acordo com ele os filhos não se interessaram em aprender, mas que sente a necessidade que as pessoas aprendam, pois os detentores estão partindo (morrendo) e o que resta são as sabedorias dos mais velhos para os mais novos dar continuidade e não deixar se perder. “O povo tem que aprender benzer também, trabalhar a espiritualmente assim com bastante dignidade. Por quê. Uns vai e outros fica ajudando né. Porquê se chegar de ir embora e ficar todo mundo sem nada”. Entretanto, a herança do terreiro de Umbanda e os conhecimentos que o senhor Macilon adquiriu foram repassados para o seu filho que carrega o mesmo nome.

A residência do senhor Macilon, está localizada no Setor Aeroporto, na Vila Maçônica que fica no lado periférico da cidade como já observado no mapa anterior. A seguir imagens da rua da casa do senhor Macilon.

¹⁶ Sobre o conceito de Umbanda ver; CAMPOS, Adelbiane Conceição. **Caminhos de Aruanda: A Trajetória do Candomblé e Umbanda na Cidade de Goiás**. Universidade Estadual de Goiás – UEG Trabalho Monográfico, 2013.

Figura 19 – Rua da casa do senhor Macilon – Entrada para a rua Macônica, cidade de Goiás.



Fonte: CAMPOS, 2021

Seu Carlos Divino Santana de 60 anos, nasceu e foi criado na cidade de Goiás na rua do oriente. Na época ainda não era considerada como setor, era uma parte isolada da cidade que mais tarde ganharia o nome de bairro João Francisco, seus pais Benedito Josias e Maria de Lourdes também nasceram na cidade de Goiás em um espaço territorial que hoje se expandiu como setor bacalhauzinho.

Seu pai trabalhava na roça nas plantações de arroz, feijão e milho, e na cidade eles criavam galinha e porco. Os mantimentos eram trazidos da fazenda através dos carros de boi transportados nas cangaias que serviam para vender para a população. O trabalho na fazenda era à base de troca, onde o dono das terras cedia o terreno, ele plantava e a colheita era dividida “ele entrava em acordo com o proprietário da terra; plantava e dava uma porcentagem pra ele e tirava a outra porcentagem pro meu pai. Aí ele tirava o da despesa do ano e vendia o que sobrava”.

Não havia luz elétrica no local onde ele morava e o sistema de abastecimento de água era através dos poços ou chafariz que eram instalados nos setores da cidade, as mulheres lavavam roupas no Rio Vermelho que atravessa a cidade no Centro histórico.

Os cuidados com a saúde conferiam aos benzendores e àqueles que possuíam o conhecimento com as ervas medicinais e simpatias, que sugeriam atrair positivamente as energias espirituais. De acordo com ele, as crianças adoeciam muito, as doenças como o sarampo e a catapora eram muito presentes. Quando as crianças estavam no momento de nascerem os primeiros dentes usavam “cebola né. Ela antecipava o nascimento, porque eu acho que aquela vitamina da cebola, fazia brotar mais rápido”.

Adoecia muitas crianças né, não tinha acesso à medicina e tratamento né, então levava num benzedor, e ali ele receitava alguma coisa e sempre dava certo. Às vezes as crianças tinha aquela é... uma espécie de sarampo, alguma coisa que brota, eu esqueci o nome. Aí eles mandavam jogar milho de pipoca debaixo da cama, aí com o tempo aquilo ali sarava, sabendo fazer, várias que não só benzer mais fazia simpatia que ensinava né. Pra caxumba, por exemplo, que não tinha vacina na época, então as crianças que ficava, pegava uma colher de pau que todo mundo usava, aí esquentava num fogão de lenha, aí passava e num deixava beber água gelada, porque não tinha também né, mas só tomava água natural, mas acho que se não tomava também num sarava sabe? Um pouco também era assim, fazia uma simpatia, mas precisava de tempo pra sarar (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Toda esta ritualística em volta da simpatia feita com pipoca possui relações com o orixá Omolu. ele que divide com Ossaim (orixá) (são orixás do candomblé que logo à frente será descrito neste relatório) a cura das doenças. A pipoca é um prato feito com o grão de milho, que se relaciona com o Orixá da cura. No candomblé esta comida é direcionada como forma de presente ou para realizar ebós de limpeza dos consulentes ou dos filhos e filhas do axé. Para os antigos, a pipoca era usada para fazer chá e assim, todas as feridas ou dermatoses causadas pelo sarampo ou catapora se colocavam às amostras, usavam-se também em forma de simpatia que era jogada embaixo da cama como forma de proteção e sacudimento¹⁷ das doenças.

Os partos eram feitos por parteiras que em sua maioria usavam de simpatias para ajudar no nascimento dos bebês. Às vezes, eram partos complicados e faziam rezas para ajudar a criança a se encaixar para nascer. Após o processo eram receitados remédios caseiros para ajudar a aliviar dores e evitar possíveis infecções: “dava remédio né, era vários remédios, quer ver? dava o chá de frade que é um antibiótico muito bom é o chá de frade, chá de rosa branca tudo servia”. Depois do parto, mantinha-se um repouso de quarenta dias para estabelecer a saúde física.

¹⁷ De acordo com os pesquisados, o **sacudimento** é uma ritualística muito utilizada com ervas, através de defumações ou batimentos em ambientes e pessoas com o objetivo de afastar energias negativas que atraem doenças espirituais.

As parturientes e crianças eram cuidadas pelas parteiras, onde se recomendava um período de sete dias de recolhimento, sem visitas, para evitar que as crianças pegassem o ‘mal de umbigo’ “acho que era pra não pegar o mau olhado, e a criança como o umbigo ainda não caiu alguma coisa assim sabe”? Além destes cuidados com a criança eles faziam a cura do umbigo que cicatrizavam através de benzeduras, banhos de ervas.

Pegava um pedaço de adobe, aí na hora de dar banho, punha na água ou um pedaço de telha e punha na água, ali certamente soltava alguma pureza ali pra limpar ele devagarinho ou banhava com sangue de tatu para evitar pegar outras doenças, era curado com azeite de mamona e talvez até café punha no umbigo, ia banhando né, aí quando o umbigo caía você podia ir lá visitar (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

De acordo com o detentor, antigamente tudo era curado com os medicamentos manipulados pelas ervas e raízes do cerrado.

Dava muito problema assim, porque mexia muito com fogo, fogão de lenha, então dava muito problema na junta, então dava dores né? Reumatismo atacava muito, e as vista era por causa da lamparina na época a lamparina ficava muito acesa e aquela fumaça da lamparina afetava a visão das pessoas. Pra dor de dente usava o juá, cê já viu ele? O juá era aquele amarelinho assim, aí cortava ele no meio e punha em cima. Aí estourava o dente, aí ele fazia a raiz do dente morrer aí estourava ele, aí ele morria e rancava. Porque o pessoal não tinha acesso à odontologia e também não gostava eles tinha medo né. Eles tomava anestesia e a anestesia as vezes às pessoas dormia né e tinha medo de morrer (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Dos medicamentos feitos à base de ervas, dentre eles era muito utilizado o fedegoso que era bom para curar dores nas juntas provocadas pelo excesso de friagem e pelo calor excessivo do fogo dos fogões à lenha, pois ficavam por horas cozinhando.

Chá de fedegoso que ajudava nessa parte. Podia pegar a raiz dele, pegava a raiz, pega a folha ou a semente, a semente ela é bom também. Minha avó ela fazia torrava o café e ela punha o fedegoso no meio pra fazer o café pra servir de remédio. Se tivesse muita dor no corpo, até hoje eu tomo, ontem mesmo eu tomei, eu tenho aí fedegoso, eu torrei um pouco e tem a outra parte que eu deixei pra plantar na época que chover. O fedegoso tem que esperar ele secar, ele é de varge, ele é tipo uma varginha tipo feijão aí pega a semente pra torrar ele junto com o café, ele é bom pra gripe, estômago e estresse (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Segundo senhor Carlos, antigamente cada quintal possuía suas plantações de ervas medicinais, eram as hortas ou farmácias naturais como bem assinalados por ele nos depoimentos,

Os quintais tinha um local pra plantar, eram as farmácias, plantava todas as ervas, porque o acesso à medicina era difícil, então tinha que pagar caro. O que precisava, na farmácia natural tinha; Anador porque tem a planta do anador, 8 dor, a 7 dor tinha ela, tinha o picão que você achava em qualquer lugar, o fedegoso, qualquer planta que você precisava medicinal cê tinha ela (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Esta sabedoria para lidar desde as formas e tempos certos de plantar e colher até o manejo das ervas, ele aprendeu com sua avó Maria Ester Santana (falecida) que o ensinou reconhecer as raízes, cascas de árvores e ervas curativas para cada tipo de doenças em pessoas e animais.

Foi com a minha avó, porque nós tinha essas cangaia que envolvia a cela, dava suador nos animais, que ele andava muito e suave aí no outro dia punha de novo aí dava pisadura em cima e feria, tem a erva certa de passar, não é pra fechar rápido, porque o **Barbatimão** ele encolhe e fecha, aí punha, aí ele abria novamente então pegava várias ervas, punha o **Pacari**, por exemplo, que é mangabeira braba que serve pro estômago, serve pra você beber e serve também pra passar nos animais. **Mangabeira braba** que nós chama ela aqui, mas o nome dela é Pacari. O **Azeite de Mamona**, serve pra nascer cabelo novamente, nos animais que ta pelando. O toucinho também sem sal de porco serve também pra criar cabelo. Tinha a lua certa, se for para colher o remédio pra diminuir alguma espécie de machucado ou doença, qualquer doença pra diminuir, então era minguante né. Então tirar sempre o entrecasco do lado que o sol nasce não é uma simpatia, é porque quando o sol nasce de manhã a vitamina do sol pega nele (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Este relato do senhor Carlos, apresenta as formas, estratégias de como era a sobrevivência do homem com a natureza, bem como se relacionava com a época certa de recolher da natureza para resolver problemas de saúde. De acordo com o detentor, o ciclo da lua influencia tudo na vida da natureza, tanto para plantar e colher ou até mesmo para produzir os medicamentos com as raízes, por exemplo, as garrafadas que são indicadas para cada tipo de cura que necessite.

O senhor Carlos é benzedor e umbandista, mora na Vila União na cidade de Goiás. Nesse local ele construiu seu terreiro e as plantações de ervas medicinais. A seguir imagem da rua da casa do senhor Carlos que também se localiza no setor periférico da cidade.

Figura 20 – Rua da casa do senhor Carlos – Vila União, cidade de Goiás.



Fonte: CAMPOS, 2021

Durante a pesquisa ele não autorizou fotografias dos rituais de benzeduras, bem como o registro das rezas realizadas durante os rituais. De acordo com ele existem dois tipos de benzedura: a que envolve doutrinas umbandistas e a partir das crenças católicas. Entretanto a linha que ele segue é voltada para a Umbanda, com os trabalhos espirituais na fé nos Pretos Velhos, Caboclos, São Cosme e Damião e o povo das águas (marinheiros, marujos), Yansã, Oxum e Iemanjá (as três últimas são Orixás femininos cultuados no Candomblé e Umbanda).

Os rituais de benzedura que o senhor Carlos realiza, são voltados para a cura de doenças espirituais como a depressão espiritual que ele aponta em seus depoimentos. Para ele, este tipo de trabalho espiritual envolve duas etapas, a primeira delas é realizada através de rezas que evoca os Pretos Velhos, Caboclos e as crianças (São Cosme e Damião) e utilizam ramos ou galhos de arruda, guiné, fumo ou jaborandi e a segunda, caso a primeira não funcione, é necessário realizar trabalhos de benzedura que envolve o transe com as entidades que trabalham com determinadas situações. Observa-se o relato do detentor sobre o uso das ervas, as entidades e a depressão espiritual.

Usa a arruda, porque ela é mais fácil de puxar energia da pessoa, por isso ela murcha mais rápido. Pode pegar outra folha, o jaborandi também é bom, mas ele é mais difícil de puxar as energias a arruda não, ele conforme for o jeito que você passar perto do pé de arruda quando for de tarde ele já tá morto, porque aquela energia passou pra ele, então é mais fácil de absorver, se a pessoa tiver muito carregado, fluído ruim né, com a energia ruim, por exemplo, se você fica nervosa aqui e começa xingar, você abre um portal muito longe, umas energias ruim que vem que acaba saindo de lá pra cá né, pra sair é fácil, agora pra mandar de volta é difícil, então tem os benzimentos aí no caso se precisar tem que fazer um trabalho, coisa que as vezes só o benzimento não vai resolver porque às vezes ali não tem só energia, tem obsessores que estão atrapalhando a pessoa, que às vezes a pessoa dá depressão, porque tem a depressão espiritual e a material.

A depressão espiritual as pessoas pode ver as coisas onde não tem, sair e ver as coisas assim. Tem que ser cortado estas energias, através de rezas benzimentos, agora se tiver muito forte aí tem que ser uma parte a mais, como se diz mais forte né como, por exemplo, um trabalho de Caboclo por exemplo, que as três forças da Umbanda é a criança, o jovem e o velho né, um, num trabalha sem o outro, porque num adianta as forças dos caboclos, só as forças dele sem a sabedoria dos Pretos velhos, e não adianta só a sabedoria dos Pretos Velhos sem a forças dos Caboclos, então são as três forças juntas. E a sinceridade e alegria das crianças (Senhor Carlos Divino Santana 60 anos).

Figura 21 – Senhor Carlos Divino Santana, explicando as propriedades das ervas



Fonte: CAMPOS, 2021

Para benzer ele utiliza da energia destas folhas aqui já mencionadas. Para ele, é preferencial que se pegue as mais novas em uma quantidade de três folhas. “Cada folha representa uma força espiritual; os Pretos Velhos, Caboclos e as crianças” (São Cosme e Damião). Para além dos benzimentos utilizando as ervas, caso necessite, há

uma interferência com as entidades aqui mencionadas, de acordo com ele, caso ainda o consulente continue com os sintomas de depressão espiritual, é chamada a falange de Yansã.

Folha novinha que ela consegue tirar a energia, porque ela vai murchando né, porque ela vai puxando, eu pego 3 ramos, porque são as 3 forças né, são 7 linhas, mas são 3 forças, aí você intercede no nome daquela entidade que está ali na hora né ali, aí pede pra tirar e levar, porque tem energia espiritual que só outra energia pra tirar, aí é energia combatendo energia, por isso a importância, depois se precisar, Yansã tem a falange de boiadeiro que trabalha pra ela, marra e leva uai, de todo jeito tem que conduzir. Mas as crianças também ajudam, elas são entidades fortes, mas só que elas têm mais controle né, são controladas através dos Pretos Velhos que controla eles (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Para realizar os rituais de benzedura, ele utiliza o espaço do barracão (o espaço onde está concentrada a energia das entidades e onde acontece toda ritualística dentro da umbanda, ele o chama de barracão). Dentro do barracão existe o altar com os santos católicos e de candomblé, bem como as de Pretos Velhos, Caboclos e São Cosme e Damião (santos que representam a energia das crianças). Também pode-se ver os bancos feitos de madeira para apoiar os consulentes e as entidades que chegam e na entrada do barracão uma carranca (cabeça) de búfalo. Este animal é representado em Yansã no candomblé.

Figura 22 – Barracão



Fonte: CAMPOS, 2021

No quintal do senhor Carlos é cultivada uma vasta quantidade de ervas e árvores que retira entrecasca para produzir os medicamentos. É dessas plantas que ele retira as energias e suas propriedades para produzir os medicamentos como as garrafadas. Outras ele procura no cerrado perto de sua casa. As ervas encontradas são:

Mãe de Mil: “no candomblé usa ela pra tomar banho, parece que ela é de Iemanjá, porque ela tem muitos filhotinhos, cada coisinha dessa aqui ela brota um pezinho, por isso é chama mãe de mil, faz suco dela pra diabete, gastrite, queimação e refluxo”.

Mamona: “usava para fazer o azeite pra colocar no umbigo das crianças quando nascia. Toda casa fazia, pegava a mamona, fervia ela a gordura subia, aí vinha com uma colher e tirava e continuava no fogo que aí a água evaporava e ficava só o azeite”. De acordo com o mesmo, ele cultivava para doar para as mulheres que possuem o ofício de fazer o azeite.

Arruda: “a pessoa num pode ta pegando, se alguém vir e pedir, a gente tira pra ele, porque se o deixar pegar, a energia pode matar essa planta. O segredo dela é que o dono dela é que tem que plantar, ou fazer a muda dela, usa para benzer”.

Mulher Pobre: “ela serve pra várias coisas, antibiótico e até a folha dela e amassa com água aí ela dar uma espuma e passa nas feridas, ela é bom para o estômago também tem muita dessa árvore aqui no cerrado”.

Cardamomo: “ela serve para diminuir as batidas cardíacas quando está muito acelerada, toma o chá dela, aí eu plantei e vou juntando também e pondo no litrinho que se alguém precisar eu tenho. Pega a flor ou a folha”.

Espada de São Jorge: “ela é mais pra defesa. No caso tem duas espécies ali, tem uma da ponta amarela de cá e a outra de cá, é duas energias: negativa e positiva e aquela de cá é mais positiva”.

Pintaíba: “é de fazer gargarejo aí pega a entrecasca e ferve ele e faz gargarejo. Remédio de garganta”.

Cana de Macaco: “serve pros rins também, mas tem que saber se é infecção, ou se é pedra se não não vai adiantar, se for pedra de rins aí tem que ser a conta de lágrimas”.

Conta de Lágrimas: “aí faz o chá da folha, ela é diurética, tem que tomar cuidado porque diurético num pode tomar muito, se não ele dar câimbra, é bom as ervas medicinais da flora, mas não pode usar de qualquer forma”. De acordo com o mesmo, esta erva é chamada assim, porque dar uma semente que remete às lágrimas, destas sementes, faz-se contas para os pretos Velhos.

7 copa: “não faz remédio dela não, ela dá só sombra e dá umas frutas, morcego que gosta de comer ela”.

Mentrasto: “o pessoal pega ela pra fazer remédio pra menino, serve pra acalmar a criança quando está nascendo dente”.

São Caetano: “a fruta se torna comestível ele é vermelhinho as folhas é bom pra dengue e a sementinha é bom pra hemorroida”.

Fumo: “eu tenho vários pé e eu vou guardando as sementes né? Alguém precisar é uma coisa

que a natureza dá e pode até perder. Usa a folha seca para defumar e afastar energias ruins”. **Alho roxo:** “ele abaixa a pressão e o branco sobe não pode tomar muito”. **Picão:** “eu vou secar ele e depois vou amassar e fazer comprimido e tem gente que usa ele pra fazer chá e eu faço comprimido, ele é bom pra dengue”. **Erva Doce:** “o pó da erva doce, serve pra fazer chá pra criança, pra adulto também”. **Laranja da Terra:** “usa a casca faz o pó ou o chá pra diabete”. **Lima de Umbigo:** “usa ela pra sinusite ou labirintite, ela tem um umbigo aí cê corta ela e põe a casca dela no álcool aí usa pra cheirar”. **Beladona:** “ela tira a dor, mas tem que colocar no álcool e passar em cima, mas a flor se tomar, ela é alucinógeno forte, é perigoso não voltar”. **Goiabeira:** “ela serve pra quando está com diarreia, o entrecasco dela, faz o chá”. **Erva Santa Maria:** “ele é usado para vermífugo amassa ele faz as bolinhas dele e dá pras crianças tomar. A gente bate ela no liquidificador com a 7 dor pra evitar que a covid não dê muito forte”. **Folha Santa:** “ele é um anti-inflamatório, se tiver uma espécie de infecção, uma unha inflamada, você massa e põe em cima, marra um pano e passa um pouquinho e começa pinicar, aí vai puxando a infecção pra fora, pode comer ela também pra gastrite, queimação”. **7 dor:** “o chá ou o suco, serve para dor de cabeça, estômago, infecção e tem mais mas num tô lembrando”. **8 dor:** “é a mesma coisa do 7 dor, mas as folhas é mais diferente”.

Figura 23 – Quintal das ervas e raízes



Fonte: CAMPOS, 2021

O que o detentor ainda não plantou de raízes em seu quintal, ele encontra nas matas do cerrado no local chamado Morro da Antena que fica na cidade de Goiás ou até nas fazendas vizinhas. Das árvores mais conhecidas que ele busca suas propriedades curativas para produzir as garrafadas, “gosto assim, se eu vou fazer alguma garrafada eu mesmo vou lá e busco né, porque aí eu sei o que eu estou pegando é o da realidade”.

Das raízes que ele encontra no cerrado vilaboense e que ele utiliza para fazer os medicamentos são: **Batatinha Milona**: “ela serve para várias coisas né, pro estômago. Igual àquela gota do Zeca que ela é feita a conta gota, ele é feita dela, o laboratório faz, mas muda o nome né. Pra que a pessoa não encontra aquilo de graça”. **Copaíba**: “tem a época, porque na época da lua cheia, a água da madeira sobe, quando muda a lua, baixa. Enfia um caninho na madeira e tira aquele óleo, é medicinal pra ferida no pé, até o câncer se não tiver evoluído, ele ajuda”. **Jatobazinho**: “é um antibiótico, ele serve pra infecção de próstata, o jatobazim, do campo, num é aquele jatobá grande”. **Sucupira**: “o entrecasco, cê pode pegar o entrecasco também, moer ele

socar e fazer o pó, ele serve pra garganta ele é antibiótico, mas num pode tomar muito porque ela sobe a pressão, então tem que ter a quantidade”. **Barbatimão:** “ele é cicatrizante, usa em ferida para curar, mas não pode usar muito, porque a ferida tem que sarar de dentro pra fora e ele começa fechar de fora pra dentro. Usa também pra colocar na garrafada para infecção”. **Angico:** “pó de angico é antibiótico, usa na garrafada para combater infecção.”

Aqui eu tenho o Barbatimão na pinga, o mandacaru, Lima de bico e essa aqui continua sendo a farmácia. Gota Serena, Calunga, Rabo de Tatu, Carqueija, Pau Tenente, Batata Miloma, Espinheira Santa no álcool. É de passar com álcool num é pra beber é sempre pra passar. É tudo ráz, eu pego no mato. A Calunga eu acho lá atrás da pecuária, mas hoje talvez esteja mais difícil de achar, porque o pessoal tira muito. Aqui tem o óleo de Copaíba com o azeite de mamona que usa pra passar. Aqui tem outra (Senhor Carlos Divino Santana, 60 anos).

Figura 24– medicamento produzido à base de raízes e álcool



Fonte: CAMPOS, 2021

Figura 25– Garrafada



Fonte: CAMPOS, 2021

Essas ervas e raízes formam o conjunto de medicamentos naturais que o detentor possui em sua casa, de acordo com ele, alguns ele deixa pronto, são os que podem deixar no álcool ou na pinga e que servem para passar nas dores reumáticas, da coluna ou musculares.

Dona Olinda Cândido de Carvalho, 87 anos, faleceu no dia 14 de outubro de 2020 por complicações de câncer. Ela era cadeirante, mas suas limitações não a impediam de realizar o ofício de benzeduras. Realizava esse ofício em sua casa, seus rituais eram voltados para a Umbanda a partir do transe ou através de rezas que evocavam as energias das entidades que em sua maioria eram os caboclos, pretos velhos, boiadeiros e Exús.

Assim, os relatos que aqui aparecem são a partir de conversas e informações que obtive com a detentora através do convívio e relação que tínhamos no dia a dia antes do seu falecimento. Eram momentos que tivemos oportunidades de estar ou de participar como consulente e como amiga, tanto nas visitas como nos rituais. Dona Olinda era chamada por todos como dona Lindica. Ela deixou seu legado para um de seus afilhados, Jefferson Sarafim Dias (28 anos) e dona Anair Evangelista Dantas Ferreira (65 anos) com quem compartilhava seus aprendizados. Desta forma, aqui serão

registradas uma entrevista informal que foi realizada com a mesma no ano de 2019 e com os depoentes aqui mencionados.

Dona Lindica morava no setor Aeroporto e possuía o ofício de benzedura e o uso das ervas para fins medicinais. Aprendeu o ofício a partir da mediunidade quando ainda tinha nove anos de idade. Que ao obter visões de entidades como caboclo, preto velho, exu e pombogira, ela passou a realizar os rituais de cura.

Realizava os rituais de cura a partir de rezas destinadas às entidades mencionadas. A mesma faz indicações de banhos com as ervas e medicamentos para curar tosses/resfriados, anemia, cicatrização de machucados, dores no estômago, cabeça e vários outros.

Para anemia e diabetes é bom fazer as garrafadas de quina e mamacadela, mas hoje em dia as pessoas quase não procuram a gente mais pra fazer esses remédios e nem pra benzer, também essas raízes é difícil encontrar, o povo desmatou tudo (Olinda Cândido de Carvalho, 86 anos).

A detentora compartilhou do seu saber com dona Anair que também é benzedeira. Elas caminharam juntas por 10 anos. Dona Anair relata que havia uma troca de saber entre elas e que ela aprendeu muito, como por exemplo, realizar alguns trabalhos de cura e conhecimento de algumas ervas que ela ainda não conhecia.

Eu fui fazer uma visita pra ela, eu ainda não conhecia, conheci ela através de uma amiga que falou dela aí eu falei, quando você for me chama que eu quero ir também visitar ela, e com esta visita eu fiquei 10 anos com ela. Aprendi um pouco, outro pouco eu já sabia néh, mas sabedoria quanto mais é bom. Aprendi muita coisa, fazer trabalho, cura. Como se diz o outro, “não aprendi, fui cumprir uma missão com ela”, fui cumprir missão, ajudar ela, ela tinha uma missão e fomos cumprir, que uma mão lava a outra e junta as duas e lava o rosto então nós caminhou assim. Ela benzia de tudo que cê pensar, de tudo, de tudo, de tudo que cê pensar; picada de cobra, cobreiro, macumbaria mesmo, de tudo. O benzimento dela tirava tudo se tivesse alguma coisa ruim o benzimento já tirava, se fosse acontecer algum acidente ela já benzia ali e já acaba né, num deixava acontecer nada (Dona Anair Evangelista Dantas Ferreira, 65 anos).

Dona Anair Evangelista Dantas Ferreira, de 65 anos, nasceu e foi criada na cidade de Faina, lá ela se casou e teve oito filhos. Ela veio para a cidade de Goiás quando ficou viúva com as crianças pequenas. De acordo com a detentora, desde quando ela chegou na cidade, foi morar no setor Bacalhauzinho em uma residência pequena e com poucas condições de conforto. Com a dificuldade de sobrevivência, ela se mudou em busca de trabalho e melhores condições para criar seus filhos.

Filha de dona Adriana Quirina Dantas e Leandro Evangelista Dantas, ela herdou o ofício de sua mãe, que também benzia. “Quando foi pra ela morrer, foi mesma

coisa de um sonho, ela falou; ‘minha fia, cê nasceu com isso cê nunca deixa, o que eu tenho eu tô te dano’’. De acordo com ela, ela herdou da mãe, mas os ensinamentos veio a partir de um aparecimento da Preta Velha, quando ela tinha 9 anos de idade e sempre esteve com ela instruindo em todas as formas e como teria que prosseguir com os rituais.

Aprendi benzer eu tinha nove anos de idade, eu aprendi com uma preta velha me ensinando no meio do mato, ela veio igual ta nós assim. Eu tava varrendo o quintal eu tive que largar, ela tava chamando lá e eu fui. Onde nois morava tinha um matinho assim, esse mato era muito sagrado pra mim. Ela só falava pra mim; ‘chegue mais minha zim fia’. Mas isso era direto. Ela tava lá sentada e ela conversava comigo e falava assim; ‘se cuida zim fia’ tinha uma árvore lá, nós sempre sentava de baixo da árvore ne, era muito real... Aí a preta velha me ensinou tudinho, tudo e mais um pouco. Ela me falava lá, os ensinamentos dela e como é que eu tinha que fazer como que era pra fazer. Por exemplo, o José veio agora cedo aqui em casa e ela falava; pro José você vai fazer assim e assim, aí mais tarde vem o João e o João já é diferente... é assim é as origens de cada entidade. Mas toda a história é real, muito real, vinda do além e é essa a minha história que eu carrego comigo, minhas origens e quem anda comigo, quem estar sempre comigo são os ancestral (Dona Anair Evangelista Dantas Ferreira, 65 anos).

Dona Anair, é umbandista e seus benzimentos são voltados para a fé nos pretos velhos e santos católicos, ela benze de espinhela caída, mal olhado, cobreiro, vento virado e inveja. Entretanto, não são todas as rezas que são permitidas que ela falasse em voz alta, pois de acordo com ela todas as revelações necessitam de autoridade da preta velha que a acompanha e a auxilia no momento dos rituais.

Das rezas e benzimentos que ela aprendeu e que podem ser ditas em voz alta apenas uma foi revelada pela detentora:

Caminha com fé, você veio do ventre da sua mãe igual nosso senhor Jesus Cristo estava no ventre da mãe dele né. Onde Deus passou, nada embarçou, onde você passa, nada te embarça, todos os garranchos será cortados, todos os cadeados será rebentado, todas as correntes será estourada, que seu guardião te rege pra e sempre (Dona Anair Evangelista Dantas Ferreira, 65 anos).

A detentora deste saber, possui conhecimentos das ervas medicinais que vez ou outra faz indicações de acordo com a necessidade de cada consulente. Mas de acordo com ela, são os chás ou um banho para equilibrar as energias, mas depende de cada necessidade. Hoje ela mora com um filho no setor Bacalhauzinho e continua seus benzimentos. Entretanto, ela lamenta a dificuldade que se encontra em atender as pessoas que necessitam de ajuda. Devido à crise sanitária de Covid-19, seus atendimentos já não são possíveis.

Analisando esse relatório, percebe-se que a cidade de Goiás possui em seu histórico de formação uma dualidade de sobrevivência por parte das práticas de cura através do uso medicinal das ervas ou benzimentos. Tais práticas estão voltadas para a instabilidade espiritual e físicas dos consulentes, tendo as ervas como proteção que estabelece a limpeza de energias negativas e também como fator curativo do corpo físico. Já a benzedura se volta para ambas às formas de cura, tendo como principal instrumento as rezas e a evocação da espiritualidade. Pode-se pensar essas curas como um conjunto alinhado às forças espirituais e às propriedades curativas e energéticas das ervas e raízes.

Esta análise permite compreender a manutenção da cura em sua maioria por benzedoras e benzedores que praticam a religião umbandista ou candomblecista, bem como a patrimonialização de uma prática que se encontra ameaçada de perda por diversos fatores, desde a idade avançada de seus detentores até a carência de políticas públicas que promovam a manutenção e registros destes benzedores e seus ofícios.

É preciso refletir que são saberes que fazem parte da cultura de grupos que possuem uma grande relevância e responsabilidade pela construção histórica do Brasil, em especial a cidade de Goiás. São detentores portadores da memória e identidade dos grupos populares brasileiros. É necessário estabelecer políticas públicas para a promoção de preservação deste bem patrimonial como previsto em leis aqui já mencionadas, de forma que venha estabelecer a sustentabilidade da biodiversidade e preservação da matéria prima envolvida na materialização destes saberes.

A seguir será apresentado o uso das ervas no terreiro de candomblé e como esses usos estão relacionados com o poder de cura espiritual, emocional e físico, com objetivo de estabelecer o equilíbrio das pessoas que buscam esses locais como parte de seus processos de cura. Para tanto foi utilizado à metodologia da pesquisa participativa a partir de vivências do Ilê Axé Fará Imorá Odé.

1.2.2 Kò sí ewé, kò sí òrìsà¹⁸: O Poder das Ervas nas Religiões de Matriz Africana.

Este item apresenta as relações dos usos das ervas com as religiões de matriz africana em seus sentidos energéticos e religiosos. Os ritos são momentos que envolvem as ervas a partir dos aprendizados que perpetuaram até os dias de hoje. Aqui vale ressaltar que para abrir esta discussão foi necessário abrir mão dos métodos proposto até o tópico anterior e pensar no método da pesquisa participativa, no entanto,

¹⁸ Tradução: Sem ervas não há Orixá.

a descrição que se insere não obedecerá aos principais critérios que esse método exige em uma pesquisa, por se tratar de um breve diálogo.

Aqui vale ressaltar que, para abrir esta discussão, foi necessário utilizar da pesquisa participativa, de modo que, enquanto indivíduo que compartilha destes saberes e representações ao mesmo tempo como pesquisadora pesquisada que de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa participante é uma forma de o pesquisador participar ativamente de sua própria pesquisa, estando ele vivenciando cotidianamente na comunidade e observando suas práticas e modos de vida. Nesse caso, este item descreve este saber de modo que esta observação se deu de forma natural como sugere as autoras mencionadas, uma vez que a pesquisadora pesquisada está inserida no objeto de pesquisa que se refere à escrita desse relatório.

Ressalta-se que não é objetivo desta escrita negar o papel ativo enquanto pesquisadora, mas sim lançar mão de uma categoria analítica quanto ao processo de apreensão da realidade como sugere Rocha (2004), que essa relação, permite o pesquisador desenvolver um olhar clínico que está em:

Grande parte assentado numa postura de atenção que ele deve ter com a natureza do seu problema de estudo; os objetivos que se tem em relação ao mesmo, a busca das informações para alcançar estes objetivos e o amparo teórico que circunda todo este percurso (as idas e vindas do empírico à teoria e vice-versa) (ROCHA, 2004, s/p).

Assim, descrever este item apresenta um desafio, por um lado por ser a pesquisadora que desenvolve a pesquisa, e por outro por fazer parte como sujeito nesse processo de aprendizagem que foram desenvolvidos ao longo do tempo por contato com estes detentores e por estar inserida em uma religião em que a maioria das ritualísticas envolve os segredos das ervas, bem como por observar a necessidade existente de promover políticas públicas que envolvem a valorização, promoção e manutenção desse saber. E sim, este é um problema observado durante a pesquisa, pois a cidade de Goiás não possui políticas voltadas para a preservação desse Patrimônio, menos estão inseridos nos livros de registros de bens da cidade como parte do Patrimônio cultural.

Levando em consideração, que além de pesquisadora, sou candomblecista e no meu seio familiar sempre tive contato com benzedeiros, parteiras e umbandistas (como, por exemplo, minha avó falecida), posso afirmar que sempre tive oportunidade de obter alguns conhecimentos de manuseio com as ervas medicinais.

Desta forma a participação desta pesquisa se dá com a pesquisadora pesquisada com egbomi, Bàbá Lossaim do Ilê Axé Fará Imorá Odé, Moisés de Carvalho Porto, Senhor Carlos Divino Santana zelador do terreiro de Umbanda e senhor Macilon Francisco de Assis também zelador do terreiro de Umbanda, ambos na cidade de Goiás.

Durante a pesquisa em relação ao uso das ervas medicinais pelo saber popular, não foi possível a desvinculação com o cuidado espiritual. Assim, percebi a necessidade de realizar a pesquisa diretamente nos terreiros de Candomblé e Umbanda. Mesmo porque, durante as minhas observações, verifiquei um número de detentores desse saber que estão inseridos nessas religiões e fazem o uso em diferentes rituais. Saberes que são herdados por avós, pais e mães, por vezes adquiridos com as vivências, nos cotidianos e nas relações com outros grupos que possuem o conhecimento.

Observa-se que o subtítulo deste item, apresenta uma afirmação escrita em yorubá que trás em seu significado a importância das ervas nas religiões de Matriz Africana, pois ‘sem erva sem orixá’. As ervas fazem parte de todo o desenvolvimento que envolve as ritualísticas nos cultos aos Orixás e entidades espirituais no Candomblé e na Umbanda.

Todo o conhecimento sobre os usos das ervas e aprendizados dentro das religiões de matriz africana, são baseados na oralidade onde os mais velhos passam para os mais novos. Os valores e aprendizados dentro dos cultos são transmitidos oralmente, diferentes das outras religiões que possuem seus ensinamentos baseados em um documento escrito como o alcorão e a bíblia cristã.

A transmissão oral do conhecimento é considerada na tradição iorubá como o veículo do axé, o poder, a força das palavras, que permanece sem efeito em um texto escrito. As palavras, para que possam agir, precisam ser pronunciadas. O conhecimento transmitido oralmente tem o valor de uma iniciação pelo verbo atuante, uma iniciação que não está no nível mental da compreensão, porém na dinâmica do comportamento. É baseada mais em reflexos que no raciocínio, reflexos estes induzidos por impulsos oriundos do fundamento cultural da sociedade (VERGER, S/D, p. 20).

Neste sentido os ancestrais¹⁹ possuem um papel importante dentro das comunidades de religião africana, pois são os principais responsáveis pela manutenção dos saberes e das cerimônias ritualísticas ao repassar seus conhecimentos que ora foram aprendidos com os seus mais velhos. Assim essas religiões se mantêm dentro dos

¹⁹ Aqui esta terminologia é tratada a partir dos detentores que possuíram os saberes antes do noviço, ou seja aquele que passa os conhecimentos e aprendizados aos mais novos dentro dos terreiros.

valores e repasses dos mais velhos para os mais novos que vão se amparando nos costumes tradicionais.

De acordo com o Bábá Lossaim do Ilê Axé Fará Imorá Odé Moisés de Carvalho Porto de 30 anos, todo o aprendizado que ele possui em relação ao conhecimento e uso de determinadas ervas, foi repassado para ele através dos mais velhos ou dos babalorixás que ele obteve contato durante as funções do Ilê do qual ele faz parte.

Dentro das ritualísticas do Candomblé, o Bábá Lossaim, possui um papel imprescindível, pois ele é o responsável de colher e preparar as ervas que serão utilizadas nos rituais de iniciações, nos banhos para toda comunidade e os noviços que farão parte da iniciação, bem como para os Boris. De acordo com o mesmo, para cada ritual existe a utilização das ervas e estas dependem inteiramente das relações dos Oris com os Orixás que farão parte daquele Ori (cabeça). Cada Ori possui um Orixá regente e o uso dessas ervas se relacionam com as energias de cada divindade. Assim, cada erva possui uma finalidade, desde a limpeza e purificação do corpo até manter um equilíbrio energético mental e espiritual.

Moisés foi escolhido pelo patrono do Ilê como Bábá Lossaim do Ilê Axé Fará Imorá Odé desde muito cedo. Quando começou seus passos dentro do universo religioso do candomblé, ainda não havia sido iniciado para o Orixá que rege sua cabeça (Ori), mas ele já ajudava os mais velhos nas escolhas das ervas para os banhos da comunidade: “desde muito cedo, ganhei essa responsabilidade, assim que o Bábá fez o jogo dos búzios e Ossaim respondeu como o santo que rege minha cabeça. Quando me iniciei para o santo, alguns anos depois fui apontado para este cargo” (Moisés de Carvalho Porto, 30 anos).

No candomblé as ervas são utilizadas nos seguintes rituais: Sassanha, iniciação, sacrifícios, banhos de descarrego ou equilíbrio de energias, sacudimentos e defumações. A **sassanha** é o ritual que prepara e encanta as ervas para os noviços que serão recolhidos no processo de iniciação, é um ritual que se faz, pedindo a Ossaim licença e permissão para usar as ervas das quais ele é o detentor.

As ervas utilizadas para este ritual, são escolhidas junto com o pai de santo, e estas ervas dependem da energia de cada orixá que vai nascer ali. Dentro deste ritual, as palavras e pensamentos positivos são necessários, pois se utiliza das energias das plantas que são encantadas para realizar a limpeza de

quem tomar o banho durante a obrigação (Moisés de Carvalho Porto, 30 anos).

De acordo com esse relato de Moisés, é preciso entender a importância energética de cada erva, pois elas estão relacionadas diretamente com a energia de cada Orixá. Neste caso aqui exposto, compreende-se que os Orixás possuem suas ervas que caracterizam cada força energética destinada a elas. Esses segredos foram compartilhados pelo detentor e curandeiro Ossaim, Orixá da cura e conhecedor das propriedades das ervas.

Para entender como esse Orixá se tornou o detentor dos segredos das ervas, vamos reportar ao livro *Mitologia dos Orixás* contadas por Reginaldo Prandi (2001). Chamamos de itãs as Histórias antigas que remetem a vida dos Orixás, estes itãs trazem explicações do nosso universo religioso e como se encaixa em determinadas situações e características dos Orixás, tais itãs são contados pelos mais velhos dentro do candomblé. Segue dois itãs que explicam como Ossaim adquiriu o poder e os segredos de cura das ervas e como ele compartilhou este com os Orixás.

Ossaim recusa-se a cortar as ervas miraculosas.

Ossaim era o nome de um escravo que foi vendido a Orunmilá. Um dia ele foi à floresta e lá conheceu Aroni, que sabia tudo sobre as plantas.

Aroni, o gnomo de uma perna só, ficou amigo de Ossaim e ensinou-lhe todo o segredo das ervas.

Um dia, Orunmilá, desejoso de fazer uma grande plantação, ordenou a Ossaim que roçasse o mato de suas terras.

Diante de uma planta que curava dores, Ossaim exclamava:

“Esta não pode ser cortada, é a erva que cura as dores”.

Diante de uma planta que curava hemorragias, dizia:

“Esta estanca o sangue, não deve ser cortada”

Em frente de uma planta que curava a febre, dizia:

“Esta também não, porque refresca o corpo”.

E assim por diante.

Orunmilá, que era um babalaô muito procurado por doentes, interessou-se então pelo poder curativo das plantas e ordenou que Ossaim ficasse junto dele nos momentos de consulta, que o ajudasse a curar os enfermos com o uso das ervas miraculosas. E assim Ossaim ajudava Orunmilá a receitar e acabou sendo conhecido como o grande médico que é (PRANDI, 2001, p.152).

Por este itã, temos a compreensão de como Ossaim adquiriu o conhecimento e os segredos de cura das ervas e como ele se tornou o médico da cura para a sociedade yorubana. E hoje, esse saber se perpetuou, tendo como fundamento um dos principais elementos para os rituais dentro do candomblé. Assim o Orixá da cura e detentor dos segredos das ervas passou a compartilhá-las com os demais Orixás. Segue outro Itã que descreve como houve esta partilha.

Ossaim dá uma folha para cada Orixá

Ossaim, filho de Nanã e irmão de Oxumarê, Euá, e Obaluaê, era o senhor das folhas, da ciência e das ervas, o Orixá que conhece o segredo da cura e o mistério da vida. Todos os Orixás recorriam a Ossaim para curar qualquer moléstia, qualquer mal do corpo.

Todos dependiam de Ossaim na luta contra a doenças. Todos iam à casa de Ossaim oferecer seus sacrifícios. Em troca Ossaim lhes dava preparados mágicos: banhos, chás, infusões, pomadas, abô, beberagens.

Curava as dores, as feridas, os sangramentos; as disenterias, os inchaços e fraturas; curava as pestes, febres, órgãos corrompidos; limpava a pele purulenta e o sangue pisado; livrava o corpo de todos os males.

Um dia Xangô, que era o deus da justiça, julgou que todos os orixás deveria compartilhar o poder de Ossaim, conhecendo o segredo das ervas e o dom da cura.

Xangô sentenciou que Ossaim dividisse suas folhas com os outros Orixás, mas Ossaim negou-se a dividir suas folhas com os outros Orixás.

Xangô então ordenou que Iansã soltasse o vento e trouxesse ao seu palácio todas as folhas das matas de Ossaim para que fossem distribuídas aos Orixás.

Iansã fez o que Xangô determinara.

Gerou um furacão que derrubou as folhas das plantas e as arrastou pelo arem direção ao palácio de Xangô.

Ossaim percebeu o que estava acontecendo e gritou: "Euê uassá!". "As folhas funcionam!"

Ossaim ordenou-as que voltassem às suas matas e as folhas obedeceram às ordens de Ossaim.

Quase todas as folhas retornaram para Ossaim. As que já estavam em poder de Xangô perderam o axé, perderam o poder de cura.

O Orixá rei, que era um Orixá justo, admitiu a vitória de Ossaim.

Entendeu que o poder das folhas devia ser exclusivo de Ossaim e que assim devia permanecer através dos séculos.

Ossaim, contudo, deu uma folha para cada Orixá, deu uma euê para cada um deles. Cada folha com seus axés e seus ofós, que são as cantigas de encantamento, sem as quais as folhas não funcionam.

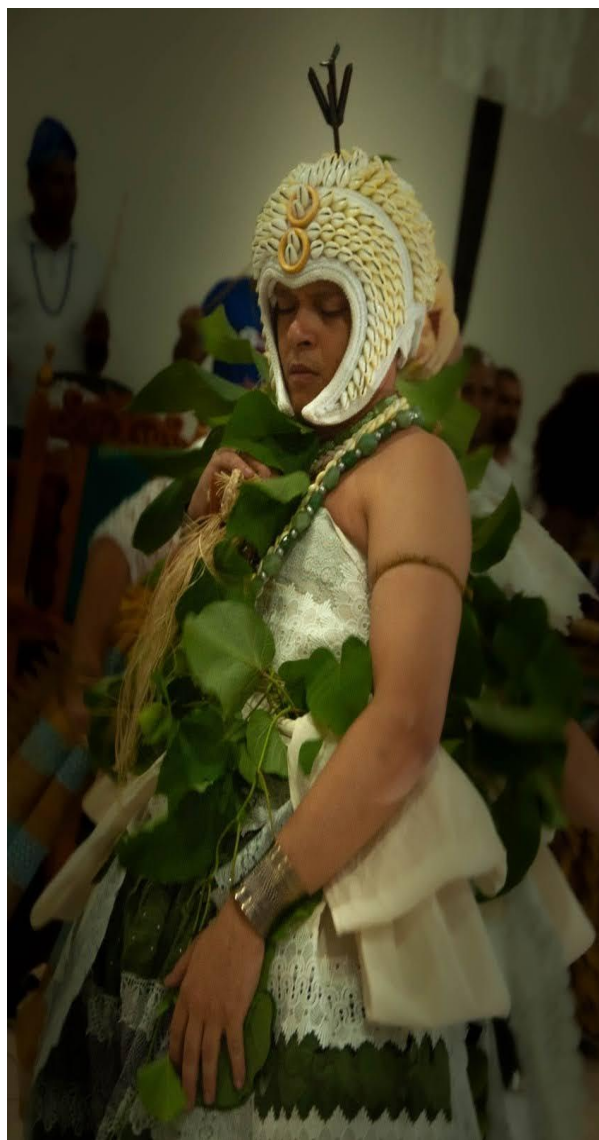
Ossaim distribuiu as folhas iaos Orixás para que eles não mais o invejassem. Eles também podiam realizar proezas com as ervas, mas o segredo mais

profundo ele guardou para si. Ossaim não conta seus segredos para ninguém, Ossaim nem mesmo fala. Fala por ele seu criado Aroni.

Os Orixás ficaram gratos a Ossaim e sempre o reverenciam quando usam as folhas (PRANDI, 2001, p.153 – 154).

Assim, Ossaim é o detentor dos segredos das ervas, o senhor da medicina, o curandeiro das mazelas e moléstias. Como pode observar na imagem que se segue, este Orixá se veste de verde que representa a cor das ervas e seu corpo é revestido de ervas que em sua maioria, são ramos de batata-doce e em sua mão direita ele carrega o peregum, erva que também é regida por ele. Esta erva é muito utilizada para afastar energias negativas e os eguns²⁰. Sua saudação é; asá ô eruegé.

Figura 26 – Orixá Ossaim em transe



Fonte: Io Hardy, 2021

²⁰ Espíritos não evoluídos que influenciam a vida em sua maioria negativamente

Assim, a Sassanha é o ritual, pelo qual é destinado ao pedido de licença ao Orixá detentor dos segredos das ervas, bem como para despertar as energias destas ervas para trazer a limpeza espiritual do noviço (as pessoas que vão iniciar para o Orixá) e de toda a comunidade do terreiro. Estas energias ou encantamento são a partir de cantos e rezas destinadas ao Orixá Ossaim e aos Orixás que regem cada erva que foi recolhida. Para este fim, durante o ritual é preparado o banho com tais ervas. Segue as fotografias realizadas no momento da Sassanha no Ilê Axé Fará Imorá Odé casa de Bábá Marcos Torres de Odé.

Figura 27– Ervas separadas na Enim (esteira) para Sassanha.



Fonte: TORRES, Kelvis 2020.

Nesta imagem observa-se 11 tipos de ervas separadas de acordo com cada Orixá regente e determinado para o processo de iniciação. Dessas, as mais conhecidas são: Akôkó e Pitanga: erva destinada a Odé; Tapete de Oxalá, Folha da Costa e Colônia:

destinadas ao equilíbrio do Ori, Orixá regente Oxalá; Pata de vaca o orixá regente é Iemanjá Orixá que traz equilíbrio a todos os Oris, mãe de todos; Peregum é uma erva universal, serve para limpeza espiritual, afasta as energias ruins trás equilíbrio, mas muito usada nos cultos a Ogum e a Ossaim.

Figura 28 – Ervas expostas na Enim no momento da Sassanha.



Fonte: TORRES, Kelvis 2020.

Figura 29 – Yawô separando as ervas em suas ordens para o ritual.



Fonte: TORRES, Kelvis 2020.

No candomblé existem as obrigações de santo que os Iaôs realizam durante determinados anos de iniciação. Dentro deste universo em todas ritualísticas utiliza-se das ervas, dentro e fora do rundeime (quarto de recolhimento considerado como o útero, pois é de lá que somos gerados e nascemos para o Orixá); a sassanha e todo o conjunto que envolve o segredo de manipulação energética das ervas acontecem durante todas as funções aqui mencionadas. A seguir uma fotografia dos Yawôs de três anos se preparando para o ritual da sassanha.

Figura 30 – Yawôs já iniciados se preparando para o Odu Etá.



Fonte: TORRES, Kelvis 2020.

Durante o ritual, a reza e o cântico fazem parte do encantamento das ervas, sendo cada erva destinada a cada Orixá, essas cantigas também são ecoadas com a intensão de despertar tais ervas junto com as energias dos Orixás. Durante o ritual, as ervas são expostas no chão onde os iniciados cantam e dançam sobre elas. A seguir uma imagem que apresenta este momento.

Figura 31 – Momento do ritual e encantamento das ervas



Fonte: TORRES, Kelvis 2021.

As cantigas destinadas ao encanto das ervas são cantadas em Yorubá como pode observar algumas a seguir;

ossaim: Peregun alá ótitun, Peregun alá ótitun. Babá Peregun wa elese, Peregun Alá Ótitun.

A dan dará madá wô, ewê a dan dará madá (2X). Exú Onan Firi Adan.

Ogum dana dana dê, dna dê dana leô, Ogum dana dana dê.

Ofá enim, Ofá gogó, Ofá enim, ofá gogó lesse.

Sobre o conhecimento das ervas e suas especificidades, bem como para cada propósito, Moisés afirma que o uso delas depende de cada pessoa, pois o é necessário o cuidado de determinado Ori, enfatizando que manipular ervas é manipular energias. Cada pessoa possui suas necessidades de equilíbrio energético.

O uso destas ervas são destinadas para cada tipo de cuidado, pois tem ervas que podem ser levadas no Ori: são ervas frias que são indicadas para trazer o equilíbrio, outras não podem ser levadas na cabeça pois possuem características quentes e são usadas para fazer limpeza do corpo e afastar energias ruins. estas ervas são regidas por Orixás quentes como Exu, Ogum e Yansã. Existem as ervas masculinas e femininas, estas também são destinadas e se relaciona com cada Orixá e seus reconhecimentos são a partir dos seus formatos, sendo as mais arredondadas com formato de uma concha ou a de uma genitália feminina. Elas são de Orixás femininos. Já as mais compridas, que possuem um formato mais agudo ou que remete ao falo, são regidas pelos Orixás masculinos e assim cada uma destas são destinadas para o cuidado de uma determinada energia (Moisés de Carvalho Porto, 30 anos).

De acordo com o Bábá Lossaim, as ervas dentro do candomblé não se faz ingestão, por ser utilizada para o fim de limpeza. Das ervas citadas por ele que trás a harmonia e a limpeza são: folha de mangueira, mamona, quebra demanda, Espada de São Jorge, vassourinha, pinhão roxo, arruda. São ervas utilizadas para banhos de limpeza e sacudimento, são denominadas como ervas quentes que não podem ser levadas no Ori. Outras denominadas como ervas frias são: Tapete de Oxalá, hortelã, oriori, pata de vaca, alecrim, alfavaca, folha da costa, colônia, manjericão, alfavaca são ervas para equilíbrio energético. Destas ervas citadas, há uma alerta sobre o seu mau uso.

Ervas são energias e podem ser usadas para trazer benefícios e malefícios, pois se não souber usar pode trazer problemas espirituais e desequilíbrio para a pessoa que as usam, por exemplo; um filho de Oxalá que é um Orixá calmo, usando erva que não são destinadas a este Orixá ao invés de trazer benefício essa pode fazer mal principalmente quando levada no Ori (Moisés de Carvalho Porto, 30 anos).

A partir desta análise do uso das ervas dentro do Candomblé, é preciso compreender a partir das ritualísticas e os itãs aqui mencionados, como este saber foi se perpetuando através da oralidade dos mais velhos para os mais novos e como as ewês são importantes para a preservação e manutenção destes saberes que foram entrelaçando aos saberes populares que hoje podemos encontrar em vários saberes. Assim como no Candomblé, na Umbanda também se faz o uso das ervas para fins de limpezas energéticas e espirituais que fortalecem e estabilizam o equilíbrio emocional.

Ao analisar o histórico do uso das ervas e os rituais de benzedura aqui ora descrito, é preciso salientar que são conhecimentos que fizeram e fazem parte do cotidiano de grande parte da população negra, por estarem presentes nas estratégias de sobrevivência, nos cuidados com a saúde, bem estar e equilíbrio mental e espiritual. São conhecimentos adquiridos a partir da ancestralidade negra que acompanhou os homens e mulheres escravizados desde a diáspora.

De acordo com o senhor Carlos Divino e senhor Marcilon, as ervas mais utilizadas dentro da umbanda são para realizar banhos de descarrego, não descartando as ervas utilizadas para estabelecer o equilíbrio da cabeça quando se trata de energias negativas que vieram tomar conta das pessoas, entre elas são; folha de são Caetano, possui um poder energético de retirar as energias ruins que atraem negatividade para as pessoas, “o banho de descarga serve pra muita coisa, olho gordo, olho comprido, dor no corpo, às vezes a pessoa tem o olho tão grande e se você souber usar as ervas de banho de descarga, vai embora” (Macilon Francisco de Assis, 72 anos).

Outra muito utilizada para trazer o equilíbrio é a rosa branca, hortelã, tapete de Oxalá e alecrim sobre o uso na cabeça, o senhor Marcilon explica que “tem coisa que não pode jogar no consciente, agora outra já pode pra limpar num é, então tem as maneiras de fazer até os banhos de descarga”.

Dos conhecimentos obtidos desde a infância que foram repassados através dos mais velhos e pelo contato com a Umbanda e hoje no candomblé, gostaria de destacar aqueles que foram repassados pela memória de minha avó Adélia Maria de Jesus e pela espiritualidade que carrego comigo, em especial, dona Maria Conga (preta velha) E hoje esses saberes são materializados nos medicamentos naturais produzidos em casa com o intuito de curar doenças e trazer o equilíbrio espiritual, como por exemplo:

O chá ou xarope feito pela **folha de mangueira apresenta:** o tratamento do combate a resfriados, expectorante e descongestionante nasal quando é feito à base de infusão. Pode ser utilizado também para realizar o ritual de sacudimento em casas, ou para banhos que visam afastar energias negativas e proteções espirituais. O banho desta folha é aconselhado do pescoço para baixo e não pode ser levado na cabeça por se tratar de uma erva quente e de muitos movimentos. A **Arruda:** traz proteção espiritual e é muito utilizada para fazer limpeza e descarregar as energias ruins e negativas que de certa forma, atuam negativamente na vida das pessoas. **Amora:** o chá das folhas é diurético e ajuda no combate a infecções de urina, muito usado para os banhos de limpeza espiritual. O uso das **Jurubebas:** o uso da fruta ajuda no tratamento para o fígado e suas folhas podem ser utilizadas para fazer banhos de limpeza negativa. A **Mamona:** quando retirado o seu sumo é colocado sobre machucados, ajuda na cicatrização faz-se o azeite com as folhas que ajuda no crescimento e aumento de

cabelos, suas folhas servem para afastar espíritos mal evoluídos, a mamona roxa é a mais indicada para este fim. A **Espada de São Jorge**: é utilizada para abrir caminhos e trazer proteção para o ambiente doméstico se colocado na entrada de casa. O **Peregum**: muito usado para os banhos de limpeza e sacudimento/limpeza de ambiente. O **Picão**: é usado para combater a icterícia, uma doença que muda o pigmento biliar da pele para uma cor mais amarelada. Uma doença muito conhecida pelos mais velhos, esse tipo de moléstia, se dava muito em criança, então as mais velhas faziam o chá e banhava as crianças para se curar desse mal. Também pode ser usado para fazer banhos e lavar as feridas que ajudam na cicatrização. **Folha de Fogo**, conhecida como **Peregum Vermelho**: essa erva é utilizada para banhos de limpeza e sacudimento, sua característica é avermelhada e é muito eficiente para afastar espíritos negativos. **Fedegoso**: no seu banho, trás a limpeza contra olho gordo e inveja, dona Maria Conga a Preta Velha aconselha o seu banho quando se sentir carregado ou quando estiver próximo de realizar um plano de benfeitoria. A **Taioba**: se faz o remédio junto com a beterraba para curar anemia, pois ela é rica em proteínas e ferro, também pode se colocar o seu sumo sobre o machucado. Entretanto, é preciso ficar atento, pois nessa família existe a taioba roxa e esta não pode ser consumida. O **Alecrim**: o seu chá diminui os batimentos cardíacos causados pela ansiedade, usa-se seu banho macerado para equilíbrio, defumação e sacudimento, ele atrai energias positivas atuando na neutralização das energias negativas. A **Guiné**: faz-se o banho de descarrego e defumação, também é utilizado nas garrafadas para limpeza uterina. **Samambaia**: faz-se o banho para energizar e abrir caminho, de acordo com Dona Maria Conga, esta erva traz caminhos abertos. A **Colônia**: uma erva que possui uma força energética positiva, pode ser usada para descarregar energias ruins. Quando utilizada no banho, é uma erva que diferente de algumas aqui citadas, ela pode ser levada no ori, se utiliza para defumação e sacudimento de ambiente. **Louro**: faz-se o banho para proteção espiritual e atrair a prosperidade, também se utiliza para defumações. **Patchouli**: uma erva quente, mas trás o equilíbrio energético quando usada no banho do pescoço para baixo, ou usada para defumação afasta os maus espíritos. **Babosa**: um ótimo cicatrizante que pode ser utilizado nas feridas ou em queimaduras, usa-se a seiva que fica dentro da folha, em sua fórmula seca, pode ser usada para defumações. **Folha de algodão**: muito conhecida como antibiótico natural, utiliza o chá. Os antigos usavam muito como remédios para limpeza no útero. Quando as mulheres davam à luz, vovó fazia muito para todas as mulheres da família, ela retirava o seu sumo pilando as folhas ou as raízes no pilão de

madeira. **Mulungu:** o chá dessa raiz diminui a ansiedade. **Erva Cidreira:** é utilizada para banhos para equilibrar as energias e o Ori, o uso do chá age como calmante. **Comigo Ninguém Pode:** quebra demanda, usa-se nas defumações.

Figura 32 - Mangueira



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 33 – Folha do Fogo



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 34- Comigo Ninguém Pode



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 35 - Peregum



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 36 – Folha da Costa



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 37 - Amora



Fonte: CAMPOS, 2021.

Figura 38 - Babosa



Fonte: CAMPOS, 2021.

Assim estes saberes que foram repassados oralmente através da ancestralidade, que na maioria são negros, se perpetuaram até os dias de hoje, mas devido à modernidade como aqui já mencionado, esses saberes estão caindo no esquecimento. Consequentemente o repasse destes saberes não está sendo passado para as futuras gerações devido à falta de políticas públicas que promovam a valorização e reconhecimento desses bens.

Desta forma, o que se propõe como política de salvaguarda, é a catalogação do uso destas ervas pelos detentores do saber da cidade de Goiás. Sabemos que este é apenas um esboço do quantitativo destes detentores, pois ao fim da pesquisa obteve-se conhecimento dos usos desse saber por outros detentores, entretanto, não foi possível o registro.

2. A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS DETENTORES DE SABERES COMPARTILHADO: PROPOSTA DE PRODUTO

Considerando que os saberes de manipulação de ervas e raízes, para uso de medicamentos naturais e ofício de benzedura, fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Goiás, aqui será apresentada a proposta de produto resultante da pesquisa realizada. São as identificações, características e histórico de vida cotidiana dos detentores, bem como seus ofícios materializados a partir destes saberes. Assim, será produzido um catálogo contendo as características das ervas e raízes e suas propriedades de cura e rezas durante os rituais de benzedura.

O produto resultante desta pesquisa se desdobrou em um catálogo de uso das ervas e raízes utilizadas pelas benzedadeiras/benedores da cidade de Goiás, que foi descrito a partir das informações obtidas durante a pesquisa de campo realizada. Reuniu-se uma coletânea de fotografias dos detentores, as ervas e raízes relatadas durante as entrevistas, e suas propriedades de cura.

Contudo, durante a pesquisa buscou-se uma percepção acerca das práticas e características das ervas para cada tipo de medicamento ou benzedura, quando e como acontece o plantio e colheita para cada detentor levando em consideração os depoimentos orais e as memórias vividas por cada entrevistados.

Ao realizar a catalogação das ervas e raízes na medicina popular da cidade de Goiás, a partir dos detentores deste saber, tomando como parte do Patrimônio imaterial da cidade de Goiás. Assim, foi produzido um catálogo que poderá ser utilizado como instrumento pedagógico de Educação Patrimonial para as escolas da cidade, bem como uma ação devolutiva para a comunidade participativa da pesquisa que será de formato impresso, oferecendo aos detentores, às secretarias de turismo, cultura e Igualdade racial que compõem as pastas dos comitês da Prefeitura Municipal de Goiás em parceria com a Universidade Estadual de Goiás – UEG, Programa de Mestrado em Memória e Patrimônio – PROMEP com o objetivo de promover a valorização e salvaguarda deste bem cultural.

Para a impressão desse catálogo busca-se parcerias com a prefeitura municipal e Secretaria da Cultura, afim de devolver como ações de educação patrimonial para a comunidade participativa, bem como um instrumento que subsidie pedagogicamente os órgãos públicos municipais. Essa parceria objetiva a valorização e preservação deste saber, como sugere a UNESCO & IPHAN (2016), os gestores do

patrimônio não caminham sozinho, é necessário a atuação dos principais interessados na proteção deste bem, nesse caso, a comunidade e a pesquisa aqui mencionada.

É essencial que os organismos responsáveis pelo patrimônio atuem o máximo possível em parceria com outros interessados, a fim de desenvolver uma visão compartilhada e implementar políticas para a gestão de cada local de patrimônio considerando seu contexto físico e social mais amplo. Dessa maneira, o trabalho colaborativo assume papel crucial, assim como o completo e transparente envolvimento dos interessados (UNESCO Brasil & IPHAN, 2016, p. 17).

Essa parceria junto ao poder público, vem da necessidade de pensar políticas públicas para a preservação desse saber, a partir de análise observada em campo sobre as condições de risco que o ofício de benzedura e produção de medicamentos naturais através de ervas e raízes se encontram em ameaça de perdas. Tanto por parte do poder público, como por questões do tempo, nesse caso partindo da perspectiva de que os detentores estão em idade avançada ou estão doentes, comprometendo a continuidade do ofício e o repasse para os mais novos.

Nesse caso, vale destacar que a ação de educação patrimonial surge na necessidade de promover o reconhecimento e valorização da memória e identidade de diferentes grupos sociais, trazendo à tona bens culturais esquecidos ou naturalizados pela sociedade ou sistema capitalista.

A Política de Educação Patrimonial está “amparada” nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal na Lei 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, na Política Nacional para Educação em Direitos Humanos e nos diversos documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário (SOARES, 2009, p. 344).

Assim, será possível expandir o conhecimento a respeito da vida dos detentores, seus aprendizados e ensinamentos, as formas de utilização das ervas para os cidadãos e sua relevância cultural, social e histórica na sociedade vilaboense, formadores da memória e identidade da cidade de Goiás. Essa é uma forma de promoção do repasse para as novas gerações. Sendo assim, o uso do catálogo contendo as informações de cada erva e raízes reforçam a valorização, preservação e autoestima do bem. Esse material didático se tornará um instrumento de Educação Patrimonial.

Concomitante ao trabalho de escrita, produção de designer dos materiais, o diálogo com os detentores e secretaria de cultura serão constantes, visto que é preciso fortalecer o elo entre pesquisador e detentores, bem como oferecer subsídios e sugestões

à Secretaria de Cultura, prevendo ações contínuas que visam o fortalecimento, preservação e repasse do saber para as novas gerações.

2.1 Apresentação do Produto

No catálogo consta parte do histórico de vida dos detentores do ofício de benzedura e das formas de utilização das ervas para fins medicinais e espirituais, bem como uma coletânea de fotografias dos detentores e das ervas indicadas para o uso, suas características e formas de utilização.

Foi definido o formato de catálogo onde constará 28 páginas, das quais serão impressos 100 exemplares para distribuir para a comunidade participativa e locais públicos da cidade. Os custos para diagramação e impressão deste material estão sendo realizada a partir dos contatos diretamente com a prefeitura, secretaria de cultura e turismo da cidade. Caso isso não seja possível será apresentado em formato digital disponível nos sites da prefeitura e instagram da secretaria de cultura do município, sendo divulgado por vários canais midiáticos.

2.2 Público Alvo

A produção deste catálogo como devolutiva à comunidade participativa servirá de instrumento pedagógico para futuras ações de educação patrimonial, e assim oferecer subsídios para as escolas da rede pública e para a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade como veículo de divulgação e valorização desse bem cultural. Entretanto, devido à falta de verba que a prefeitura tem pontuado e a crise sanitária de Covid-19 faz-se necessário pensar em uma intervenção que abrange a sociedade em geral. Dessa forma, foi necessário pensar em impressões limitadas que buscam atender uma devolutiva para a comunidade participativa e divulgação através das redes sociais, apresentando também no formato e-book que atenderá outra parcela da população que tenha acesso aos instrumentos midiáticos.

2.3 Impactos esperado

Espera-se com a produção deste catálogo, a divulgação, valorização e promoção de preservação do bem cultural pesquisado, tomando como reconhecimento da sociedade mais um elemento que compõe o Patrimônio cultural da cidade e por isso possui sua relevância e valor para a memória e formação identitária dos vilaboenses,

promovendo assim o sentimento de pertença à comunidade local, bem como a promoção da autoestima dos detentores deste saber.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

Para uma ação contínua de fortalecimento deste saber em parceria com a Secretaria de Cultura, sugere oficinas instruídas pelos detentores, de manipulação das ervas e raízes para a produção de medicamentos e benzedura, sendo nas escolas ou um evento de encontro das benzedadeiras e benzedores da cidade. Sobre a durabilidade das oficinas, será de acordo com o tempo e disponibilidade dos detentores e pela a Secretaria de Cultura e Turismo que apoiará na organização, na estrutura e local.

Sabemos que a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial nesta categoria, bem como a obtenção do conhecimento quanto a sua importância e valorização, é necessário um processo contínuo com os detentores e comunidades envolvidas, estabelecendo parcerias e estratégias de gestão de proteção aos bens, garantindo sua manutenção através do repasse, promovendo oficinas e estabelecendo vínculos de fortalecimento do sentimento de pertença e autoestima pelo que são produzidos pelas benzedadeiras/benedores.

Além disso, produção de medicamentos naturais garantem a novas gerações o conhecimento do passado e a percepção que esses saberes fazem parte da construção histórica do lugar, da memória e da identidade dos grupos formadores da sociedade vilaboense por serem considerados como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade.

3.1 Manual de uso

A utilização deste catálogo poderá ser acompanhada de palestras que ressaltam o bem como parte do Patrimônio Cultural da cidade, bem como por meio da contação de histórias vividas pelas benzedadeiras e benzedores da cidade, com auxílio e organização das escolas e professores.

As oficinas poderão ser realizadas por meio de palestras e aulas práticas com os detentores do saber e o catálogo serão utilizados como um manual de uso das ervas, onde trará explicações de como fazer o uso dos medicamentos naturais.

3.2 Oficinas na rede pública da cidade de Goiás: proposta de aplicação na rede escolar

O catálogo poderá ser utilizado em parceria com a prefeitura e as Secretaria da Cidade de Goiás como aqui já mencionado, entretanto o local onde acontecerão as oficinas para a comunidade em geral será definido pelos gestores locais, pois depende

da disposição de verbas para impressão deste catálogo, bem como a situação atual de crise sanitária.

3.3 Devolutivas Para a comunidade

A comunidade participativa da pesquisa receberá o catálogo em formato impresso devido à dificuldade que muitos apresentam em manipular aparelhos eletrônicos, para a comunidade em geral será impresso uma quantidade de 100 a 200 exemplares para distribuir em locais públicos, bem como a divulgação em formato e-book que será divulgado a partir das redes sociais e meios de comunicação da prefeitura. Na escrita desse catálogo utilizou-se uma linguagem didática a fim de alcançar o entendimento de todos os envolvidos na pesquisa, bem como crianças, adolescentes, jovens e adultos, abordando sempre a importância da memória para a formação da identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário representativo do Patrimônio cultural da cidade de Goiás aponta para diversas críticas necessárias em relação às nomeações dos bens culturais de natureza material e imaterial, que por muito tempo foi apresentada para a sociedade. Tais elementos são importantes para serem valorizados e preservados, bem como o direcionamento dos lugares hierárquicos deixando nítido o lugar social de cada grupo que forma a sociedade.

Assim, vale ressaltar que os grupos que fazem parte do patrimônio afro-vilaboense, por muito tempo, foram deixados às margens do reconhecimento e pertencimento do Patrimônio local, bem como as políticas públicas de preservação e valorização dos bens culturais.

Os detentores do saber relacionados à manipulação das ervas e raízes e ofício de benzedura que até aqui foram pesquisados são negros e estão invisibilizados através das políticas de preservação, uma vez que desde muito tempo, como aqui já discutido, são saberes herdados da ancestralidade africana desde a diáspora e foram consolidados e resistiram até os dias de hoje. Entretanto, a falta de políticas públicas que protegem e preservam esses saberes e estes apresentam riscos de se perder no tempo, como bem observamos que algumas dessas detentoras faleceram durante a pesquisa e assim foi impossível terminar o trabalho de registro.

Assim vale ressaltar que é relevante a construção de políticas públicas que envolvem a responsabilidade do poder público, que promova ações de salvaguarda de tais bens, pois neles existem tal importância de ser registrada, valorizada, divulgada e reconhecida como patrimônio cultural tanto quanto aqueles pertencentes à elite dominadora branca que carrega a memória de um passado escravocrata e de violência simbólica.

O que se propõe para o desenvolvimento que encaminhe esses saberes afro-vilaboense como parte da cultura. Para isso, faz-se necessária a promoção da criação de um comitê ou de uma secretaria que assumam a política cultural voltada para os saberes de pessoas negras, bem como promova a amplificação da Secretaria de cultura e turismo para um olhar voltado para estes bens que agregue as reivindicações das entidades da cultura popular de diversas matrizes africana. Dessa forma, é possível incentivar que

toda a comunidade se integre no sentimento de pertencimento, ao residir em uma cidade que valoriza a cultura afro-vilaboense.

Ao terminar esse trabalho, espera-se que não se finde apenas nessa pesquisa, que apresenta o início de divulgação e valorização dos bens patrimoniais que há muito foram marginalizados. Vale ressaltar a importância da continuidade desse trabalho, pois ao longo da pesquisa foram identificados um número expressivo de detentores desse saber, mas não foi possível alcançar as informações através da pesquisa devido ao tempo o qual a academia oferece para tal. Espera-se que essas informações abram caminhos que poderão servir de parâmetro para futuros trabalhos de pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE, Mônica de Paula. **As Artes de Curar: Saberes e Poderes**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2, 2012.

ALBERT, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ANDREOLLA, Caroline Lipreri; LIA, Cristine Fortes. **Catolicismo popular em Fazenda Souza: a prática das benzedeiros como patrimônio cultural**. DOI: 10.18226/22362762. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 34, p. 147-166, jan./jun. 2018 <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis>

AVASUS, **Cursos de Ervas Medicinais**. Disponível em: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=153> Acesso em: 20/02/2021.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos**. 3ª Semana de História: História, Cultura e Linguagens. Centro Universitário de Aquidauana/UFMS, 9 - 13.11.2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP para obtenção o grau de doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP, 2007.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. 3 Ed. Brasília – DF, 2012.

CAMPOS, Adelbiane Conceição. **Caminhos de Aruanda: A Trajetória do Candomblé e Umbanda na Cidade de Goiás**. Universidade Estadual de Goiás – UEG Trabalho Monográfico, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. In. Introdução à edição de 2001 – **Culturas Híbridas em tempo de Globalização**.

CARNEIRO, Edison. **Religiões negras: nota da etnografia religiosa; Negros bantos: notas da etnografia religiosa e folclore**. 2ª ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira Brasília. (INL – 1981).

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, Arquitetura e Patrimônio**. In. **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

CHAGAS, Marcia Cristina Correa; ANDRADE, Meire Guimarães de; COSTA, Reginaldo Brito da; PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. **A Prática de Benzimento com uso de Plantas na Comunidade Rural Remanescente de Quilombo de Furnas do Dionísio, Jaraguari, Mato Grosso do Sul**. Multitemas, Campo Grande-MS, n. 35, p. 207-224, dez. 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. **Artigo 215 e 2016**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constituicaocompilado.htm Acesso: fevereiro de 2020.

CONVENÇÃO UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?i=3794> Acesso: 20/01/2021

CUNHA, Celina Gontijo. **A Prática da Benzedeira: Memória e Tradição Oral em Terras Mineiras**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Mariana – MG, 2018.

CUNHA, Maria Gomes da. **Sua Alma em sua Palma: Identificando a “Raça” e Inventando a Nação**. In. **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p

CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação**. Texto publicado com permissão da Revista Annales (NOV-DEZ, 1989, Nº 6, pp. 1505-1520).

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3. Ed. – Goiânia: Editora UFG, 2010.

DANTAS, Fabiana. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

EDLER, Flávio & FONSECA, Raquel Froés da. **Saber Erudito e Saber Popular na Medicina Colonial**. Cadernos ABEM . Volume 2 . Novembro 2005.

FARINHA, Allyne Chaveiro. **As Transformações da Prática de Benzimento em Anápolis 1979-2004**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial á obtenção do título de Mestre em História. Goiânia – Goiás, 2012.

FERREIRA, Paulo Sergio Gomes. **A História da Capoeira na Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres et al. **Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva**. Série Encontros e Estudos. Vol. 5. Rio de Janeiro: CNFCP/Funarte/ Iphan, 2004.

FUNARBE, **Primeiro Encontro de Benzedeiras de Betim**. Disponível em: <http://www.funarbe.betim.mg.gov.br/Noticias/Index/49> acesso em 20/02/2021 as 22:03h.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo Político e Tradição Histórica: Cidade de Goiás (1930 -1978)**. Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de Educação Patrimonial**. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN, **Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan> acesso em 21/01/19 as 22:27 h.

HIROOKA, Suzana. **Patrimônio da Nossa Terra: as Ceramistas do Litoral do Salgado, Pará**. Jares. Cuiabá: Carlini & Carniato Editorial, 2014.

JOUTARD, Philippe **Avaliações e Tendências da História Oral**. In História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

KARASCH, Mary C. **Minha Nação: Identidades Escravas no Fim do Brasil Colonial**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.) **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000;

LARAIA, Roque de Barros **Cultura: um conceito antropológico**. 19.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Rio de Janeiro – IPHAN, 2012.

MACHADO. Maria Clara Tomáz. **Ainda se benze em Minas Gerais**. Associação Nacional de História. In: ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2014. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br> Acesso em 05/11/2020 as 13:08h

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, Lucinete. **Retratos do Benzer: Mapeamento de benzedeadas e benzedores do Estado de Goiás**. Lupa Criativa – Fundo de Arte e Cultura de Goiás – FAC: Secretaria de Estado de Cultura – SEC, 2019.

MOURA, Clóvis. **Racismo e Luta de Classes no Brasil**. Ed. Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. 1º edição, Ed. Brasiliense s.a São Paulo – Brasil, 1981.

PACARI, www.pacari.org.br acesso 11/07/19 as 14:00h

PALACIN, Luís; GARCIA Ledonias Franco; AMADO, Janaina. **História de Goiás em Documentos I**. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PALACIN, Luís. Goiás: 1722-1822 **estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: DEC, 1972.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.05, n.10, 1992, p. 200-212.

POHL. J. E. **Viagem no Interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol 1,1951, p. 298.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, 1940.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, 1942.

Revista Zona de Impacto. ISSN 1982-9108, Vol. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRITÓRIO%20E%20TERRITORIALIDADE%20volum13.html> Aceso em 01/07/2021 as 05h31min.

RICCEUR, Paul. **A Memória, a História, o esquecimento**. Trad. Alain François (et al) – Campinas - SP Ed. Unicamp, 2007.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. **A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos - Experiências em Organizações Populares**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da Teoria Histórica**. Tra. Asta-Rose Acaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

SANTOS, Adalberto Silva. **Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade**. UNEB/DCH-IX, disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf> acesso em: 08/10/2021 as 13h02min.

SANTOS, Carlos. **Território e Territorialidade**. Revista Zona de Impacto. ISSN 1982-9108, vol. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009. Disponível em:

<http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRITÓRIO%20E%20TERRITORIALIDADE%20volumel3.html>

SANTOS, Francimário Vito dos. **O Ofício das Rezadeiras como patrimônio cultural: Religiosidade e Saberes de Cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar.** Revista CPC, São Paulo, n. 8, p. 6-35, maio 2009/out. 2009.

SANTOS, Luene Gonçalves dos. **A Inserção das Benzedadeiras no meio popular (Pires do Rio e Palmelo).** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2016.

SILVA, Giselda Shyrley **Benzedores e Raizeiros: saberes partilhados na comunidade Remanescente de Quilombo de Santana da Caatinga – 1940 – 2011.** Revista Mosaico, v.3, n.1, p.33-48, jan./jun. 2010

SOARES, Inês Virgínia Prado Soares. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOARES Rodrigues, Melina. **Benzedadeiras e Raizeiras: Entre Novas e Velhas Práticas.** Universidade de Brasília – UNB, 2018.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Ewé o Uso Das Plantas Na Sociedade Iorubá.** ODEBRECHT, S/D. Disponível em: <https://www.yumpu.com/xx/document/view/62876681/ewe-o-uso-das-plantas-na-sociedade-yoruba-pierre-verger> acesso em 01/07/2021

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/701> acesso 04/07/2019 as 19:33h

GLOSSÁRIO DE TERMOS EM IORUBÁ UTILIZADOS NO RELATÓRIO

Abô: banho contendo várias ervas e produtos naturais utilizados para o cultos aos Orixás, curtidos muitos dias em um pote de cerâmica de barro.

Asá Eruègè: Saudação ao Orixá Ossaim

Axé: Expressão de sentimento de alegria ou de conclusão de algo benéfico.

Bàbá Lossaim: Pai, responsável por colher as ervas e realizar o ritual da Sassanha.

Bàbálorixá: pai dos filhos de santo ou zelador dos Orixás; responsável pelo processo de ritual de iniciação dos Yawôs dentro do candomblé.

Ebó: limpeza.

Egbomi: maior idade no candomblé.

Ewê: Folha.

Fará: encontramos.

Ilê: casa.

Imorá: abraçamos.

Odé: caçador.

Odú Etá: Número 3/ caminho no número 3

Orí: cabeça

Orumilá: Senhor do céu.

Ofós: segredo.

Sassanha: ritual de preparação dos banhos de erva.

Yawô: Iniciado recentemente.